

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL

KARINA DA SILVA

OS RECRUTAMENTOS MILITARES E AS RELAÇÕES
SOCIEDADE-ESTADO NA CAPITANIA/PROVÍNCIA DE SÃO
PAULO (1765-1828)

FRANCA

2006

KARINA DA SILVA

**OS RECRUTAMENTOS MILITARES E AS RELAÇÕES
SOCIEDADE-ESTADO NA CAPITANIA/PROVÍNCIA DE SÃO
PAULO (1765-1828)**

Dissertação apresentada ao Departamento de
História da Faculdade de História, Direito e Serviço
Social da Universidade Estadual Paulista, Campus
de Franca, para obtenção do título de Mestre em
História.

Área de concentração: História e Cultura Política

Orientadora: Prof. Dra. Marisa Saenz Leme

FRANCA

2006

Agradecimentos

Gostaria de agradecer a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta pesquisa. Em especial:

- Aos meus pais, por todo o amor que me deram.
- Ao Celio, meu amor, por estar sempre ao meu lado.
- Ao amigo Anderson Venâncio, pela dedicação e ajuda, sempre que precisei.
- A amiga Eliane Quinelato pelas horas de descontração e desabafo, por me escutar sempre.
- A amiga Cibeles Gouveia pela hospitalidade e amizade.
- A CAPES pela ajuda financeira.
- Ao Prof. Dr. Pedro Geraldo Tosi e a Prof^a Dr^a Denise Aparecida Soares de Moura, membros da banca do Exame de Qualificação, que ajudaram com suas contribuições.
- Por fim, a Prof^a Dr^a Marisa Saenz Leme, orientadora dessa pesquisa, pela paciência, dedicação e compreensão.

Resumo

Os recrutamentos militares foram uma realidade na Capitania de São Paulo, desde o século XVIII. Os conflitos na Bacia do Prata, na busca de delimitar as fronteiras da América portuguesa e espanhola, exigiram a organização de uma estrutura militar no Brasil. Para sediar essa estrutura foi escolhida a referida Capitania.

A união de interesses, de segmentos da elite paulista e da Coroa portuguesa, possibilitou a consolidação da militarização da Capitania ao longo da segunda metade do século XVIII. Todavia, a dinamização da economia e da sociedade paulista, a partir das últimas décadas do século XVIII e início do XIX, entrou em conflito com a militarização ali desenvolvida.

O presente trabalho buscou analisar as diferenças entre os recrutamentos realizados em São Paulo nesses dois momentos, focando as relações entre a sociedade e o Estado na organização e manutenção da estrutura militar.

Palavras-chave: São Paulo; recrutamento; militarismo; Bacia do Prata.

Abstract

The military recruitment had been a reality in São Paulo, since the 18th century. The conflicts at the Silver Drainage Basin, in search to delimit the Portuguese and Spanish America borders, they had demanded to organize the military structure in Brazil. Hosting this structure São Paulo Captainship was chosen.

The union of interests, segments of São Paulo's elite and the Portuguese Crown, made it possible the militarization of Captainship consolidation throughout the second half of 18th century. However, the joining of the economy and the paulista society, from the last decades from the 18th and beginning of 19th century, it got in conflict with the militarization developed there.

The current paper searched to analyze the differences between the recruitment fulfilled in São Paulo at these two moments, focusing the relations between the society and the State over the organization and maintenance of the military structure

Key words: São Paulo; recruitment; militarism; Silver Drainage Basin.

Abreviaturas

AESP – Arquivo do Estado de São Paulo

DI – Documento Interessantes

RIHGB – Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

RIHGSP – Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

Sumário

Introdução	008
Capítulo 1 A Capitania/Província de São Paulo nos século XVIII e XIX	
1.1 O florescimento da economia paulista	015
1.2 Dinâmica populacional e organização social	028
1.3 O “espírito militar” paulista	048
Capítulo 2 A militarização de São Paulo no século XVIII e os conflitos na Bacia do Prata	
2.1 Antecedentes das disputas fronteiriças entre Portugal e Espanha na Bacia do Prata	060
2.2 A militarização da Capitania de São Paulo	071
2.3 A transferência da corte e a política joanina na Bacia do Prata	084
Capítulo 3 Os recrutamentos militares em São Paulo nas primeiras décadas do século XIX	
3.1 A política dos recrutamentos e as autoridades	099
3.2 A sociedade paulista e o militarismo	118
3.2.1 – Segmentos de elite	121
3.2.2 – Populares e desvalidos	132
3.3 As consequências da militarização da Província de São Paulo	139
Conclusões	145
Bibliografia	151

Introdução

O presente trabalho teve suas origens quando, ainda na graduação, procurava um tema para a monografia final de curso. Enquanto lia alguns livros sobre o período joanino, comecei a notar referências à participação da Capitania de São Paulo, através do envio de soldados, nos conflitos que ocorreram na Bacia do Prata, nas primeiras décadas do século XIX, e acabaram por culminar na incorporação do Uruguai ao território brasileiro, com o nome de Província Cisplatina, no ano de 1821.

As poucas referências sobre o assunto geraram curiosidade e voltei-me então para leituras a respeito da Capitania de São Paulo no século XVIII, quando descobri a estrutura militar ali organizada, visando os conflitos ao Sul do Brasil – na região da Bacia do Prata – na tentativa de delimitar as fronteiras entre as duas Coroas Ibéricas.

Em trabalhos como o de Enrique Peregalli – *Recrutamento militar no Brasil colonial* –, Heloisa Bellotto – *Autoridade e Conflito no Brasil Colonial: O Governo do Morgado de Mateus em São Paulo* – e Kátia Abud, *Autoridade e Riqueza*, fui compreendendo a estrutura militar imposta a São Paulo, durante o século XVIII, e a importância que a Capitania teve nos planos expansionistas da monarquia lusitana, bem como, o envolvimento da sociedade paulista nesse processo.

Terminada a graduação, a questão acerca dos recrutamentos militares em São Paulo ainda permeava os meus pensamentos. Foi assim que surgiu o interesse em elaborar um projeto de pesquisa, que hoje é a dissertação de mestrado aqui presente.

Enquanto existia uma bibliografia específica que tratava dos recrutamentos impostos à Capitania de São Paulo, e da excessiva militarização da mesma, a partir do século XVIII, como já referido, os recrutamentos ocorridos no século XIX eram apenas citados em obras gerais do

período, sendo tratados como uma continuidade da estrutura organizada no XVIII. A partir daí, surgiam algumas dúvidas: a reativação da estrutura militar paulista, nas primeiras décadas do século XIX, teria seguido os mesmos caminhos de quando implantada no setecentos? Haveriam ocorrido mudanças na economia e na sociedade paulista, entre o final do século XVIII e início do XIX, que pudessem ter influenciado nessa organização militar, ou continuava a Capitania do mesmo jeito? Os conflitos na Bacia do Prata, em busca da definição das fronteiras, teriam sido pelos mesmos motivos nos dois momentos?

A respeito da militarização do século XVIII encontramos na bibliografia específica sobre o assunto um expoente e uma referência. Todavia, para o século XIX foi preciso recorrer a leituras mais gerais sobre a Capitania, onde merecem destaques algumas dissertações e teses – arrolada no final do trabalho – que não se encontram publicadas, mas que foram de extrema importância para a compreensão das transformações que ocorreram em São Paulo desde as últimas décadas do setecentos. Ainda na busca de informações sobre a Capitania, os diários de viajantes, as memórias e recordações, bem como a correspondência dos governadores, foram essenciais.

Desse modo, o primeiro capítulo da dissertação aborda a economia, a sociedade e o militarismo dentro da Capitania de São Paulo, traçando um paralelo entre o século XVIII e o XIX, para que se pudesse averiguar possíveis mudanças, assim como as continuidades.

Como se sabe, durante um bom tempo, a historiografia paulista considerou a economia da Capitania como decadente porque ela se associava ao abastecimento interno, encarado como mera economia de subsistência, em oposição ao nordeste exportador e rico.

Nos questionávamos sobre como uma economia decadente, sem recursos, poderia arcar com a estrutura militar imposta pela metrópole desde o século XVIII, pois sabíamos que a

Coroa não dispunha das condições necessárias para financiar os conflitos na Bacia do Prata, jogando parte dessa responsabilidade para sua colônia na América.

Nesse aspecto, as obras de Ilana Blaj – *A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo Colonial*; Thereza Petrone – *A lavoura canavieira em São Paulo e O Barão de Iguape: um empresário da época da independência*; William Puntchart – *Negócios e negociantes paulistas: 1808-1822* e Elizabeth Rabello – *As elites na sociedade paulista na segunda metade do século XVIII e Os comerciantes na sociedade paulistana na primeira metade do século XIX*, ajudaram a compreender a economia paulista no período mostrando a incoerência de classificá-la como meramente de subsistência, destacando os horizontes do mercado interno.

Outro aspecto dessa economia, que mereceu destaque, foi a expansão da produção açucareira para o mercado exportador, nos fins do século XVIII, o que poderia tornar-se um fator diferencial na militarização do século XIX, em oposição ao primeiro momento.

Analisada a questão econômica, dedicamos-nos a estudar a população paulista, ressaltando o suposto despovoamento da Capitania, tão alardeado na documentação analisada e em algumas obras.

Luis Lisanti Filho, em sua tese de doutoramento – *Comércio e Capitalismo: O Brasil e a Europa entre o fim do século XVIII e o início do XIX - O exemplo de três vilas paulistas: Campinas, Itu e Porto Feliz, 1789-1828/29* – e Maria Luiza Marcilio, em *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836*, juntamente com os dados fornecidos pelos viajantes do período e governadores da Capitania, ajudaram na compreensão dessa sociedade, classificada como “movediça”.

Sociedade essa que, ao que tudo indica, diversificou-se a partir do crescimento econômico da Capitania, ampliando seus negócios com a produção açucareira, que também proporcionou o desabrochar de novos grupos sociais, cujos interesses nem sempre pareciam

caminhar juntos com o dos grupos tradicionais, fato que poderia, também, ser mais um contrapeso entre os dois momentos de militarização. Cabendo lembrar que, com a produção açucareira, cresceu o número de escravos negros em São Paulo, que era irrisório em 1765 – quando a militarização começou a ser imposta – tornando-se, porem, significativo no início do século XIX, dando uma nova tônica à dinâmica social.

Mas porque a Capitania de São Paulo foi escolhida para ser a base de uma organização militar na colônia? Isso se deveu ao caráter guerreiro dos paulistas, ao seu suposto “espírito militar”, que os tornava soldados por natureza? Na tentativa de elucidar essas questões passamos a analisar as imagens cristalizadas, na literatura da época, a respeito dos paulistas e seu caráter guerreiro. Por isso, no último tópico do primeiro capítulo, nos dedicamos ao estudo do suposto “espírito militar” paulista, tão amplamente difundido até os nossos dias. Para essa análise recorreremos novamente a Ilana Blaj, a Kátia Abud – *O Sangue Intimorato e as nobilíssimas tradições (A construção de um símbolo paulista: o bandeirante)* – e aos relatos de viajantes que visitaram São Paulo e escreveram sobre os paulistas, como Spix e Martius, Saint-Hilaire, Gustavo Beyer e João Mawe.

No segundo capítulo abordamos, sumariamente, as origens dos conflitos entre lusos e espanhóis, hispano-americanos e brasilienses, na Bacia do Prata, ressaltando o papel desempenhado pela Capitania de São Paulo nessas guerrilhas, desde a segunda metade do século XVIII.

Ao analisar as disputas fronteiriças na Bacia do Prata, destacamos os possíveis interesses que estariam envolvidos nesses conflitos entre as Coroas Ibéricas. O que vislumbrariam Portugal e Espanha nos conflitos dos séculos XVIII e XIX? Tratou-se, nos dois momentos, apenas de expansão das fronteiras naturais e consolidação dos interesses econômicos? O fato de D. João e sua família se encontrarem no Brasil, a partir de 1808, alterava alguma coisa?

Ao tratarmos dos interesses envolvidos nos conflitos, utilizamos uma bibliografia específica, em que podemos destacar os trabalhos de Alexandre Mello e Nilva Mello – *O Brasil e a Bacia do Prata*; Moniz Bandeira – *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata*; Calógeras – *A política exterior do Império*; João Paulo Pimenta – *Estado e nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata: 1808-1828* e Heloísa Reichel, com o artigo *Personagens fronteiriços em tempo de guerra: a região platina (1811-1820)*.

Mas ficava a dúvida se a militarização fora imposta aos paulistas, ou havia interesses dentro da Capitania para que ela ocorresse. Desse modo, ao verificar a instalação da estrutura militar nos governos do Morgado de Mateus e de seu sucessor, Martin Lopes Lobo Saldanha, não se perdeu de vista a repercussão do mesmo sobre a sociedade paulista.

Para as análises do século XIX, além da bibliografia, também foram utilizadas algumas memórias e recordações que se encontram impressas em diferentes volumes da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em especial a “Memória da Campanha de 1816”, de Diogo de Arouche Lara; as “Recordações históricas que se prendem especialmente a campanha de 1827”, de Joaquim José Machado de Oliveira; a de Francisco de Assis Mascarenhas – o Conde de Palma – “Memória em que se mostra o Estado Econômico, militar e político da Capitania Geral de São Paulo quando do seu governo tomei posse a 8 de dezembro de 1814”, e a “Memória econômico política da capitania de São Paulo”, de Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça.

Por fim, no terceiro capítulo passamos a analisar os recrutamentos realizados na Capitania de São Paulo nas primeiras décadas do século XIX, buscando traçar paralelos com o século XVIII, para verificarmos as continuidades e rupturas que ocorreram nesse processo.

Através das correspondências dos Capitães-Generais da Província e das Atas do Conselho da Presidência, pudemos analisar o posicionamento das autoridades e de diferentes

grupos sociais da Capitania/Província de São Paulo diante dos recrutamentos, bem como se o advento da Independência e do Império trouxeram alguma mudança significativa na maneira que essas autoridades encaravam a militarização.

Conhecidas são as reclamações a respeito dos recrutamentos, mas teria a instalação de uma base militar em São Paulo trazido apenas consequências negativas para a mesma e sua população? Na tentativa de solucionar mais esse questionamento buscou-se verificar os diferentes grupos sociais envolvidos com a militarização e as possíveis consequências que ela teria originado para a Capitania.

Para esse estudo nos utilizamos, além da bibliografia, de vários volumes dos Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo selecionados de acordo com o período estudados, que trazem as correspondências dos Capitães-Generais com as autoridades locais e com as metropolitanas, as Atas das Sessões do Governo Provisório de São Paulo (1821-1822) e as Atas das Sessões do Conselho da Presidência da Província de São Paulo (1824-1829).

Também recorremos as obras dos viajantes já citados, e as memórias e recordações escritas na época, às quais já fizemos referência, valendo a pena destacar ainda as memórias de Antonio Rodrigues Velloso de Oliveira – “Memória sobre o melhoramento da Província de São Paulo – applicavel em grande parte ás Províncias do Brasil” – e a de Henrique Jorge Rebello – “Memória e Considerações sobre a população do Brasil”.

Cabe também frisar que foi mantida a grafia original dos documentos, devido ao seu caráter histórico de época, uma vez que a mesma não prejudicava a compreensão do trabalho.

Capítulo I – A Capitania/Província de São Paulo no início do século XIX

“O açúcar forma o principal ramo de exportação; e, além de todos os mais gêneros que mencionei tratando do comércio de Santos, não se deve omitir a extração das bestas muares para muitas Províncias, o que faz um ramo assaz lucroso; assim como o gado que sai para a Corte.”

(ALINCOURT, p. 34)

1.1 – O florescimento da economia

Durante muito tempo, a historiografia sobre São Paulo se restringiu ao estudo dos grandes feitos dos bandeirantes e ao florescimento do café, a partir da segunda metade do século XIX. O período entre o século XVIII e início do XIX foi tido, dentro da história de São Paulo, como uma época de decadência econômica e escasso crescimento populacional.

No entanto, a partir da segunda metade do século XX, alguns estudos passaram a se preocupar com esse período e novas interpretações começaram a clarear a história paulista. Nessa linha, temos trabalhos como os de Elizabeth Rabello – *“As elites na sociedade paulista na segunda metade do século XVIII”* e sua tese de livre-docência, *“Os comerciantes na sociedade paulistana na primeira metade do século XIX”* – que analisam a sociedade paulista, em especial o grupo mercantil, e sua importância para a economia paulista; já Heloísa Bellotto – *“Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo”* – insere a Capitania dentro dos planos metropolitanos na definição das fronteiras sulinas, ao longo do século XVIII, destacando a política econômica implantada pelo Morgado, sendo que em seu governo é que começou a haver um maior incentivo à produção açucareira. Thereza Petrone em dois trabalhos distintos – *“A lavoura canavieira em São Paulo”* e *“O Barão de Iguape: um empresário da época da independência”* – mostra a importância da cana-de-açúcar na economia paulista, a partir da segunda metade do século XVIII, e também dá ênfase ao comércio de gado que integrava São Paulo com o Sul e outras Capitanias.

Já Maria Luiza Marcílio, em *“Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1870-1836”*, aborda a evolução demográfica paulista, constatando um significativo crescimento da população, o que vai contra a suposta afirmação de estagnação populacional da

Capitania. Maria Odila Dias, em “*Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*”, trata da especificidade da mulher paulista dentro de uma sociedade em que uma parcela dos homens se ausentava por longos períodos, devido aos seus negócios, ou, ao serviço militar aos quais eram obrigados, deixando suas mulheres temporariamente sozinhas.

Tais trabalhos abriram uma onda de novos estudos, como, “*A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial*”, de Ilana Blaj, em que a autora questiona a idéia de decadência que permeou a economia paulista, mostrando a importância da produção ligada ao abastecimento interno, que teria propiciado o enriquecimento de alguns elementos e a ampliação da elite paulista desde o século XVII, com a decadência das Bandeiras. Entre tantos outros estudos mais recentes, e, que vem abrindo novas perspectivas sobre a economia e a sociedade paulista no período, desfazendo mitos e desenevoando a história paulista, vale ainda destacar o trabalho de William Puntchart, “*Negócios e negociantes paulista: 1808-1822*”, mais uma vez mostrando a relevância dos comerciantes dentro da sociedade paulista, e o de Magda Ricci, “*Nas fronteiras da independência*”, em que a autora foca os problemas advindos com a introdução, em massa, da mão-de-obra escrava em São Paulo, a partir da produção açucareira.

Para Marcílio, o crescimento econômico por que passava a Capitania de São Paulo, desde o século XVIII, estava embasado no crescimento populacional e na descoberta das minas, que teria dado uma nova dinâmica à economia paulista. Segundo Marcílio,

O séc. XVIII, século da mineração, marcou as primeiras importantes modificações na capitania de São Paulo: a população, a agricultura, o comércio, as comunicações, a administração e o ensino transformaram-se. O ciclo do ouro foi o grande agente dessas mudanças que comandou o primeiro amplo desenvolvimento em território paulista. (MARCILIO, 2000, p. 171)

Porém, no trabalho de Ilana Blaj, percebe-se que, mesmo antes da descoberta das minas, ainda em fins do século XVII, era possível averiguar o crescimento da economia paulista,

sendo que a produção voltada para o abastecimento interno se sobressaía antes mesmo da necessidade de suprir a região mineira com alimentos.

Desse modo, a produção local, a partir de meados do século XVII, superava o estágio de mera subsistência, fazendo com que a capitania “pudesse ser vista como cada vez mais integrada a uma economia de mercado, e não como uma área voltada apenas ao consumo local.” (BLAJ, p. 115/116)

Uma economia voltada ao mercado interno, quando o foco de todos os olhares era o mercado externo, foi estigmatizada e tida como de subsistência, em que os lucros praticamente inexistiam. Porém, Blaj demonstra que essa economia foi lucrativa e sustentou a sociedade paulista nos séculos XVII e XVIII.

São Paulo não teria ficado na dependência das minas, seu comércio de abastecimento vinha de antes e apenas teria se intensificado com a descoberta das mesmas, ampliando-se cada vez mais a partir desse momento, buscando novos mercados e novos produtos.

Ao longo do século XVIII, cada vez mais o comércio se ampliava, as monções cada vez mais integravam São Paulo a outras regiões, transformando a mentalidade do paulista, arrefecendo o ânimo dos bandeirantes, criando bases para um processo de sedentarização.

Não se pode negar que a economia paulista se voltou em alguns momentos à subsistência, mas por trás das roças de alimento e do comércio de gado, para transporte ou alimento, estava o abastecimento interno que estabeleceu um forte comércio entre São Paulo e outras capitanias do Brasil.

A perda da autonomia da Capitania de São Paulo em 1748, momento em que foi incorporada ao Rio de Janeiro, possivelmente não se deveu a uma suposta decadência econômica da mesma que a impossibilitasse de se governar, mas sim, a uma política centralizadora da metrópole, como veremos no capítulo 2.

Se analisarmos a restauração da Capitania no ano de 1765, veremos que não havia ocorrido nenhuma mudança significativa em termos econômicos que justificasse sua restauração, e que tal ocorrido se associava, muito mais, aos conflitos fronteiriços na região do Prata do que a um possível crescimento da economia paulista.

Embora a restauração de São Paulo estivesse relacionada aos conflitos no Sul do Brasil, e, ao militarismo que seria imposto à Capitania, as questões econômicas, porém, não foram esquecidas, uma vez que a existência de capitais era essencial para a organização da estrutura militar que se desejava implantar. Desse modo, buscou o Morgado de Mateus, governador escolhido para governar a Capitania recém restaurada, fomentar de várias maneiras o crescimento econômico da mesma, estimulando a produção açucareira e a agricultura ligada ao abastecimento.

Segundo Petrone e Bellotto, a lavoura da cana-de-açúcar se desenvolveu a partir do governo do Morgado de Mateus e se manteve até quase a metade do século XIX, sendo paulatinamente suplantada pelos cafezais.

Dois fatos estimularam e facilitaram o crescimento econômico, a partir da segunda metade do século XVIII, e são dignos de nota por terem possibilitado que a Capitania adentrasse ao oitocentos com uma economia forte e que serviu de base à disseminação dos cafezais.

O primeiro desses fatos se refere aos investimentos feitos na Serra do Mar, que dava acesso ao porto de Santos, através do qual se escoaria a produção açucareira, bem como, os gêneros alimentícios para algumas Capitanias. Nesse sentido, Sergio Buarque de Holanda e Luis Lisanti¹ associaram o crescimento da Capitania aos melhoramentos feitos no caminho do mar,

¹ Luis Lisanti Filho em sua tese de doutorado – *Comércio e Capitalismo: O Brasil e a Europa entre o fim do século XVIII e o início do século XIX). O exemplo de três vilas paulistas – Campinas, Itu e Porto Feliz, 1798-1828/9* – destaca a importância dos melhoramentos feitos na Serra do Mar para o crescimento econômico de São Paulo; página 5 e seguintes.

que criaram a infra-estrutura necessária para a inserção de São Paulo no comércio exportador.

Segundo Sergio Buarque de Holanda,

Depois que o Capitão-General D. Luís Antonio de Souza, morgado de Mateus, conseguiu que se aplicasse ao melhoramento do caminho do mar o produto do Novo Imposto, destinado às obras de reedificação de Lisboa, o primeiro passo importante nesse sentido dera-o Martim Lopes Lobo de Saldanha, governador entre 1775-1782, quando mandou construir entre os rios Grande e Pequeno o aterro destinado a evitar os danos causados pelas inundações constantes. Na administração interina do Marechal Frei José Raimundo Chichorro da Gama Lobo (1786-88) realizou-se outro aterro importante, este entre a raiz da serra e os rios do Cubatão e das Pedras de Cima. Finalmente, durante o governo imediato de Bernardo José de Lorena (1788-1797), passou-se à construção na serra da célebre calçada em ziguezague para a passagem das tropas de animais com suas cargas. Não é por acaso que apreciável surto econômico acompanha de muito perto tais realizações. (HOLANDA, 1964, 418)

Esses melhoramentos se acentuaram nas últimas décadas do século XVIII, momento em que começavam a prosperar as plantações de cana-de-açúcar que deveriam ser exportadas pelo porto de Santos – o principal da Capitania, e que em alguns momentos de sua história foi o único em que se podiam embarcar determinados produtos.

Um maior crescimento econômico da Capitania de São Paulo vinculava-se, sim, às melhorias feitas no caminho do mar e à sua conservação, até que a estrada de ferro viesse resolver os problemas de transporte, pois ele garantiria o escoamento da produção, ligando a capital e o interior com o resto da colônia.²

Richard Morse, ao referir-se a São Paulo no início do século XIX, destacou que, apesar das dificuldades do Caminho do Mar, o movimento anual era impressionante e que,

(...) em geral três ou quatro tropas chegavam diariamente ao pôrto e à Capital. Desciam com açúcar (mais de 500.000 arrôbas anualmente), carne-sêca, aguardente e outros produtos da região, voltando com sal, vinhos portugueses, vidros, ferragens, fazendas e outras manufaturas. (MORSE, p.41)

² Sobre os melhoramentos feitos no caminho do mar e que possibilitaram transpor as dificuldades da Serra assegurando a comunicação e o transporte com outra áreas, impulsionando o crescimento da Capitania, vide também a tese de doutoramento de Luis Lisanti Filho, “Comércio e Capitalismo: O Brasil e a Europa entre o fim do século XVIII e o início do século XIX (O exemplo de três vilas paulistas – Campinas, Itu e Porto Feliz, 1798-1828/9)”, 1962, em especial o primeiro capítulo.

Outro fato que acelerou o crescimento da economia paulista, foi a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso no ano de 1777.³ O tratado estabelecia o fim temporário dos conflitos no Sul, entre portugueses e castelhanos, possibilitando a volta dos soldados que aí se encontravam, bem como uma trégua no processo de militarização imposto à Capitania. Os recursos, antes destinados aos conflitos na Bacia do Prata, ainda que por um curto período de tempo, puderam ser investidos dentro de São Paulo, incentivando e ampliando seu crescimento.

Nesse contexto, podemos concluir que a economia paulista cada vez mais se ampliava e crescia. Porém não podemos equalizar esse processo, pois existem diferenças entre a economia de abastecimento voltada para o mercado interno, e, com mão-de-obra familiar, e a economia açucareira voltada para o mercado exportador e com mão-de-obra escrava.

A partir da produção açucareira ocorreu um aumento significativo na entrada de escravos negros em São Paulo, o que impôs uma nova dinâmica nas relações de trabalho e introduziu novos elementos na sociedade paulista – possibilitando a diversificação de interesses. Ampliaram-se as relações comerciais, assim como os lucros advindos dessa economia, que passaram a ser maiores que os obtidos em uma economia de abastecimento interno. Uma nova estrutura se abriu para São Paulo com a introdução da cana-de-açúcar.

Desse modo, superado alguns problemas estruturais – como a abertura de novos caminhos e os melhoramentos feitos na Serra do Mar – a economia paulista pode crescer e se ampliar, no início do século XIX, com a produção açucareira. Essas mudanças podem ser percebidas nos relatos dos viajantes que estiveram na Capitania nesse período, destacando entre eles: Saint-Hilaire, Spix e Martius, Beyer, e Alincourt. Estes descreveram a relevância da cana-de-açúcar na paisagem da época, sendo possível, também, perceber a presença dos cafezais, ainda

³ Sobre as consequências do Tratado de Santo Ildefonso para a economia paulista ver a tese de doutorado de Nanci Leonzo, “Defesa Militar e Controle Social na Capitania de São Paulo: As milícias”, 1979, p. 16.

em pequenas quantidades e restritos a alguns ambientes, assim como, da lavoura ligada ao abastecimento interno.

A região do chamado quadrilátero do açúcar – formada por Sorocaba, Piracicaba, Moji Guaçu e Jundiaí, destacando-se também as cidades de Itu, Porto Feliz e Campinas – sempre aparecia nos relatos dos viajantes pela abundância da cana. Gustavo Beyer assim descrevia a região de Itu:

(...) antes de chegar á cidade de Itu, o terreno é cultivado e todos os campos são ornados com plantações de canna e ao pé de cada rio encontram-se engenhos e alambiques, que são movidos por água. (BEYER, RIHGSP, v. 12, p. 292)

Saint- Hilaire destacava em sua primeira viagem a São Paulo, iniciada no ano de 1819, que em Itu havia o maior número de engenhos, mais de 100 (cem). Segundo ele, as cidades de Itu, Jundiaí, Campinas, Sorocaba, Porto Feliz e Piracicaba haviam exportados 300.000 arrobas de açúcar – 4.422.000 quilos – no ano de 1818. (SAINT-HILAIRE, 1903, p. 236)

Já, John Mawe, que visitou o Sul do Brasil ainda na primeira década do século XIX, ao passar pela Capitania traçou um comentário interessante sobre a cidade de São Paulo e seus arredores, ressaltando seu papel como centro abastecedor de gêneros alimentícios. Segundo ele, “a fertilidade da região que circunda São Paulo pode ser avaliada pela quantidade de produtos com os quais, como afirmei, abarrotam o mercado” (MAWE, p. 66), produtos que abasteciam não só a capital, mas também as outras Capitânicas, e que eram responsáveis pela sobrevivência de muitas famílias.

A agricultura voltada para o abastecimento interno garantia os meios de sobrevivência para a sociedade paulista dos séculos XVII e XVIII, fazendo com que a economia crescesse, possibilitando mesmo, uma certa acumulação de capital por alguns elementos dessa

sociedade. No entanto, foi a inserção da cana-de-açúcar nessa economia, no final do século XVIII, que ampliou a rede de negócios da Capitania e injetou-lhe novos capitais.

O processo passava pela montagem do engenho, que requeria um certo montante de dinheiro, a organização de um sistema de transporte por via terrestre até o porto de Santos e a utilização de navios para despachar a mercadoria para a Europa. Havia ainda, os traficantes de escravos negros, que vislumbraram um aumento significativo na demanda de seu produto, e os intermediários, que negociavam a venda da produção açucareira.

Além do mais, o aumento significativo de escravos negros em São Paulo – principal mão-de-obra da lavoura açucareira – alterou o quadro social da Capitania, possibilitando o surgimento de conflitos raciais, até então inexistentes, entre brancos e negros, livres e escravos.

Definitivamente, com a produção açucareira os negócios da Capitania se ampliaram e os já existentes, ganharam novo vulto; a sociedade se diversificou, passando alguns grupos a entrarem em choque, pois os seus interesses nem sempre eram iguais.

Desse modo, ao entrar o século XIX, São Paulo se distinguia pela produção de alimentos e de açúcar, bem como pelo comércio de tais produtos, e também, do gado em pé, que vinha do Sul, para abastecer Minas Gerais e a Corte. A cidade de São Paulo tornou-se um entroncamento de caminhos, em que os antigos eram mantidos e melhorados, como foi o caso da Serra do Mar, e outros eram abertos, devido à necessidade de ligar a Capitania a diversas áreas da colônia: Caminho para as Minas Gerais e Goiás, via Moji Guaçu, Caminho do Tietê e o Caminho real para o Rio de Janeiro e Minas. (MARCILIO, 2000, p. 150-151)

O movimento de tropas carregadas de diferentes mercadorias como açúcar, feijão, milho, toucinhos, carne de porco, farinha de trigo, carne salgada e de gado em pé, era constante pela Capitania, principalmente próximo à capital, onde os caminhos se ampliavam e as tropas rumavam para o seu destino, como destaca Saint-Hilaire (1903, p. 147): “À proporção que eu

avançava na direção da cidade de São Paulo, comecei a perceber que já não me encontrava mais nos desertos. Encontrava viajantes; passava constantemente diante de terrenos cercados e de imensas plantações de cana de açúcar”. A cidade de São Paulo – e a região a sua volta – já apresentava um diferencial em relação a algumas partes da Capitania: não era um deserto e um local sem pessoas e atividades, ali já existia um certo movimento.

Nesse vai-e-vem de tropas, muitas eram de gado, pois os negociantes paulistas estavam afinados com o comércio do gado vindo do Sul da colônia, particularmente, da parte sudeste e oeste do Rio Grande do Sul, denominada de Campanha Gaúcha, e dos férteis Campos de Curitiba, os Campos Gerais, pois alguns desses negociantes possuíam fazendas nas áreas produtoras, principalmente no Paraná. (TRINDADE, p. 16 e 30)

Esta parecia ser uma atividade bastante lucrativa, como afirmou Petrone em seu trabalho sobre o Barão de Iguape, um dos principais negociantes de gado das primeiras décadas do século XIX. Segundo Petrone (1976, p. 11), “era constante a procura de animais de corte e de carga, razão por que os negócios desse tipo deviam ser muito lucrativos e seguros”. Ao que tudo indica, a demanda por gado era grande, seja para serem utilizados como animais de carga nos trabalhos dos engenhos e nas minas, ou, como alimento.

O gado vinha do Sul, dos campos do atual Estado do Paraná – região que naquela época pertencia a São Paulo – de Santa Catarina, em especial da cidade de Lajes, e do Rio Grande do Sul, área que esteve em constante atrito durante todo o período colonial. Um dos motivos desses conflitos foi a disputa pela campanha gaúcha, que era uma das regiões mais favoráveis à pecuária. Desde o século XVII, fazendeiros paulistas foram ocupando essas regiões e investindo na criação de animais, particularmente o gado vacum e o cavalar, caminhos e estradas foram criados, destacando-se o Caminho do Sul.

A primeira rota regular ligando os campos sulinos às demais regiões do Brasil-Colônia foi o caminho aberto, no final do século XVII entre as vilas de Sorocaba e Curitiba, pertencentes à então Capitania de São Paulo. Dos currais abertos nos campos de Curitiba, sobretudo nos vizinhos Campos Gerais ou do Iapó, marcharam as primeiras manadas de gado bovino cavalgar para São Paulo, Santos, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Os próprios fazendeiros encarregavam-se de fazer conduzir o gado para as fazendas que também possuíam na cidade de São Paulo e seus arredores ou em municípios vizinhos. (TRINDADE, p. 30)

Embora parte do gado comercializado pelos paulistas viesse do Rio Grande do Sul, vale destacar que uma parcela era criada no Paraná, área que na época pertencia a São Paulo, o que fazia com que a Capitania, além de comercializar, também fosse uma área de criação. Assim, por ser passagem obrigatória para Minas Gerais e Rio de Janeiro – áreas que tinham grande demanda por gado – São Paulo foi se destacando na criação, transporte e comercialização do gado, cuja procura cada vez mais aumentava, o que fez surgir na Capitania, comerciantes especializados nesse negócio e que conseguiram acumular fortunas consideráveis, como foi o caso de Antonio da Silva Prado – Barão de Iguape.

Sorocaba se destacou no comércio de gado, feito anualmente na famosa feira que se realizava na cidade. Sobre a vila e seu envolvimento com o comércio de gado, assim se pronuncia Petrone:

Sorocaba, depois da abertura do caminho para o Rio Grande do Sul na quarta década do século XVIII e do estabelecimento do Registro em 1750 para a cobrança dos tributos sobre animais, transformou-se, pouco a pouco, em ponto de encontro das tropas de encontro de muarens vindas do Sul e dos compradores procedentes de áreas mais setentrionais. Assim surgiu a famosa feira de Sorocaba, que tão grande papel desempenhou no fornecimento dos meios de transporte para a economia mineira, canavieira e cafeeira do Centro-Sul do país até o advento da estrada de ferro. (PETRONE, 1976, p. 103)

Sorocaba, além da comercialização do gado, também foi um núcleo de abastecimento interno, sendo comum na vila, a existência de pequenas propriedades de gêneros alimentícios que eram cultivadas pelo núcleo familiar.⁴

O fomento da indústria açucareira, e a ampla gama de negócios advinda de tais atividades, possibilitou a diversificação da elite paulista, a partir da inserção de novos elementos que se organizaram politicamente, e não se restringiram aos domínios da Capitania, mas se posicionaram também na política colonial, possuindo força, como demonstram os acontecimentos que se seguiram em 1821/1822. Elite que já era influente no início do século XIX e que se organizava, quando necessário, para lutar por seus interesses, não aceitando de forma pacífica, as imposições vindas da Coroa e de seus representantes.

Nesse quadro de crescimento e ampliação da economia paulista, a chegada da Corte e da Família Real ao Brasil, apenas reforçou ainda mais as possibilidades de ampliação da economia paulista, gerando um maior crescimento das atividades relacionadas ao abastecimento interno. Bem destacou Saint-Hilaire os benefícios advindos para São Paulo com a transferência da Corte:

A Capitania de São Paulo aproveitou-se dos benefícios decorrentes da nova ordem de coisas. Suas relações comerciais se ampliaram, tornando-se cada dia mais importante; a navegação de cabotagem retomou a passada atividade. Os agricultores, vendendo seus produtos mais vantajosamente, ampliaram suas plantações; os engenhos e cafêzais multiplicaram-se, homens de tôdas as nações chegaram a São Paulo, trazendo aos seus habitantes novas idéias, e as artes mecânicas se aperfeiçoaram ... (SAINT-HILAIRE, 1903, p. 61)

De fato, a chegada da Corte estimulou o crescimento da economia paulista, e um novo mercado consumidor se abriu, pois a comitiva que acompanhava D. João necessitava ser alimentada. Sobre o mesmo assunto, tratou Alcir Lenharo em seu trabalho, “As tropas da

⁴ Para um melhor entendimento sobre a cidade de Sorocaba ver o livro de Carlos de Almeida Prado Bacellar – Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba séculos XVIII e XIX, 2001.

moderação”, que, embora se ocupe de Minas Gerais, traz alusões a São Paulo e à ampliação de sua rede de abastecimento, a partir da chegada da Família Real e da Corte no Brasil. Além do mais, a abertura dos portos e outras medidas tomadas por D. João, na busca de assegurar a sua estada, bem como a de sua comitiva, acabaram por estimular, num primeiro momento, o crescimento econômico de diversas áreas do Brasil, principalmente da região Sul.

A importância de São Paulo, no abastecimento da Família Real e sua Corte, pode ser vislumbrada na correspondência do governador Franca e Horta. Quando da chegada da Corte em 1808, o governador de São Paulo recebeu inúmeros ofícios da capital, falando sobre a obrigação que São Paulo tinha, com a maior urgência, em abastecer “com todos os artigos necessários a subsistência da grande comitiva” que se encontrava no Rio de Janeiro, o que levou o governador a ordenar que “de todos os Portos da marinha saia o maior no. de Embarcaçoens q’ for pussivel com todos os viveres, e efeitos q’ o Pais produzir, e com os q’ de serra acima se lhe inviarem afim de q’senão experimte. naquella Capital penúria alguma de mantimentos.” (D.I. vol. 57, 26/01/1808, p. 231)

Cada vila ficaria encarregada de enviar para o Rio de Janeiro os produtos de que dispunha. Moji das Cruzes, Jacareí, Taubaté, Pindamonhangaba, Guaratinguetá e Lorena deveriam enviar tropas com bestas muares e cavalos novos, além de mantimentos como: toucinho, carne de porco, feijão e milho; Curitiba deveria mandar boiadas, farinha de trigo, milho e feijão; algumas vilas do litoral norte arcariam com farinha, carnes, peixe salgado, milho, feijão e aves; Iguape, Cananéia, Paranaguá, Antonina e Guaratuba enviariam madeiras próprias para edificações. Cada qual deveria enviar aquilo que dispusesse até segunda ordem. (D.I. vol 57, 26/01/1808, p. 236-238)

A relevância de São Paulo no abastecimento do Rio de Janeiro ainda pode ser percebida em ofício de 1817, do Conde de Palma, então governador da Capitania, em que o

mesmo dispensava do serviço militar todos os milicianos que estivessem envolvidos com o transporte de gêneros alimentícios para a Corte, pois começavam a faltar alimentos no Rio de Janeiro. (D.I. vol. 90, 22/06/1817, p. 107/108). Tal medida foi tomada em um momento delicado para as forças militares da Capitania de São Paulo, foi esse o período mais crítico dos conflitos no sul, momento em que as tropas brasileiras lutavam contra os soldados de Artigas, sendo decisivo o envio do maior número possível de soldados paulistas para a região.

Assim, possuindo a Capitania de São Paulo uma economia estabelecida, desde o século XVII, e que se ampliara significativamente com o crescimento da produção açucareira no final do século XVIII e início do XIX, viu-se obrigada, em dois momentos distintos, a arcar com uma pesada estrutura militar, imposta pela Coroa, em que inúmeros homens foram recrutados para lutar em conflitos fora da Capitania.

O primeiro desses momentos foi na segunda metade do século XVIII, quando se delineavam os conflitos ao Sul do Brasil entre espanhóis e portugueses, na busca de estabelecer as fronteiras entre a América portuguesa e a América espanhola. O segundo momento ocorreu nas primeiras décadas do século XIX, quando os antigos conflitos foram reativados e ocorreu a disputa pela Banda Oriental, em parte, pelo antigo sonho luso, de expandir as fronteiras brasileiras até aquela região, e, devido às agitações políticas que fervilhavam no local, como veremos no segundo capítulo.

Todavia, nesses dois momentos, as realidades econômica e social da Capitania eram distintas. Enquanto no século XVIII, existia uma economia de abastecimento interno e um grupo de comerciantes enriquecidos em seus negócios e sedentos por distinção social, já no oitocentos tinha-se uma economia voltada para o mercado exportador, com a introdução crescente de mão-de-obra escrava e uma constante distinção entre os elementos ligados ao comércio, que se diferenciavam entre pequenos comerciantes e grandes negociantes.

Momentos distintos em realidades diferentes, significaram formas diferenciadas de encarar a imposição de todo um aparato militar que a sociedade paulista nunca aceitou de bom grado, como veremos mais adiante. Por hora, nos preocuparemos em analisar um pouco mais a sociedade paulista.

1.2– Dinâmica populacional e organização social

Durante os séculos XVIII e XIX, a Capitania de São Paulo foi perdendo parte do território que constava como sendo legalmente seu. Em 1709 era extinta a Capitania de São Vicente – que mantivera os atuais estados de São Paulo e Rio de Janeiro sob a mesma jurisdição – e era criada a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro que abrangia ainda os atuais territórios de Goiás, Mato Grosso, Paraná e Santa Catarina. Em 1720, Minas Gerais passou a constituir um governo próprio e foi separada de São Paulo; em 1738, Santa Catarina (com exceção de Laguna que continuou a pertencer a São Paulo) foi anexada ao Rio de Janeiro; em 1742, foi a vez do Rio Grande do Sul tornar-se uma Capitania autônoma. Em 1748, ocorreu a criação das Capitanias de Goiás e Mato Grosso e a própria anexação de São Paulo pelo Rio de Janeiro que duraria até 1765. Por fim, ao longo da primeira metade do século XIX, a Capitania ganharia os seus contornos atuais, com a separação do atual território do Paraná que ainda constava como seu domínio.⁵

Junto com as terras – que se tornaram novas Capitanias – deixaram de constar, numericamente, como população paulista, as pessoas que se encontravam estabelecidas nas regiões desmembradas. No entanto, a saída desses elementos dos quadros populacionais não

⁵ As informações e datas a respeito das perdas territoriais da Capitania de São Paulo foram retiradas da *Cronologia de História do Brasil Colonial (1500-1831)* organizado por Andréa Slemian e outros, com o incentivo do Departamento de história da USP em 1994. As informações se encontram às páginas 130, 131, 134, 140, 148, 150, 154 e 210.



⁶ RABELLO, Elizabeth D. Os comerciantes na sociedade paulistana na primeira metade do século XIX, 1988, p. 09, apud, SYLOS, Honório. São Paulo e seus caminhos, 1976, p. 07.

significou que os mesmos deixassem de manter relações comerciais com São Paulo, pois muitos continuaram com vínculos familiares aí estabelecidos. Desse modo, os desmembramentos territoriais e as conseqüentes perdas populacionais, não significaram um abalo na estrutura econômica da Capitania, pois uma parcela dessa população continuou ligada economicamente a São Paulo.

A área oficial da Capitania de São Paulo, a partir dos fins do século XVIII, pode ser agrupada em cinco regiões: Região 1: Vale do Paraíba (Areia, Lorena, Guaratinguetá, Cunha, Taubaté, Pindamonhangaba, São Luís do Paraitinga, São Jose dos Campos e Jacareí), ligada ao abastecimento interno e à exportação açucareira, tendo uma população consolidada; Região 2: a Capital e vilas vizinhas (cidade de São Paulo, Moji das Cruzes, Santana de Parnaíba, Bragança e Atibaia), zona de entroncamento de caminhos e de produção para consumo na capital, com povoamento antigo, mas disperso; Região 3: Litoral (Guaratuba, Paranaguá, Antonina, Iguape, Cananéia, Itanhaém, São Vicente, Santos, São Sebastião, Vila Bela e Ubatuba), área de povoamento consolidado e ligada à produção de alimentos e à pesca; Região 4: Estrada da Boiada, rota do Sul (Sorocaba, Itapetininga, Itapeva, Apiaí, Castro, Curitiba, Príncipe), ligada ao comércio e transporte de gado, sendo uma área de povoamento recente; Região 5: Oeste Paulista (Jundiaí, Campinas, Itu, Porto Feliz, Piracicaba e Franca do Imperador), fundamentada na produção de açúcar para exportação e com população em crescimento.⁷

Assim era São Paulo, no período estudado, uma área onde existiam enormes espaços vazios e despovoados, muitos repletos de índios bravos. Em relação à população aí estabelecida, devemos sempre lembrar que uma parte dela estava em constante movimento, devido às suas atividades comerciais, ao movimento das tropas, e à prática militar que tornava o cidadão comum

⁷ A divisão da Capitania de São Paulo em cinco regiões para o final do século XVIII e início do XIX esta embasada na divisão feita por Maria Luiza Marcilio em “*Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836*”, p. 50 e 51.

um soldado em potencial. Era o que Denise Moura⁸ classificou como uma “sociedade movediça”, sendo difícil capturar sua verdadeira proporção.

Por isso, tornava-se quase impossível, recensear corretamente essa população, pois uma boa parcela dos homens da Capitania, sempre estavam em constante movimento, o que dificultava identificar de uma maneira segura o número de habitantes de São Paulo. O próprio recrutamento contribuiu para dificultar os recenseamentos, na medida em que retirava um elevado contingente de homens da Capitania e os levava para outras regiões. Sem falar nas fugas que provocava, pois muitos abandonavam suas casas, temporariamente, com medo de serem recrutados. Outros se escondiam ou omitiam informações aos censos, tentando se livrar das obrigações militares que lhes queriam imputar.

Desse modo, os dados obtidos pelos censos – que tinham o objetivo de levantar o número de homens válidos para o serviço militar – nem sempre eram confiáveis. Assim, devido a esse constante ir e vir da população paulista, cristalizou-se na historiografia sobre São Paulo, a idéia de que a Capitania manteve-se estagnada econômica e populacionalmente durante o período aqui estudado. No item anterior, analisamos a economia paulista e verificamos que a mesma nunca foi apenas uma economia de subsistência local, estando ligada ao abastecimento interno de algumas áreas da colônia, ganhando proporções maiores com o advento da economia açucareira. Esse crescimento da economia também pode ser verificado nos índices populacionais.

Estima-se que no final do século XVII, a população da Capitania fosse de apenas 20 mil habitantes, número muito baixo se comparado às Capitânicas economicamente mais ricas, mas esperado para uma Capitania que não se inseria na lógica de exportação. Contudo, em 1765 a população já era de 75 mil habitantes, ou seja, um aumento de 275%, em cerca de 70 anos.

⁸ MOURA, Denise Aparecida Soares de. *Economia, Cultura e Sociedade em São Paulo (1808-1850)*. Tese de doutoramento, SP: USP, 2002. Ver particularmente o primeiro capítulo – “Sociedade movediça”.

Continuou a crescer em ritmo semelhante no período seguinte, adentrando o século XIX, com 192.279 habitantes para o ano de 1805, um crescimento de 156% e que significou um aumento numérico de 117.279 novas almas em 40 anos, lembrando que a economia se diversificara com a produção açucareira, o que estimulou o ingresso de novas pessoas na sociedade. Esse crescimento econômico, devido à inserção de São Paulo no mercado exportador, continuou com a transferência da Corte e o advento do Império, sendo que a população chegou a 281.175 almas no ano de 1829, revelando um crescimento de 46%, o que acarretou um aumento de 88.896 pessoas em 24 anos. (LISANTI, p. 40/42)

Alguns dados populacionais, encontrados em relatos de viajantes e de memorialistas, apóiam os números fornecidos por Lisanti. Em 1813 Gustavo Beyer (RIHGSP, v. 12, p. 288) afirmava que os paulistas não eram “mais do que uns 250.000”; o Conde de Palma estabelece 209.218 habitantes para o ano de 1814. (MASCARENHAS, RIHGB, vol. 36, p. 202) Já Saint-Hilaire (1903, p. 85) montou um quadro, fornecendo o número de habitantes para os anos de 1805, 1812, 1813, 1814, 1815, 1820, 1826 e 1836, informando uma população de 192.729 habitantes para a primeira data, e, 326.902 para a última, o que não foge do que já havia sido exposto.

Constatou-se um ritmo proporcional no crescimento de um ano para o outro, por exemplo: em 1808 eram 200.478 habitantes, em 1813 eram 209.219, em 1814 eram 211.928, em 1815 chegavam a 215.021, em 1820 foram 239.290, em 1824 tinha-se 247.904, em 1826 somavam 258.901 e em 1829 perfaziam 281.175. Somente entre 1826 e 1829 há uma diferença um pouco maior, apontando uma elevação populacional de 22.274 almas em apenas 3 anos, o que talvez possa ser explicado pelo fim dos conflitos na Bacia do Prata em 1828, e, a volta de uma parte dos soldados paulista. (LISANTI, p. 42)

De teor semelhante são os dados fornecidos por Maria Luiza Marcilio (Revista de História, nº 114, p. 24) que, ao analisar a população paulista no final da época colonial, apresenta uma população de 162.345 almas para o ano de 1798 e 287.645 para 1828, um aumento de 77% em apenas 30 anos, o que vem confirmar o crescimento por que passava a Capitania. Esses números contradizem algumas idéias generalizadas de que os recrutamentos, visando os conflitos no Sul, teriam esvaziado a Capitania de São Paulo. Como veremos mais adiante os recrutamentos se fizeram sentir, sim, sobre os paulistas, pois um número significativo de soldados saíram de São Paulo rumo ao Prata. No entanto, esse contingente não foi suficiente para abalar a estrutura populacional da Capitania, embora isso não signifique que os recrutamentos não tenham causado prejuízos à economia, ou que os homens que foram recrutados e saíram da Capitania, não fizeram falta para a mesma.

Ainda segundo Lisanti, o crescimento populacional não foi um fenômeno isolado de São Paulo, mas pôde ser visualizado em toda a colônia e mesmo mundialmente. No caso paulista, esse crescimento demográfico foi analisado através do surgimento de novos aglomerados urbanos, e da elevação à vila, de um grande número de povoados. Enquanto em todo o século XVI foram criadas apenas 5 vilas, outras 13 o foram no século seguinte e 18 surgiram no período de 1767 a 1816, o que indica forte crescimento populacional e certo desenvolvimento econômico. (LISANTI, p. 47/48)

Um elemento que contribuiu para aumentar os quadros populacionais de São Paulo, foi o retorno de pessoas que se encontravam nas minas, e voltaram, assim que essas começaram a dar sinal de esgotamento; outro fator importante foi o aumento de escravos negros a partir da primeira metade do século XVIII, pois até então eles se encontravam em pequeno número dentro da Capitania, aumentando significativamente apenas com o florescimento da produção açucareira.

Ilana Blaj (p.219/220) é uma das que defende o retorno da população paulista que se encontrava nas minas, ainda no início da segunda metade do século XVIII. Segundo a autora, com o esgotamento das minas houve um deslocamento populacional para São Paulo, em especial para a Capital, onde algumas pessoas passaram a investir no comércio e, posteriormente, na produção açucareira.

Quanto ao crescimento do número de escravos negros, apoiamo-nos nos dados fornecidos por Marcílio e Saint-Hilaire. Ao analisar a população paulista, entre fins do século dezoito e início do dezenove, Marcílio faz a separação da população entre livres e escravos, apenas a partir do ano de 1798, momento em que a entrada de escravos negros na Capitania, já era bastante significativa, visto ser esse o grande momento da produção açucareira paulista. Para o referido ano, ela indica um total de 32.491 escravos (17.537 homens e 14.954 mulheres), sendo que os números só aumentam, chegando a 37.843 em 1808, 48.290 em 1818 e 74.822 no ano de 1828. (MARCILIO, 2000, p. 77)

Os dados de Marcílio são semelhantes aos fornecidos por Saint-Hilaire. Para o ano de 1813, para uma população total de 209.214 habitantes, Saint-Hilaire arrolou 10.643 mulatos escravos e 37.602 negros escravos, chegando à quantia total de 48.245 escravos, incluso homens e mulheres. O valor estabelecido pelo viajante está próximo ao estabelecido por Marcílio para o ano de 1818, mas ambos indicam um elevado número de escravos que não apareciam anteriormente.

Ao estudarem a posse de escravos em São Paulo no início do século XIX, nas vilas de Campinas, Curitiba, Guaratinguetá, Iguape, Itu, Jacaréí, Lorena, Moji das Cruzes, São Sebastião e Sorocaba, Iraci Costa e Francisco Luna (Estudos Econômicos, vol. 13, p. 213-214) concluem que em seis dessas localidades, “as unidades domiciliares com escravos representavam mais de um quarto do número total de domicílios.”

A tônica da época, era a de um número bastante elevado de pequenos proprietários com um percentual pequeno de escravos, enquanto um grupo seletivo de senhores, possuía um elevado contingente de escravos, sendo que os senhores com mais de 40 escravos – representando apenas 14,57% de seu grupo – detinham 38,2% dos cativos. (LUNA e COSTA, Estudos Econômicos, vol. 13, p. 219/221)

Devemos ter claro, que nem todas as vilas recebiam escravos na mesma proporção: a massa escrava dirigiu-se para as principais áreas produtoras de açúcar. Em Itu, por exemplo, principal centro produtor de açúcar, os escravos representavam 49,3% da população no ano de 1818. Dados semelhantes também são fornecidos para as vilas de Campinas e Porto Feliz, ambas grandes centros produtores de açúcar. Os contingentes de escravos para as referidas vilas no mesmo ano foi de: 43,7% para Campinas e 34,7% para Porto Feliz, elevando-se para um percentual de 60,8% em Campinas no ano de 1828.⁹

Números significativos e expressivos não são encontrados na mesma proporção nas demais vilas, principalmente naquelas vinculadas ao abastecimento interno, em que a mão-de-obra utilizada era a familiar. Esse foi o caso de Sorocaba que também estava ligada ao comércio de gado e que no ano de 1810 tinha apenas 20,2% de sua população composta por escravos, pois nessa vila os escravos “seriam adquiridos para reforçar a mão-de-obra disponível, e não para serem a principal mão-de-obra.” (BACELLAR, p. 148)

O que nos interessa mostrar é que o número de escravos começou a aumentar significativamente na Capitania de São Paulo, a partir do final do século XVIII, e que só fez crescer ao longo do XIX. Essa era uma realidade inexistente em 1765, quando ocorreram os

⁹ Os dados fornecidos foram retirados das tabelas comparativas organizadas por Luis Lisanti Filho em sua tese de doutoramento intitulada “*Comércio e Capitalismo: O Brasil e a Europa entre o fim do século XVIII e o início do XIX – O exemplo de três vilas paulistas: Campinas, Itu e Porto Feliz, 1798-1828/9*”, as mesmas não se encontram numeradas, ficando entre as páginas 59 e 60 da respectiva tese.

primeiros recrutamentos em São Paulo, visando os conflitos no sul. Com o crescimento da agricultura voltada para a exportação, o número de escravos, até então pouco relevante na sociedade paulista, aumentou e com ele os conflitos, as revoltas, as lutas pela liberdade.

Magda Ricci, em seu trabalho sobre o significado da liberdade na região de Itu, entre os anos de 1779-1822, mostrou como essa vila, a segunda mais importante em número de habitantes da Capitania e a região que mais desenvolveu a lavoura da cana-de-açúcar, os recrutamentos foram mal vistos e questionados pelo fato de retirarem da vila os homens válidos que poderiam defendê-la, num contexto em que estavam ocorrendo inúmeras rebeliões e crimes. O aumento do número de escravos trouxe à tona a questão da segurança. Quem tomaria conta dos escravos? Como impedir suas revoltas?

Petrone também associa o medo das insurreições escravas ligando-as aos recrutamentos. Segundo ela, o medo do recrutamento gerava fugas; a população abandonava suas casas com medo de ser recrutada e esse fato, somado ao recrutamento de uma parcela da população branca, que deveria vigiar e cuidar da escravaria, aumentou “o perigo das insurreições de escravos”, tornando-se o problema “mais agudo nos fins da década de 1820”, quando cidades inteiras teriam pedido dispensa do recrutamento, como foi o caso de Campinas e Itu. (PETRONE, 1968, p. 127)

Na correspondência dos governadores de São Paulo se encontram ofícios comentando revoltas de escravos em diferentes vilas da Capitania, o que indica que essa não era uma realidade isolada de Itu e Campinas. Segundo Suely Robles de Queiroz, conforme ia crescendo a escravaria negra em São Paulo aumentavam as devassas e castigos aos escravos, surgindo a inquietação e os boatos de insurreição, o que mostra o medo e preocupação que a entrada desse novo elemento causou dentro da sociedade paulista.

Desde que se instala a grande lavoura de cana e depois do café, ou seja, em todo o decorrer do século XIX, avultavam as referências sobre a necessidade dos proprietários rurais se defenderem dos negros. Uma das provas dessa afirmação é o temor do recrutamento levado a efeito pelas autoridades. Tal providência fazia com que a população além da natural contrariedade trazida pelo afastamento das ocupações produtivas, procurasse também se eximir pelo temo que lhe causava a escravatura. (QUEIROZ, p. 57)

Algumas das suspeitas de insurreições poderiam ser apenas boatos, veiculados por senhores de engenho, que desejavam impedir a saída de homens brancos das vilas. Mas muitas das devassas confirmaram os temores dos senhores de escravos, “sugerindo a idéia de que se não fosse a movimentação preventiva, ampla e imediata, facilmente tais rumores se poderiam converter em realidade”. (QUEIROZ, p. 164)

A questão do recrutamento, e da manutenção da ordem nas vilas, deve, realmente, ter tido um peso relevante, uma vez que administradores e feitores de fazendas ou fábricas de açúcar, foram dispensados do serviço militar, como se percebe pela ordem do Conselho da Presidência, de 18 de março de 1825, em que se “não admite duvida, á vista da disposição do parágrafo 8º das Imperiaes Instrucções de 10 de Julho de 1822, que izenta até do recrutamento em occazião urgente aos Feitores, e Administradores de Fazendas, que tenham mais de seis escravos” (D. I. vol. 86, 13ª. Sessão Extraordinária)

Os pequenos lavradores, que dependiam da ajuda de familiares e parentes para cultivar suas roças, também foram lembrados pelas autoridades governamentais e agraciados com dispensas. Para eles, a falta dos filhos, ou mesmo a sua própria, significava a miséria: sem homens a lavoura não vingava.

Embora a população de escravos negros crescesse, fazendo aumentar o número total de habitantes na Capitania, o número de brancos também só fez aumentar consideravelmente em

todo o período.¹⁰ Analisando o número de livres, fez-se interessante notar como essa população se distribuía conforme o sexo.

Não é novidade o desequilíbrio entre gêneros sexuais que caracterizou o Brasil colonial e, em especial, a Capitania de São Paulo. Maria Odila Dias, Eni Sâmara e Maria Beatriz Nizza da Silva, entre outros, escreveram sobre o assunto e ajudaram a desvendar um pouco sobre a relevância da mulher paulista em uma sociedade que “os homens partiam e as mulheres ficavam sozinhas em situações econômicas difíceis” (SILVA, 1984, p. 188).

Na época dos bandeirantes, tínhamos em São Paulo um número maior de mulheres se comparado ao de homens, pois é conhecido que os homens saíam pelo sertão, sem destino e sem data para voltar, deixando as mulheres à sua espera na Capitania. No entanto, passado os primeiros tempos da colonização e tendo os paulistas já se assentado, indo longe a época dos bandeirantes, ainda assim, o número de mulheres continuava a suplantiar o de homens. Segundo Dias,

Este excedente de mulheres só na população não se prendia a nenhum fator isolado, mas a uma globalidade de aspectos próprios ao sistema social e econômico da sociedade colonial como um todo. Tratava-se antes de tudo de um processo avassalador de multiplicação da pobreza, que acompanhava, principalmente nas cidades, o crescimento vegetativo da população, tendo como pano de fundo a estagnação econômica. (DIAS, 1984, p. 22)

Um dos fatores para a existência de tantas mulheres solteiras e sozinhas, em São Paulo, se deveu aos recrutamentos, que levavam para fora dos limites da Capitania os homens válidos, ou, os obrigava a fugir para regiões distantes na tentativa de evitá-los. Por não serem recrutadas, não precisariam as mulheres fugirem ou se omitirem diante dos recenseadores, o que talvez possa ser levado em consideração para explicar o fato de serem em maior quantidade nos

¹⁰ Aproveitando a utilização dos termos branco e negro faz-se relevante ressaltar que, segundo Hebe Mattos – “Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista”, negro e preto eram termos reservados aos escravos, aos que não possuíam liberdade, já o termo branco era exclusivo dos homens que haviam nascido livres; pardo seriam os que, embora livres, possuísssem marcas de ascendência africana, independente da cor de sua pele; p. 30 a 33 e 94.

recenseamentos, pois sabemos que as famílias escondiam os filhos homens, tentando de várias maneiras não incluí-los nos censos.

Ainda que muitos homens não fossem recenseados, por fugirem ou serem omitidos pela família na época em que os recenseamentos ocorriam, outros tantos, de fato, não o eram porque não se encontravam na Capitania, pois estavam viajando em função de seus negócios, ou já haviam sido recrutados e se encontravam lutando no Sul.

Na capital, mas também em vilas do interior, era comum encontrar mulheres chefiando os domicílios, esperando a volta de seus maridos, companheiros ou concubinos que haviam partido.

Saint-Hilaire nos indica para o ano de 1813 uma população de 209.214 habitantes, dos quais 53.663 (25,6%) eram indivíduos brancos do sexo masculino e 59.302 (28,5%) eram indivíduos brancos do sexo feminino. Essa diferença é mais sutil nas outras camadas sociais: o número de mulatos livres era de 21.074 (10%), contra os 22.979 (11%) de mulatas; entre os mulatos escravos os números eram 5.173 (2,5%) e 5.470 (2,6%) para homens e mulheres respectivamente. Entre os negros livres eram 1.771 (0,8%) homens contra 2.180 (1%) mulheres, apenas entre os negros escravos é que o número de mulheres era menor que o de homens, 21.326 (10,2%) contra 16.276 (7,8%), o que não é de surpreender levando-se em consideração que escravos eram mais procurados para os serviços da lavoura do que as escravas. (SAINT-HILAIRE, 1903, p. 95-96)

Apesar das fugas geradas pelos recrutamentos e das omissões em decorrência do mesmo, era latente a existência de uma diferença entre o número de homens e mulheres livres, e, essa diferença se devia sim, pelo menos em parte, à saída de homens para os conflitos no Prata. Embora, pelos dados acima, essa diferença não seja muito expressiva, não devemos nos esquecer que muitos homens, ainda que fossem recenseados dentro da Capitania, muitas vezes não

estavam presentes em suas casas, fazendas e sítios, pois ficavam longos períodos fora, tratando de seus negócios ou exercendo suas funções militares ou obrigações milicianas, deixando suas mulheres sozinhas. Esse desequilíbrio populacional entre homens e mulheres, e, a ausência intermitente ou definitiva dos homens, teria favorecido o desempenho de papéis diferenciados para as mulheres paulistas dentro dessa sociedade.

O fato de existir em São Paulo, um número de mulheres, mais elevado que o de homens, e o fato de muitos desses homens estarem sempre de passagem pela Capitania, possibilitou uma maior desenvoltura dessas mulheres, que acabaram assumindo funções, socialmente definidas como tipicamente masculinas. Na ausência dos maridos, amantes e filhos, as mulheres tomaram a testa dos negócios e chefiaram suas famílias, estabelecendo, “no decorrer do século XIX, uma dinamização ao nível das relações familiares entre os sexos que, em São Paulo, poderia estar vinculada à alta porcentagem de mulheres como chefes de domicílio, desde o final do século anterior, o que aumentava a área de influência feminina”. (SAMARA, p. 110)

Ao analisar o sistema de casamentos no Brasil colonial, Maria Beatriz Nizza da Silva destaca que o fato de as mulheres paulistas ficarem longos períodos sozinhas, chefiando suas casas, devido à frequência com que os maridos se ausentavam, tiveram algumas conseqüências sobre a sociedade paulista e caráter dessa mulher:

Uma certa autonomia; na medida em que se viu freqüentemente sozinha, obrigada a resolver seus problemas e a lutar pela sua sobrevivência. Esta situação, por sua vez, determinou um aumento do poder materno e a fixação dos filhos homens ao lar a fim de colaborarem mais eficazmente na sobrevivência da unidade familiar. Emancipação tardia ou casamento tardio resultaram desse aumento do poder materno. A outra conseqüência foi, sem dúvida, uma vida sexual mais espaçada e a diminuição considerável no número de filhos, quando não uma vida sexual extraconjugal. (SILVA, 1984, p. 190)

Se os homens partiam para o Sul, a negócios ou como soldados, suas mulheres permaneciam na Capitania, esperando-os por anos, pois muitos jamais voltavam, como provam as

informações fornecidas por algumas mulheres quando da visita dos recenseadores. Foi esse o caso de Gertrudes Maria Nogueira que alegava estar o seu marido ausente para o Sul, há mais de 14 anos; de Joana Maria cujo marido se encontrava em Cuiabá há 9 anos, e, de Caetana Maria cujo marido estava no sul há 8 anos. Essas mulheres precisavam continuar suas vidas, necessitavam ganhar o sustento de suas famílias e gerir os negócios – quando fosse o caso.¹¹

Nesse sentido, Maria Odila Dias (Revista de História, nº 114, p. 44) ressalta que a “ausência do marido ou a sua presença intermitente impunha com certa frequência não tanto a divisão, como a alternância ou troca de tarefas: assumir papéis tipicamente masculinos não era muito excepcional.”

Ao que tudo indica essa troca de tarefas não se restringia apenas às classes populares mais baixas, em que as mulheres eram obrigadas a assumirem os negócios dos maridos, para não morrerem de fome, mas podem ser também visualizadas dentro das classes mais altas da Capitania, no restrito círculo dos grandes comerciantes.

Puntschart destaca a presença feminina na esfera mercantil, ressaltando duas figuras: a de Gertrudes Maria de Jesus e de Antonia Margarida de Jesus que atuaram com embarcações próprias no comércio de cabotagem, negociando com importantes portos na colônia. Ressalta ainda a importância de Gertrudes como fazendeira. Segundo ele:

Além de dedicar-se à navegação costeira, Gertrudes Maria de Jesus ainda tinha capitais aplicados na produção do açúcar. Na fazenda que herdara de seu tio, o ex-padre Manoel Jorge, localizada na vila de São Sebastião, cultivava e industrializava o açúcar. Neste empreendimento, contava com o trabalho de mais de cem escravos. (PUNTSCHART, p. 35)

Ainda sobre as diferenças da população paulista, no que tange à diferença entre os sexos, vale a pena analisar os dados fornecidos por Maria Luiza Marcilio. Verificando os anos de

¹¹ Os exemplos citados são analisados por Carlos de Almeida Prado Bacellar em sua obra “*Viver e sobreviver em uma vila colonial – Sorocaba, séculos XVIII e XIX*,” 2001, p. 162-165.

1765, 1798, 1808, 1818, 1828 e 1836, anos selecionados por Marcilio, percebe-se que o número de homens livres só é maior que o de mulheres livres para o ano de 1765.

Interessante notar, que é exatamente no ano de 1765 que os recrutamentos se iniciam na Capitania de São Paulo, recém restaurada e governada pelo Morgado de Mateus, que possuía ordens expressas para recrutar os homens válidos. Vale a pena ressaltar também, que os anos de 1818 e 1828 são os que expressam maior diferença entre homens e mulheres livres, sendo 70.035 homens contra 78.785 mulheres em 1818 e 87.377 homens e 95.446 mulheres para o ano de 1828. Esses períodos correspondem ao momento, em que os conflitos no Sul, as guerras contra Artigas e depois contra a Argentina, estavam se desenrolando, sendo que o ano de 1828 marca o fim dos conflitos.

Bastante heterogênea era a sociedade paulista da época. Possuía um elevado número de mulheres que viviam sós e chefiavam suas casas e negócios na ausência de seus maridos e companheiros; um número, bem mais restrito, de senhores de engenho com seus negócios voltados para a exportação e que enfrentavam dificuldades com a mão-de-obra escrava, que necessitava ser vigiada constantemente; comerciantes ligados com os mais diferentes tipos de negócios e que, aos poucos, iam se inserindo na política colonial e agricultores ligados ao abastecimento interno.

Desde o século XVII, o comércio de abastecimento vinha se destacando dentro da economia paulista, o que acabou possibilitando o despontar de um grupo, ainda que restrito, de comerciantes que se enriqueceram em suas atividades e que buscavam adentrar a tradicional sociedade paulista – aquelas ligadas aos bandeirantes – na qual não eram aceitos. No que se refere à cidade de São Paulo, tem-se informações que desde o início do século XVIII, os moradores mais ricos já eram comerciantes. (BLAJ, p. 294)

Aos poucos, ao longo de todo o século XVIII, esses comerciantes passaram a ameaçar “a posição de mando das famílias de antiga cepa, disputando com elas os cargos que mantinham no Senado da Câmara, nos quadros militares e nas funções burocráticas do governo”. (ABUD, 1978, p. 04) Esses comerciantes encontraram no casamento e no militarismo, uma forma de conseguirem a almejada distinção social, embora, como destaca Maria Beatriz Nizza da Silva, houvesse um certo desacordo entre as duas práticas, uma vez que, muitos homens buscavam se casar para burlar o recrutamento, já que os homens casados seriam recrutados apenas em último caso. Em épocas de recrutamento, ou de guerra,

(...) as próprias autoridades civis pediam a colaboração das autoridades eclesiásticas no sentido de estas dificultarem momentaneamente os matrimônios, dado que precisamente em época de recrutamento aquela parte da população masculina que não optava por se meter pelos matos recorria ao casamento como forma de dificultar o alistamento, pois sempre eram recrutados em primeiro lugar os solteiros e os malcasados, ou seja, os concubinados. (SILVA, 1984, p. 57)

Durante o século XVIII, os comerciantes negociavam os gêneros alimentícios e as tropas de gado que saíam de São Paulo em direção às demais Capitanias e adquiriram fortuna com as monções. No entanto, com os incentivos dados ao plantio da cana-de-açúcar, somados a uma conjuntura favorável – crise nas Antilhas e alta do preço no mercado europeu – acabaram ganhando novos mercados para atuarem, diversificando seus negócios. Dentro de uma economia de exportação, o grupo dos comerciantes arrebanhou para si o transporte do açúcar até o porto de Santos e investiu na venda de escravos negros, mão-de-obra utilizada nos engenhos; muitos passaram a emprestar dinheiro aos fazendeiros, não deixando de lado suas antigas funções: a arrematação de contratos e o comércio e transporte dos gêneros alimentícios e do gado que vinha do Sul. A ampliação dos negócios mercantis foi absorvida, em parte pelo grupo já existente na Capitania, mas também, pela entrada de novos elementos que haviam desviado seu capital das minas, e, por portugueses que buscavam novas oportunidades para investirem seus capitais.

Desse modo, ao raiar o século XIX, a Capitania de São Paulo possuía uma gama bastante diversificada de comerciantes e mercadores. Em especial, aqui, nos interessa os negociantes de grossos cabedais, “que, com a preocupação de ascender socialmente, procuravam combinar empreendimentos de vulto com a ocupação de altos cargos nos corpos de milícias e, também, na máquina burocrática administrativa.” (PUNTSCHART, p.5)

Esses grandes negociantes – que formavam a elite mercantil paulista da época – acabaram investindo seus capitais em diferentes áreas, tornando-se financiadores para agricultores locais e comerciantes de menor vulto, dominando a economia paulista.

Interessante que a própria condição do comerciante dentro da sociedade da época vinha mudando: o que antes era considerada uma profissão indigna começava a ganhar “status” de nobreza, a partir da segunda metade do século XVIII. Segundo Rabello, “de acordo com a lei de 30 de agosto de 1770 o comércio passou a ser considerado por Portugal como uma profissão nobre e necessária e vários esforços foram feitos no sentido de incentivá-lo tanto na Metrópole como nas colônias.” (RABELLO, 1988, p. 36)

Apesar disso, ainda enfrentavam os comerciantes a oposição das elites tradicionais: no caso paulista, os elementos das antigas famílias ligadas aos bandeirantes. Como financiavam parte da produção açucareira e estavam relacionados com o transporte e comércio desse produto, bem como com o fornecimento da mão-de-obra para as lavouras, mantinham bom relacionamento com os senhores de engenho, mas é provável que os grupos ligados à exploração da terra, não aceitassem as pretensões políticas e sociais dos comerciantes – em muitos casos, tidos como um grupo inferior – uma vez que alguns desses fazendeiros se encontravam na dependência dos capitais mercantis e não gostavam nada dessa situação. Assim, possuindo respaldo econômico, mas ainda não se encontrando solidamente estabelecido nos campo político e social, continuaram os comerciantes e negociantes paulistas a recorrerem ao casamento, a política e ao militarismo

como formas de ascender socialmente, conforme vinham fazendo desde o século XVIII. Por isso tentaram adentrar nos órgãos administrativos tornando-se vereadores, juízes, deputados, senadores e mesmo Presidente de Província, bem como se inserir nas milícias e ordenanças onde chegaram a ocupar altos cargos.¹²

Particularmente, aqui nos interessa analisar a entrada desses comerciantes e negociantes nas entidades militares, uma vez que uniram os seus interesses aos da Coroa, e passaram a financiar muitos batalhões que iam para os conflitos na Bacia do Prata, o que analisaremos no capítulo seguinte.

Desse modo, as Câmaras Municipais, os cargos de maior prestígio e poder, as irmandades, as ordens terceiras e as militares se tornaram um reduto da camada mercantil. Embora os fazendeiros ligados às famílias tradicionais de São Paulo, também estivessem presentes nos cargos políticos e militares, acabaram aceitando a entrada dos negociantes, pois não viam muitas vantagens pessoais em ocupar tais cargos, pois já possuíam a sua autoridade reconhecida, bem como, sua posição social. Além do mais, embora ainda tivessem respaldo político, muitos desses cargos vinham declinando em importância e espaço, em decorrência do processo de centralização que vinha ocorrendo desde o século XVIII.

A nós, interessa o papel desempenhado pelos comerciantes de grande vulto, nos conflitos que emergiam ao Sul da colônia. Esses comerciantes eram estimulados pela Coroa a participarem dos conflitos no Prata através do financiamento de tropas, fazendo doações para a organização das mesmas, e em troca recebiam promessas de privilégios e títulos.

Na verdade, a Coroa incentivava a participação de negociantes nas milícias através de promessas de concessões e regalias, tais como, a isenção de contribuições reais, recompensas com hábitos e tenças e, ainda, a

¹² Sobre o avanço dos comerciantes nos órgãos administrativos ver em especial o item 2.4 – Participação dos comerciantes na vida paulistana, da tese de livre docência de Elizabeth Darwiche Rabello – *Os Comerciantes na Sociedade Paulistana na Primeira Metade do século XIX*. Os dados citados no texto se encontram às páginas 262/263.

autorização para julgamento em tribunais privativos aos militares. Por seu turno, os comerciantes que se integravam nas milícias formavam e sustentavam, com seus próprios recursos, batalhões inteiros, além de se colocarem à disposição da Coroa, por exemplo, para socorrer as fronteiras sulistas, transportando para aquela região em seus navios, homens, armas e alimentos. (PUNTSCHART, p. 44)

Muitos desses comerciantes que alcançaram altos postos dentro das milícias, se tornaram tiranos opressores, confundindo suas atribuições, maltratando a população, e utilizando seu cargo e posição pública para resolver problemas pessoais, como foi o caso do arbitrário Coronel Policarpo Joaquim de Oliveira, que perpetrava abusos nos recrutamentos: prendia mulheres na mesma cela em que estavam homens que elas não conheciam, para que assim revelassem o paradeiro de seus familiares foragidos; desobedecia à lei e usava de seu cargo para vantagens pessoais. Segundo Leonzo, “várias representações assinadas por pessoas que se diziam lesadas física e moralmente pela conduta” de Policarpo que, segundo a autora, não parecia ser um caso isolado, chegavam às mãos do governador. (LEONZO, 1979, p. 98) ¹³

Ainda no ano de 1798, mesmo após ter sido punido por alguns de seus atos, valendo-se de sua autoridade de comandante do Regimento de Dragões Auxiliares, e de suas relações amistosas com o então Governador da Capitania – Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça – Policarpo teria voltado a sonegar o pagamento de dívidas, apropriara-se de terras alheias e explorava seus subordinados. (LEONZO, 1979, p. 102) Mesmo que tenha ocorrido uma punição para os desmandos e falcatruas de Policarpo, subentende-se que esses abusos eram permitidos pelas autoridades que faziam vistas grossas, devido à própria relação de cumplicidade existentes entre ambos.

¹³ Sobre as arbitrariedades cometidas pelo Coronel Policarpo Joaquim de Oliveira veja a tese de doutoramento de Nanci Leonzo – *Defesa Militar e Controle Social na Capitania de São Paulo: As Milícias* – em especial o 4º Capítulo, em que se analisa o exemplo do referido Coronel.

Devemos lembrar que esses comerciantes, não iam propriamente para os conflitos, embora ocupassem cargos importantes dentro das milícias, que eram instituições em que se recrutavam a grande maioria dos soldados que iam lutar no Sul. Esses comerciantes, sempre achavam uma maneira de esquivar-se de suas obrigações militares, alegando motivos de doença ou os seus próprios negócios, mandando em seu lugar membros das camadas mais simples, que não possuíam meios de se esquivar dos recrutamentos.

Esse foi o caso, por exemplo, do Brigadeiro Luis Antonio de Souza, importante comerciante paulista, considerado o maior “carregador de assucar” da Capitania; mas seus negócios com o açúcar não se restringiram ao transporte, também foi importante produtor, e cedo adentrou nas milícias, em busca de maiores oportunidades de ascensão social e econômica. Prestou serviços nas milícias paulistas durante 33 anos, 22 dos quais como Coronel do Regimento de Infantaria Miliciania da Vila de Sorocaba, sempre fazendo doações para as tropas e arcando com despesas que caberiam ao Rei. Socorreu com dinheiro, duas vezes, as expedições que rumavam ao Sul, porém suas “gravíssimas moléstias” o impediram de ir pessoalmente prestar aqueles serviços.¹⁴

Verificado os elementos que constituíam a sociedade paulista da época, podemos concluir que mais do que ampliar sua economia a Capitania/Província de São Paulo diversificou seus grupos sociais. Dentro da política do recrutamento, esses diferentes grupos (senhores de engenho, pequenos lavradores ligados ao comércio de abastecimento, comerciantes e escravos) assumiram posicionamentos diferentes, de acordo com seus interesses e suas ambições. Os comerciantes, como acabamos de analisar, possuíam interesses mais próximos aos da Coroa, percebendo na militarização da Capitania e nos recrutamentos, uma chance de ascensão social e

¹⁴ As informações à respeito do Brigadeiro Luis Antonio de Souza se encontram em um artigo de Nanci Leonzo – Um empresário nas milícias paulistas: o Brigadeiro Luis Antonio de Souza, publicado nos *Anais do Museu Paulista*, tomo XXX, 1980/1981.

de melhores oportunidades. Os grupos ligados ao abastecimento interno e à cana-de-açúcar encararam o recrutamento como um vilão que prejudicava seus negócios; os primeiros, porque perdiam os braços dos parentes e agregados; os segundos, porque temiam que a massa escrava descontrolada não encontrasse homens brancos para contê-la.

1.3 – O “espírito militar” paulista

No início da colonização, os habitantes de São Paulo, devido ao isolamento da Capitania, às dificuldades de comunicação com o litoral – por causa da Serra – e, ao descaso das autoridades metropolitanas, acabaram buscando os sertões, num movimento contínuo de deslocamento em busca da sobrevivência; primeiro no encalço do índio e, posteriormente, na trilha dos metais preciosos.

Nesse contexto é que se delineou a figura do bandeirante que, apropriada pela historiografia, se tornou o ícone do paulista, sobre o qual a história de São Paulo foi construída. Na imagem que permaneceu, o bandeirante passou a representar a força, o sangue guerreiro do paulista, de um povo dado ao militarismo, pela natureza de sua própria raça, uma “raça de gigantes”.

No entanto, as imagens cristalizadas pela historiografia nem sempre condizem com a realidade. No caso de São Paulo, a figura dos bandeirantes é evocada para todo o período colonial, como se nada mais houvesse na Capitania além das Bandeiras – das constantes idas aos sertões. Pareada a esse fato, aparece a pobreza econômica da Capitania, o que condicionaria os paulistas a uma vida nômade e rude, embrutecendo-os e desenvolvendo esse “espírito militar” nato.

Ilana Blaj (p. 53) destaca que os estudos que cristalizaram a idéia de uma raça paulista, cujos principais traços eram: a coragem, a independência e o apreço à liberdade, estariam presentes nas obras de escritores vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, que no início da República, traçaram paralelos entre o paulista daquele momento e os antigos bandeirantes.

Ocorre que, em fins do século XVII e início do XVIII, a figura do bandeirante já não era imperante na Capitania de São Paulo. Cada vez mais ela ia cedendo espaço para os fazendeiros, comerciantes e tropeiros que começavam a despontar na sociedade paulista, estabelecendo um novo modo de ser, criando novos hábitos, em particular, uma vida sedentária e o gosto pelo conforto, costumes totalmente diferentes daqueles utilizados pelos bandeirantes. Segundo Glória Kok, “as monções modificaram a mentalidade dos paulistas, já que tiveram ação disciplinadora e de algum modo amortecedora sobre o ânimo tradicionalmente aventureiro daqueles homens” (KOK, p. 40), civilizando o bandeirante rústico e destemido, fazendo com que as aventuras e penúrias ficassem no passado.

Enquanto as bandeiras eram expedições em busca de índios para escravizar e riquezas, o que aguçava o sentimento de aventura, as monções eram organizadas por comerciantes que ao se utilizarem dos rios visavam abastecer a região centro-oeste com diferentes produtos, exigindo extrema disciplina e organização.

Porem, ainda que os bandeirantes tivessem ficado no passado, sua imagem predominaria durante muito tempo no imaginário de todos. Imagem esta que já se encontrava arraigada muito antes dos escritores do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo a utilizarem para justificar a superioridade dos paulistas, e o papel de comando que lhes caberia durante a Primeira República, momento em que, como já dissemos, o bandeirante foi retomado como ícone da superioridade paulista.

A fama dos bandeirantes ainda estava presente na memória dos brasilienses, portugueses e espanhóis no início do século XIX. A associação entre os soldados paulistas e os antigos bandeirantes era muito comum. Estabeleceu-se como algo praticamente incontestável um suposto “espírito militar” entre os paulistas, como se a “raça” paulista fosse naturalmente impulsionada à guerra, sendo esse seu destino, ao qual não fugiam, pelo contrário, se entregavam com gosto e paixão.

Embora alguns viajantes que passaram por São Paulo no século XVIII e XIX, e mesmo os que lá nunca estiveram, tenham pintado a imagem de um paulista vagabundo e bandido, desmentindo seu caráter militar, muitas vezes desqualificando a imagem heróica e guerreira que se tinha a respeito dos mesmos, outros continuaram a divulgar suas “qualidades” e superioridade racial.

Assim, em “História colonial da cidade de São Paulo no século XIX”, Taunay destaca Escritores como Hipólito Taunay e Ferdinand Denis, que publicaram em Paris, no ano de 1822, “Le Brésil ou Histoire, moeurs, usages et coutumes des habitants de ce royaume”, onde ressaltam que em todos os tempos a Província de São Paulo fixou

(...) a atenção da Europa graças sobre tudo às fábulas espalhadas sobre a origem e o caráter de seus habitantes. Velhas obras publicadas pelos jesuítas haviam assoalhado que os paulistas não passavam de vil bandidos e vagabundos apregoando a existência da sua república independente de Portugal, coisa que jamais existiria. (TAUNAY, p. 162)

Da mesma opinião, La Harpe, em “Abregé de l’Histoire des Voyages”, escrito na segunda metade do século XVIII, ressaltava que “a posição afastada de São Paulo, as dificuldades de viajar no interior, fazem com que hajam nascido lendas ridículas, sobre os paulistas e seu caráter feroz” (TAUNAY, p. 122). Idéias essas desmentidas também por José Carlos Pinto de Souza em “Biblioteca Histórica de Portugal e seus domínios ultramarinos”,

publicado em Lisboa em 1801, em que o autor afirma que “em defesa da verdade devo dizer que tudo quanto se atribui de ferocidade e rusticidade aos paulistas, é falso o que sei pôr ter servido na dita Capitania”. (TAUNAY, p. 127)

No entanto, dentro do Brasil, ainda permanecia a imagem do bandeirante aventureiro e destemido, do sertanejo rústico, chegando aos limites da barbárie, guerreiro por natureza, embora há muito tempo, os mesmos já estivessem estabelecido costumes e hábitos mais amenos, vivendo da agricultura e do comércio, sem ímpetos guerreiros.

Entre os mais conhecidos viajantes que por São Paulo passaram no período e, provavelmente, divulgaram seus relatos na Europa, e mesmo entre os naturais da terra, permanecia a idéia de superioridade dos paulistas.

Esses viajantes deixaram registrados em seus diários, a imagem de um paulista, muito associada à figura do bandeirante, que impunha respeito e medo entre as Capitanias e países vizinhos.

Segundo Spix e Martius, o espírito “intrépido” dos paulistas, desenvolvido devido às suas andanças pela colônia e pelas províncias espanholas, na busca da liberdade e independência portuguesa do jugo espanhol e pela cobiça do ouro, teria lhes deixado marcas, sendo que em São Paulo,

(...) mais do que em qualquer outro lugar, nota-se essa ligação do presente com o passado. Esse sentimento tem-no o paulista, e ele diz a si mesmo, não sem orgulho, que a sua cidade-pátria possui uma história própria, exercendo poderosa influência sobre a de seus vizinhos, embroea remontando a poucos séculos apenas. (SPIX e MARTIUS, p. 120)

Esses “atributos” paulistas, bem como sua fama, podem ser observados também nas obras de John Mawe e Gustavo Beyer. Ao passar pelo Rio Grande do Sul em 1804, Mawe (p. 72)

dizia que “o ser paulista é considerado aqui, por todas as senhoras, com grande honra; pois os paulistas são decantados em todo o Brasil pelos seus atrativos e dignidade de caráter”.

Já Gustavo Beyer, em 1813, ainda teimava em ver nos paulistas uma raça à parte, uma espécie de super-homem com qualidades excepcionais. Segundo ele, “os habitantes da Capitania de São Paulo, distinguem-se de todos os outros americanos por sua civilização e boa aparência. Fogosos, bravos e sinceros, tornaram-se sempre temidos nas antigas guerras com os espanhóis e os índios, sendo militares por natureza”. (BEYER, RIHGSP, v. 12, p. 288)

Mas os escritos sobre os paulistas são mais antigos. Katia Abud afirma que a produção de escritos sobre as bandeiras se intensificou no século XVIII, especificamente a partir da segunda metade do século XVIII. Nesse momento começavam a surgir as obras de dois historiadores paulistas: Pedro Taques e Frei Gaspar, ambos descendentes dos primeiros povoadores da Capitania. Nesses escritos, foram traçadas algumas das principais características dos bandeirantes que ficariam para a posteridade.

Segundo Abud, os dois autores fizeram de suas obras porta-vozes das reivindicações das famílias antigas, no sentido de garantir seu espaço dentro de uma sociedade, que começava a receber elementos novos que desejavam garantir seu espaço diante dos grupos tradicionais. Defendiam esses escritores “o que consideravam direito dos descendentes dos antigos povoadores, ameaçado pelo advento de um novo grupo, de comerciantes portugueses, que fazia fortuna”. (ABUD, 1985, p. 98)

A imagem que eles fizeram do bandeirante – de alguém nobre e superior – foi a que predominou entre a maioria dos historiadores e cronistas que trataram de São Paulo no mesmo período. As obras desses autores tiveram divulgação na Europa e no Brasil e influenciaram muitos outros escritores acerca do caráter paulista, contribuindo para a cristalização do mito.

A história dos bandeirantes existia, foi uma realidade, não se pretende aqui negá-la, sabemos da sua importância e de sua influência sobre a história dos paulistas e do Brasil como um todo. O que se pretende ressaltar é que essa história começou a ser escrita num momento específico da História Paulista, por historiadores ligados às antigas famílias da terra, das quais descendiam os bandeirantes, não estando os mesmos despidos de interesse.

Vale a pena destacar, que tanto Frei Gaspar como Pedro Taques, representantes da antiga cepa paulista, escreveram suas obras, no momento em que a Capitania de São Paulo sofria com a militarização imposta pela Metrópole, exatamente, no período em que os recrutamentos e a imposição militar se faziam presentes. Embora a intenção de tais obras não tenha sido estimular os paulistas a adentrarem aos conflitos ao Sul, é bem provável, que tenham sido usadas para injetar ânimo nos paulistas, na tentativa de incentivá-los a reviverem os antigos feitos dos bandeirantes, narrados de forma heróica e enaltecida, por esses dois escritores.

Também é interessante notar que a militarização da Capitania era vista com bons olhos pelos novos elementos que começavam a espocar na sociedade paulista, pois estes precisavam se afirmar diante da tradicional elite paulista, ligada aos bandeirantes, a mesma a que pertenciam Frei Gaspar e Pedro Taques, e que se via ameaçada com a entrada desses novos elementos. Os comerciantes podem ter se utilizado desses escritos, na busca de seduzir as massas paulistas a participarem dos conflitos na Bacia do Prata, o que facilitaria o recrutamento.

Desse modo, a imagem do bandeirante que ficou para a posteridade, ainda estava em construção no século XVIII e foi utilizada como uma das justificativas para os recrutamentos, que se embasavam no suposto “espírito militar” considerado típico dos paulistas, divulgado nas obras de Frei Gaspar e Pedro Taques, embora essa não fosse a intenção desses dois homens ao escreverem.

Seja como for, a paz reinava entre os paulistas em 1765, no momento em que os recrutamentos começaram, mas no imaginário metropolitano e colonial, as façanhas dos bandeirantes ainda eram muito recentes e, embora para alguns não passassem os paulistas de vagabundos e bandidos, não parece ter sido essa a imagem que predominava na época. Por isso, um dos argumentos usados pela Coroa, para que a Capitania cedesse o maior número possível de homens para os conflitos no Sul, a partir da segunda metade do século XVIII, foi o suposto caráter militar dos paulistas, o peso da figura bandeirante.

De fato, não se pode negar que a fama dos bandeirantes e seu caráter militar ainda estavam presentes no imaginário colonial e, pelo jeito, no do português também. Como vimos, a própria literatura divulgava essa imagem, ainda que alguns a contestassem. Cristalizara-se o ideário de um paulista rústico, bárbaro, sem muitos pudores, por um lado, no entanto, outros acentuavam a sua predisposição natural para a guerra, o fato de saberem lutar como ninguém e estarem dispostos a isto, enxergando na guerra, a principal vocação do paulista.

Soube a Coroa lidar muito bem com essa dualidade; para incentivar os paulistas a participarem dos conflitos no Sul, reavivou em seu imaginário, os feitos dos bandeirantes, destacando a sua “vocação” guerreira; quando os mesmos desertavam ou se negavam ao recrutamento os ofendia, tratando-os como rústicos, vagabundos, gente desclassificada que se esquecera das antigas tradições, em particular, do caráter bandeirante.

Assim, ainda que se fale em uma “herança militar”, e se classifique o paulista como guerreiro por natureza, isso não significou que durante os séculos XVIII e XIX, os mesmos aceitassem a militarização de São Paulo e fossem de bom grado para os conflitos que se seguiram ao Sul. A documentação oficial está repleta de reclamações sobre os recrutamentos, que, como já vimos, não interessavam a alguns elementos da sociedade paulista. As deserções e as fugas, que foram constantes, também eram formas de se contestar os recrutamentos e mostrar que não eram

bem vindos, que não estavam nos anseios da maioria da população, como tentavam afirmar alguns.

Bem observou Saint-Hilaire, em sua primeira viagem a Capitania de São Paulo, quantos transtornos os recrutamentos causaram aos paulistas. Segundo ele,

Quando se iniciou o recrutamento para o exército do sul, os paulistas desde muito tempo gozavam de uma paz profunda, por isso os acontecimentos muito os consternaram, e a sua, e a sua consternação ainda foi mais viva, porquanto eram recrutados tanto os homens casados como os solteiros. Para a defesa de sua própria terra, de seu São Paulo querido, não duvidamos, ocorreriam em massa, sem hesitações; mas ocorria que os homens recrutados iam bater-se por uma causa que lhes era de certa forma estranha, contra um povo do qual, talvez, nunca tivessem ouvido falar, sendo mister que partissem para regiões a várias centenas de léguas de São Paulo, longe de suas famílias, sem esperança de revê-las durante muito tempo, sem mesmo, poder fornecer-lhes notícias. (SAINT-HILAIRE, 1903, p. 62)

Ainda destaca o autor, que na Capitania de São Paulo, ninguém se empenhava, como em Minas Gerais e Goiás, pela honra de vestir a farda militar, destacando que os soldados tinham que ser recrutados à força, sendo muito comum as fugas e as deserções. (SAINT-HILAIRE, 1903, p. 184/185)

Spix e Martius também notaram o desafeto dos paulistas para com os conflitos no Sul. Na opinião do povo, a guerra não havia sido empreendida por motivos urgentes e, sim, pela vontade da minoria, “afigura-se estranha ao roceiro sossegado, naquela época nada habituado a combater, e provoca os mais vivos protestos, logo que se exige dele o sacrifício da vida, e da felicidade da família de vários parentes”. (SPIX e MARTIUS, p. 112)

Sergio Buarque de Holanda destacou que o estereotipo do paulista militar, da existência de um espírito militar, foi amplamente divulgado, em particular pelos escritores e viajantes que por São Paulo passaram, ressaltando, no entanto, que errará “quem acolha ao pé da letra a opinião que os habitantes da Capitania se deixassem aliciar de bom grado para campanhas

cujo objetivo final lhes escapava ou lhes era pouco menos do que indiferente”. (HOLANDA, 1964, p. 433-434)

Ao que tudo indica, o espírito militar paulista não existiu, entendendo-se esse espírito, como a vontade, ou necessidade, do paulista querer e desejar de bom grado adentrar aos conflitos que se seguiram na Bacia do Prata. O que se percebe é uma militarização forçada da Capitania/Província de São Paulo, onde os recrutamentos foram impostos aos paulistas, não sendo aceitos como uma missão em nome da tradição.

A militarização da Capitania existiu desde a época dos bandeirantes, quando esses eram chamados para sanar conflitos em outras Capitanias, e intensificou-se a partir do governo do Morgado de Mateus. Conviveu com os protestos de alguns elementos da sociedade paulista. Mas o aparato militar imposto a São Paulo, não se deveu à inclinação dos paulistas para a guerra, ao famoso “espírito militar”, mas teve outros motivos, como veremos no segundo capítulo.

Ocorre que esse suposto “espírito militar” justificou o intenso processo de militarização ao qual a Capitania/Província de São Paulo se viu cercada a partir da segunda metade do século XVIII e início do XIX, cujo principal objetivo, seria contribuir com homens e recursos para os conflitos na Bacia do Prata, entre portugueses e espanhóis.

De fato, o peso do militarismo estava presente nessa sociedade, já o destacara Enrique Peregalli para o século XVIII, afirmando que em 1772 18,14% dos homens produtivos da Capitania estavam a serviço de El Rei, sendo que em 1777 Martin Lopes Lobo Sandanha tinha mais de 20% da população economicamente ativa prestando serviço militar. Segundo Peregalli,

Em abril de 1777, quando Saldanha ordenou a suspensão dos recrutamentos diante da paz tratada entre Espanha e Portugal, São Paulo tinha 7.825 homens no serviço militar. Isso sem contar os que prestavam serviços pessoais, trabalhando nas construções militares (...) nem os que trabalhavam nas roças para alimentar o exército. (PEREGALLI, 1986, p. 72)

Isso para uma população que excedia a pouco mais de 110.000 habitantes.

O Capitão-General Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça, em suas memórias sobre o estado econômico e político da Capitania de São Paulo, escrita em 1800, ressalta que a força militar da Capitania era de 10.171 homens, sendo que 1.109 eram da Legião de Voluntários Reais, 850 do Regimento de Artilharia, 6.400 compunham a Tropa Miliciania de Infantaria e 1.812 a Tropa Miliciania de Cavalaria. (MENDONÇA, Anais do Museu Paulista, v. 15, p. 141-142)

Levando-se em consideração os dados populacionais levantados por Marcilio (p. 76) para o ano de 1798, que corresponde a um total de 141.041 habitantes, dos quais apenas 69.916 eram homens, sendo que 44.155 eram brancos, 14.737 pretos e 11.024 pardos, chega-se à conclusão que muito mais do que 14% da população masculina estava arrolada no serviço militar, pois entre esses 69.916 homens, muitos não possuíam 14 anos (idade mínima que os garotos começavam a ser recrutados) e uma parcela considerável – 25.761 homens – eram pretos e pardos, sendo que muitos deles deveriam ser escravos e ficariam, portanto, dispensados do serviço militar.

Informação semelhante nos é fornecida pelo Conde de Palma para o ano de 1814. Segundo ele, as tropas de linha da Capitania chegavam, em tempo de paz, a 10.871 homens, além das ordenanças. (MASCARENHAS, RIHGB, v. 36, p. 212)

De fato, o processo de militarização da Capitania de São Paulo foi uma realidade, pois uma grande parcela dos homens válidos estava arrolada no serviço militar. Ao visitar a Capitania, Saint-Hilaire assim declarou-se, quanto à sua organização militar:

Na ocasião de minha viagem, a maior parte das forças militares da província de São Paulo estava na província do Rio Grande do Sul, então em guerra contra ARTIGAS, e terei oportunidade de dizer, mais adiante, quanto os soldados paulistas se distinguiram por sua constância, valor, inteligência e disciplina; os militares que vi durante minha permanência na cidade de São Paulo, não devem ser considerados mais do que uma espécie de reserva,

composta dos homens menos válidos, e devo dizer que, geralmente enfezados e raquíticos, teriam certamente, rejeitados em nosso exército. (SAINT-HILAIRE, 1903, p. 185-185)

Na Capitania, ficaram apenas os homens incapazes para o serviço militar, pois os bons soldados haviam partido para os conflitos na Bacia do Prata.

No capítulo a seguir, veremos como funcionou essa estrutura militar imposta à Capitania de São Paulo desde o século XVIII, e porque esta foi escolhida para ser o reduto militar do Brasil-colônia, diante dos conflitos que se sucederam no sul do Brasil, na tentativa de delinear-se os contornos das duas monarquias ibéricas.

Capítulo II – Os conflitos na Bacia do Prata

“O insensato espírito de conquista, que do antigo regimen portuguez transsudára com toda a sua odiosidade para o do Brasil independente, pode apenas justificar a pertinaz obstinação com que o gabinete imperial se propoz a sustentar a occupação e incorporação ao Brasil do antigo Vice-reinado de Montevidéo, ou Banda-oriental sob a denominação de província Cisplatina, (...); acto este que embalde se pretendeu cohonestar com o assentimento, que se dizia quase unanime dos seus habitates, quando é por sem duvida, que nos animos dos hespanhoes foi em todos os tempos e situações, no antigo como no novo mundo inextinguível e pungente a antipathia tradicional, que sempre preoccupou as duas nações rivaes, Portugal e Hespanha.

(OLIVEIRA, RIHGB, vol. 23, p.499-500)

2.1 – Antecedentes das disputas fronteiriças entre Portugal e Espanha na Bacia do Prata

Os limites territoriais entre Espanha e Portugal na América, desde o início da colonização, foram difíceis de serem estabelecidos. As disputas pelo território começaram antes mesmo que se tivesse conhecimento da extensão territorial do Novo Mundo, é o que atesta a Bula Alexandrina (1493) e o próprio Tratado de Tordesilhas (1494), sendo que esse último se mostrara difícil de cumprir desde o início, devido à impossibilidade técnica de se localizar o meridiano divisório com os recursos da época.

Diante da dificuldade de fixar as fronteiras, e de estabelecer suas demarcações no terreno, iniciou-se um longo período de atritos e de tensão diplomática entre Portugal e Espanha, gerando, no Novo Mundo, um ambiente de guerras e lutas, ao sabor das quais se delimitariam as possessões territoriais, através da ocupação efetiva dos povoados.

Se durante as primeiras décadas de colonização não foram muitas as transgressões ao Tratado de Tordesilhas, o que era encarado como ato hostil, com caráter político de conquista, a partir de 1580 – com a chamada União Ibérica – a linha imaginária foi praticamente esquecida e constantes foram os avanços. Afinal de contas, o que se verificava era a liberdade de movimento de súditos da mesma Coroa, pelo território de seu soberano. Pertencendo ao mesmo monarca, todas as terras, antes divididas entre as duas soberanias, naquele momento fundidas, perdia praticamente significação e importância a marcação estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas. (CALÓGERAS, p. 78)

A região do Prata, de nosso interesse particular, estava praticamente abandonada nessa época e nenhuma das duas Coroas Ibéricas tinha condições financeiras e população suficiente para colonizar, satisfatoriamente, essa área que demarcava os limites do território português e espanhol. Segundo Barroso, entre Laguna e Buenos Aires, a terra ficara devoluta,

repleta de onças e gado selvagem. A Banda Oriental permanecia despovoada, porque os índios minuanos e charruas se opunham a intervenção estrangeira, e apenas os jesuítas conseguiram se infiltrar, e acabaram formando as missões, ou seja, redutos de índios catequizados, sob a tutela dos jesuítas. (BARROSO, p. 121-122)

Com o fim da União Ibérica, em 1640, a situação fronteiriça entre Portugal e Espanha, na América, se encontrava em estado delicado. Durante 60 anos, os limites definidos pelo Tratado de Tordesilhas haviam sido desconsiderados.

Apesar do Tratado estipular que os portugueses não poderiam ir além de Laguna – em Santa Catarina – há muito, os bandeirantes promoviam várias entradas na direção do atual estado do Rio Grande do Sul, investindo contra o território do atual Paraguai, onde arruinaram as missões organizadas pelos jesuítas, infiltrando-se em áreas de colonização espanhola. Durante a União Ibérica, como já vimos, tanto os súditos de Portugal como os da Espanha, tiveram livre acesso à região. Porém, com o fim dessa união, o avanço feito pelos luso-americanos, passaria a ser contestado pelos espanhóis que, no entanto, não possuíam recursos para impedir o constante avanço português.

Se, inicialmente, os bandeirantes contaram com a tolerância, quando não com a conivência dos espanhóis, que muitas vezes se associaram aos paulistas na caça aos indígenas, isso não significava que eles não se opusessem ao avanço dos bandeirantes, pois também desejavam expandir seus territórios.

Com a descoberta do ouro nas Gerais, as incursões dos bandeirantes diminuíram, mas as minas necessitavam de gado, o que possibilitou o desabrochar de um intenso comércio desses animais, por negociantes e tropeiros paulistas, que conduziam o gado do Sul até às minas.

Como o crescimento da pecuária, o Sul ganhava respaldo econômico. Assim, no final do século XVII iniciaram-se movimentos colonizadores, por parte das duas Metrópoles, na

tentativa de validar juridicamente as suas pretensões territoriais: era a velha política em que a terra pertencia a quem a colonizava, e, não a quem a descobrisse.

Nas regiões atuais do Rio Grande do Sul e de Montevidéu, iniciou-se uma intensa política colonizadora por parte das duas metrópoles, em que a fundação da Colônia do Sacramento e de Montevidéu não são casos de geração espontânea, pelo contrário, inserem-se dentro de uma política colonizadora que adentraria ao século XVIII, na tentativa de desenharem-se os contornos dos atuais Uruguai e Rio Grande do Sul, o que acarretou inúmeros conflitos entre portugueses e espanhóis, ao longo dos séculos XVIII e XIX.

Nesse momento, chegamos ao ponto que o presente trabalho visa abordar: os conflitos na região do Prata – na tentativa de delimitar as fronteiras portuguesas e espanholas na América do Sul – e, a conseqüente utilização de tropas paulistas nesses conflitos.

Portugal almejava em suas incursões ao Prata, o controle do comércio da região, que, além da prata, já abarcava outras mercadorias, tais como: couros, carne-seca e erva mate, bem como, a expansão de seus domínios até o estuário platino. Ocorre que a Espanha também tinha interesses no comércio da região, e não aceitaria pacificamente as tentativas portuguesas de dominar a região.

Como referido, buscando afirmar suas pretensões no Prata, Portugal fundou a Colônia do Sacramento em 1680, na Banda Oriental, defronte à cidade espanhola de Buenos Aires, por ordem do Príncipe-Regente, D. Pedro de Bragança, que ordenou que Manoel Lobo, governador do Rio de Janeiro, erguesse uma base militar diante de Buenos Aires. Cerca de 300 soldados regulares do exército português, iniciaram a construção de uma fortaleza que se chamaria Colônia do Sacramento.

A Espanha, por sua vez, tentou conter os planos portugueses, fundando Montevidéu, no princípio do século XVIII, também na Bacia do Prata, próximo à Colônia do Sacramento, mas

em local estratégico para a navegação. Essa era a forma de impedir o contrabando e a expansão portuguesa na região, pois a fundação da Colônia do Sacramento não representava apenas a expansão das fronteiras naturais portuguesas, mas significava também a conquista dos grandes rios – o Rio da Prata e seus afluentes: os Rios Paraguai, Paraná, Uruguai e Cuiabá – ou, de pelo menos uma de suas vertentes, o que assegurava o controle das vias de navegação e do comércio. (BANDEIRA, p. 33-34)

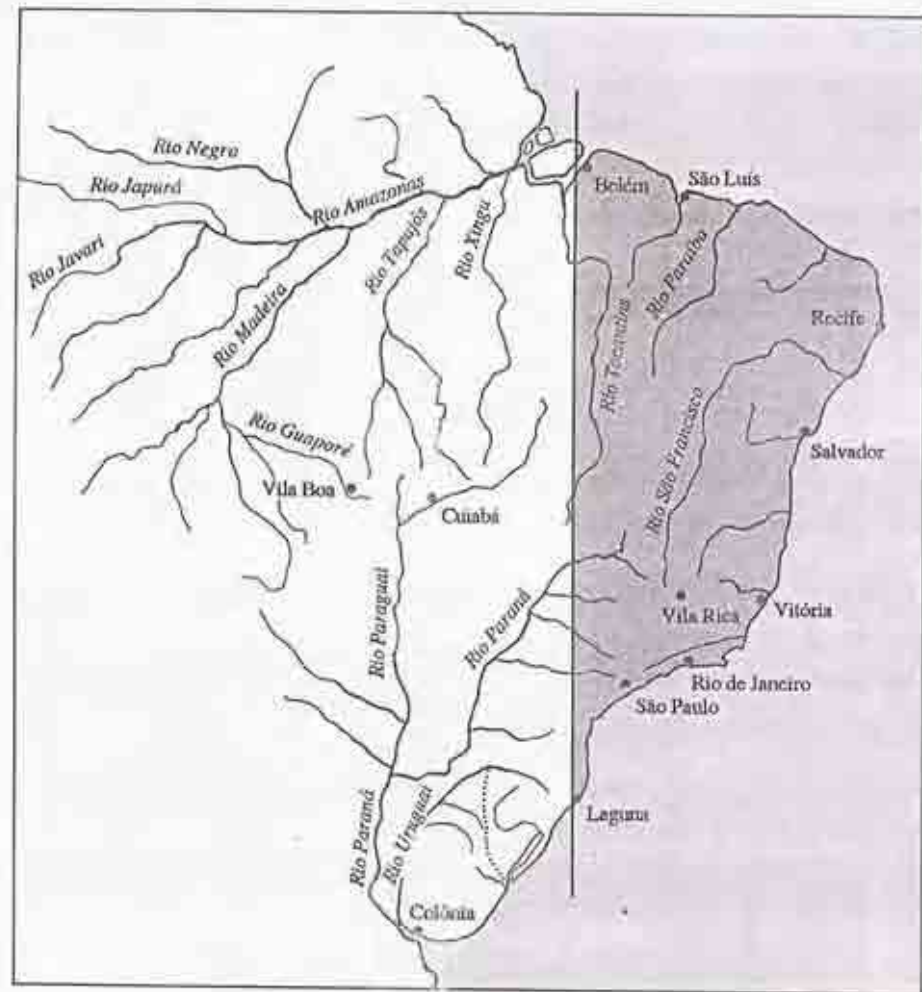
Os luso-brasileiros, em suas incursões ao sul, já haviam fundado, na área do atual estado de Santa Catarina, a Vila de São Francisco, em 1660, ocupando a ilha de Santa Catarina em 1675, e a zona de Laguna em 1676, que serviam como portos na direção do Rio da Prata. A fundação da Colônia do Sacramento, não foi um ato isolado, era apenas, mais uma iniciativa no projeto de conquista e colonização do sul, em especial da Banda Oriental.

Como ressaltou Wilma Peres Costa (1996, p. 79), a Colônia do Sacramento tinha duplo papel nos planos portugueses: ser ponto estratégico no avanço pela Bacia do Prata, mas também um ponto de contrabando.

Nas disputas em torno da Colônia do Sacramento, estava em jogo a própria estrutura colonial espanhola, uma vez que portugueses e ingleses, a partir do contrabando na América espanhola – feito através de Sacramento – feriam o monopólio espanhol sob suas colônias. A Colônia do Sacramento facilitava a introdução na América espanhola de escravos e todo tipo de manufaturas inglesas, principalmente tecidos; contrabando feito pelos portugueses, mas tendo os ingleses por detrás. (BANDEIRA, p. 36)

Para os portugueses, assegurar a navegação pelo Rio da Prata e seus afluentes, significava também garantir a única via de comunicação existente entre o Rio de Janeiro e as Capitanias de Mato Grosso e Goiás, comunicação essa, feita pelos rios Paraná e Paraguai, afluentes do Rio da Prata. Com o povoamento das regiões de Mato Grosso e Goiás, devido à

Brasil Antes e Depois do Tratado de Madri



- Fronteira do Tratado de Tordesilhas (1494)
- Território português de acordo com o Tratado de Tordesilhas
- Território português de acordo com o Tratado de Madri (1750)
- Fronteira do Tratado de Santo Ildefonso

0 500 milhas
0 1000 km

¹⁵ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 10 ed. São Paulo: Edusp, 2002, p.136.

descoberta de ouro na região, as ligações entre o litoral e o interior da colônia, passaram a depender desses rios, sendo que enquanto eles permanecessem fechados à navegação, povoados como Cuiabá, só poderiam vincular-se com o Rio de Janeiro por meio de caravanas cuja viagem levava de 14 a 15 meses. (BANDEIRA, p.40)

Assim, na busca de delimitar, expandir as fronteiras naturais, e assegurar uma gama de interesses variados, iniciava-se um conflito, em terras americanas, entre espanhóis e portugueses, que iria perdurar por boa parte do século XVIII e início do XIX. Período esse, marcado, pela tentativa de se delimitarem os contornos da Banda Oriental do Uruguai e do Rio Grande do Sul. Enquanto a economia riograndense ia se integrando ao mercado colonial português, como fornecedora de cavalos, muares, sebo e couro, a Banda Oriental, por sua vez, encabeçada por Montevideu e a posição privilegiada de seus portos, reconhecia-se como pertencente à Espanha, embora passasse a entrar em atrito com as autoridades sediadas em Buenos Aires, a capital do Vice-reino do Rio da Prata, desde 1776, por não aceitar sua subordinação a mesma.

Na tentativa de assegurar as fronteiras e garantir domínios que acreditavam ser seus, portugueses e espanhóis entraram em choque. Conflitos permeados por uma extensa rede diplomática, por inúmeros tratados e pelos acontecimentos europeus – que acabavam sempre influenciando na América – sucederam-se uns aos outros durante todo o período de luta.

Ocorre que, a Coroa portuguesa, não possuía em terras coloniais, uma estrutura militar organizada para sustentar um conflito de amplas proporções, como delineavam ser os conflitos ao Sul do Brasil, e, nem dispunha de homens e recursos em Portugal, para iniciar tal empreitada. Dessa forma, fazia-se urgente a organização de uma estrutura militar na colônia, que surgia, no momento, como a única opção viável para sustentar os conflitos que se delineavam na Bacia do Prata.

A falta de recursos e de homens para defender suas colônias era realidade antiga dentro na história portuguesa, e mesmo de outras metrópoles, como a própria Espanha. De fato, Portugal nunca teve condições de arcar com a defesa de seus territórios coloniais. A organização das forças militares na América portuguesa sempre foi responsabilidade dos donatários, pois Portugal não tinha condições de defender sozinho sua enorme colônia na América, tanto no que tange ao número de soldados, como aos recursos para financiar a organização de batalhões. Os donatários não possuíam, apenas, poderes civis, mas também a obrigação de defesa de suas terras. Não sendo as tropas do reino suficientes para cuidar da segurança da colônia, os donatários tinham o dever de organizar as ordenanças entre os moradores da colônia, recorrendo muitas vezes também às tribos indígenas amigas.

Somente em 1640 – com o fim da União Ibérica – é que Portugal, temendo sua vizinha no Novo e no Velho Mundo, tratou de se organizar militarmente nos termos modernos. Portugal temia também a investida em seu território americano das outras nações européias, por isso tratou de se organizar para poder defender-se, caso houvesse necessidade.

Mas foi somente com a descoberta das minas, que a Coroa portuguesa passou a centralizar em suas mãos a atividade militar, antes quase, inteiramente, sob responsabilidade dos colonos. Segundo Werneck Sodré,

No terreno militar, agora, pois, não era cabível a delegação de atribuições militares e, portanto, a constituição de organizações militares cujos quadros de comando e direção estivessem em mãos de elementos coloniais, todos colocados, pela característica de nascimento e de atividades, em condições de suspeição. Tais quadros de comando e direção deveriam permanecer nas mãos da metrópole, que o proveria com elementos de sua confiança, ou enviados do Reino ou aqui recrutados entre os portugueses mais ligados à administração colonial. (SODRÉ, 1979, p. 46)

A partir desse momento, a metrópole buscou centralizar a organização militar em suas mãos, na tentativa de evitar o contrabando e reprimir as manifestações de rebeldia. O próprio

ensino militar começava a ser organizado de forma sistemática. A função militar passava a ter um lugar de destaque, e, em 1698, o ensino de Artilharia tornou-se sistemático no Rio de Janeiro, e em 1699, instalou-se uma aula de Fortificação – espécie de engenharia de guerra – na mesma cidade. No entanto, seria somente a partir de 1738, que o ensino militar se tornaria obrigatório.

Iniciava-se um processo de estruturação militar do Brasil que seria controlado diretamente pela metrópole e pelos portugueses naturais, pois a situação não permitia mais que a organização militar da colônia corresse solta, ao gosto dos colonos; era preciso discipliná-los e enquadrá-los dentro dos interesses da Coroa portuguesa.¹⁶

Cada vez mais, as Ordenanças declinavam e cresciam os Corpos de Auxiliares – Milícias, muito mais organizadas e preparadas militarmente e que seriam amplamente utilizadas na repressão e disciplina da população local, bem como, nas guerras ao Sul, entre portugueses e espanhóis.

As Ordenanças não eram compostas de soldados, mas de povoadores, de lavradores, que deixavam suas obrigações de lado quando a necessidade se fazia presente. Era necessário organizar e cuidar melhor das forças militares da colônia, que deveriam estar prontas quando necessário. As milícias – organizadas a partir dos elementos arrolados nas Ordenanças – deveriam receber treinamento uma vez por mês, tinham fardamento próprio, assim como toda uma hierarquia militar. Além do mais, não se restringiam apenas à Capitania em que os homens eram recrutados, mas também possuíam a obrigação de defender todo o território, caso fosse necessário.

A institucionalização militar chegou até a criação de tropas regulares, que recebiam pagamento por seus serviços e treinamento próprio durante alguns meses do ano. Os elementos

¹⁶ Sobre a organização militar colonial, particularmente na Capitania de São Paulo, ver tese de doutoramento de Nanci Leonzo – *Defesa militar e controle social na Capitania de São Paulo: as milícias* – SP: USP, 1979.

que compunham essa tropa de elite deveriam sair das fileiras milicianas, daí o papel de destaque das milícias no processo de estruturação das forças militares. No caso das tropas pagas, da Capitania de São Paulo, se destacaram a Legião de Tropas Ligeiras e o Regimento de Infantaria de Santos, ambos criados no século XVIII, e que tiveram nos conflitos no Sul, um destino certo.

Nesses conflitos, participaram as tropas pagas da Capitania, bem como tropas milicianas que vinham sofrendo mudanças estruturais desde o século XVIII, subordinando-as cada vez mais aos poderes dos governadores, representantes da metrópole.

Esse processo – de subordinação das milícias locais ao poder dos governadores – teria se iniciado no governo de Gomes Freire, acentuando-se no do Morgado de Mateus, consolidando-se, por fim, no de Martin Lopes Lobo de Saldanha. (PEREGALLI, 1986, p. 63) As milícias deveriam se tornar cada vez mais úteis e subordinadas. Sobre o assunto conclui Nanci Leonzo que:

Constituiu-se a milícia paulista numa instituição destinada a servir amplamente aos interesses metropolitanos voltados para a manutenção da posse territorial, da ordem e da lei. O correto, portanto, será caracterizá-la não apenas como um simples instrumento de defesa militar mas, sobretudo, como um importante auxiliar da administração portuguesa na tarefa de submeter e disciplinar a população colonial. (LEONZO, 1979, p. 373)

Essa entrada, de elementos civis dentro da milícia, fazia parte de uma estratégia da Coroa que buscava subordiná-las aos seus interesses, por isso nada mais correto do que entregar seu comando a homens que se afinassem com os seus interesses, no caso, alguns elementos das elites paulistas, especificamente os grandes comerciantes.

Percebe-se uma intrínseca relação de interesses: de um lado, a Coroa que procurava homens de sua confiança para chefiarem as milícias, que se tornaram órgão de repressão e manutenção da ordem. Do outro, comerciantes de origem portuguesa ligados à Coroa, através de seus negócios de importação, exportação e arrematação de contratos, e sedentos de distinção

social que lhes ampliasse os negócios e lhes desse projeção social. O colono, pela sua condição de nascimento, e, pelas atividades que exercia, tornara-se suspeito, enquanto os comerciantes enquadravam-se melhor nas intenções metropolitanas. Assim, uniam-se os interesses.

Esse processo de aproximação das elites mercantis com os interesses metropolitanos, já vinha desde o século XVIII e apenas ganhou novas proporções no XIX.

No início do século XIX, uma nova etapa no processo de centralização militar se concretizou com a criação do cargo de Inspetor Geral de Milícias, no ano de 1809. Com a criação desse cargo buscou o Príncipe Regente “conceder às Milícias paulistas uma organização mais condigna com os régios interesses” (LEONZO, 1979, p.177), sendo atribuição do Inspetor, regularizar e disciplinar os corpos milicianos, obrigação antes nas mãos dos governadores, que agora ficavam em situação delicada, pois sua função militar seria avaliada por alguém escolhido e a mando da Coroa.¹⁷

Não podemos afirmar que, com esse ato, tivesse D. João a intenção de vigiar as ações dos governadores e das elites locais, buscando acabar com certas arbitrariedades que existiam no meio militar, ou se apenas, desejava garantir o melhor funcionamento das mesmas, embora coubesse ao Inspetor – além de verificar as condições físicas e materiais das tropas – “procurar obter informações sobre a conduta dos oficiais e de seus comandados”. Além do mais, “com a nomeação de um Inspetor vinha a se efetivar a interferência régia nos assuntos pertinentes às Milícias”. Todas as informações sobre as tropas milicianas deveriam ser passadas diretamente ao Inspetor e não mais ao governador, que passaria a receber relatórios do Inspetor com análises, comentários e sugestões de como agir. (LEONZO, 1979, p. 180-181)

¹⁷ Sobre as obrigações do Inspetor Geral das Milícias ver a tese de doutorado de Nanci Leonzo – *Defesa Militar e Controle Social na Capitania de São Paulo: As Milícias*; páginas 177 a 181.

Ao que indica a correspondência do Governador Franca e Horta – antes mesmo da criação de um cargo oficial de Inspetor – a Capitania deveria receber a visita esporádica de inspetores que viriam fiscalizar a situação das tropas, o que causava uma certa preocupação entre as autoridades. No início de abril de 1808, o governador enviava ofícios ao Brigadeiro Mexia Leite, então Comandante da Praça de Santos, a Anastacio de Freitas Trancozo, Sargento Mor Comandante da Legião, e a todos os Coronéis e Comandantes dos Corpos Milicianos, alertando-os de sua suspeita a respeito da visita próxima de um Inspetor, que deveria “passar revista, e examinar o estado da Tropa de Linha e Milicianna” (D. I. vol. 57, 03/04/1808, p. 208)

O Governador ainda pedia que se mantivessem as tropas nas melhores condições possíveis, exercitando-as constantemente, para que o Inspetor as achasse bem disciplinadas, revogava ainda as licenças que havia concedido, para que as tropas não se achassem desfalcadas, e, assim, o Inspetor tivesse uma boa impressão das tropas da Capitania. (D.I. vol. 57, 03/04/1808, p. 208 e 209)

Ao mesmo tempo em que se intensificava a interferência régia nos assuntos militares, continuavam os cargos de comando das milícias a serem destinados aos principais membros da elite paulista, tornando-se necessário “a entrega de seus mais elevados postos de comando às pessoas principaes da Capitania (...) àquelas a quem interessaria lutar pela sobrevivência do sistema colonial”. (LEONZO, Anais do Museu Paulista, v. 30, p. 242)

Assim, quando os conflitos ao Sul do Brasil, entre portugueses e espanhóis, se iniciaram, a colônia passava por esse período de reestruturação militar, que lhe dava novos rumos, acentuando-lhe o processo de institucionalização centralizada, pois era preciso estabelecer uma base militar sólida e permanente na colônia, que pudesse sustentar os conflitos que começavam a se desenvolver na Bacia do Prata.

Nesse momento, a Capitania de São Paulo aparecia como uma possível solução para os conflitos no Sul do Brasil, como veremos a seguir, fornecendo homens e recursos para custear a guerra.

2.2 – A militarização da Capitania de São Paulo

Como vimos, a Metrópole necessitava, durante o século XVIII, de uma base militar na colônia que pudesse fornecer homens e recursos para os conflitos que se realizavam ao Sul do Brasil, entre portugueses e espanhóis.

A Capitania de São Paulo aparecia como uma possível solução para os problemas da Coroa. Não que São Paulo já possuísse uma estrutura militar organizada, ou, que se dispusesse a organizá-la. Pelo contrário, São Paulo tinha a tradição dos bandeirantes, que se organizavam de forma autônoma, alheios ao poder centralizador da metrópole que, tão distante, se encontrava; no fundo, as organizações militares, na qual se embasava a tradição guerreira paulista, eram do tipo que a Coroa desejava sufocar, uma vez que, o que a metrópole buscava, era um poder centralizado em suas mãos, e não, “correndo solto”, segundo a vontade dos colonos.¹⁸

De fato, a Capitania de São Paulo havia perdido sua autonomia política em 1748, como resultado de uma avaliação que acreditava que a melhor estratégia de combate aos espanhóis era: a união de São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina ao Rio de Janeiro, formando um bloco único, sob o mesmo governo – no caso, o do Rio de Janeiro, administrado

¹⁸ Sobre o processo de militarização da Capitania de São Paulo nos embasamos particularmente em três trabalhos: BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo*; LINS, Mria de Lourdes Ferreira. *A Legião de São Paulo no Rio Grande do Sul*; e PEREGALLI, Henrique. *Recrutamento militar no Brasil colonial*.

por Gomes Freire de Andrade – e a criação do Mato Grosso, que como Capitania constituída, assegurava e consolidaria os princípios do *uti possidetis* na região Oeste. (BELLOTTO, p. 32-33)

Pensavam que o Sul do Brasil, sob um só mando, permitiria o fortalecimento da organização das forças militares destinadas a combater os espanhóis, que avançavam em território luso pelo sul e pelo oeste, tomando áreas estratégicas e ameaçando o Rio de Janeiro e Minas Gerais. No entanto, essa política se mostrou inadequada. A demora na comunicação e as decisões todas centradas em uma única figura, em geral, distante dos acontecimentos, criaram empecilhos ao governo e impossibilitaram os planos de Gomes Freire, recolocando em discussão a necessidade de se criar uma base militar ancorada em uma política sólida, que visasse os conflitos ao Sul.

Com a mudança da capital para o Rio de Janeiro em 1763, começava a ser elaborada uma nova política em relação à defesa do Sul. A restauração da Capitania de São Paulo, em 1764, já se incluía nessa nova política. A responsabilidade pela defesa do Sul passaria a ser de São Paulo e do Rio de Janeiro, atuando em parceria e sintonia. Nesses planos, se constituía a Capitania de São Paulo, em uma região limite entre as áreas em conflito e a área que abrigava Minas Gerais e o Rio de Janeiro.

Mas por que São Paulo? Por que a Capitania de São Paulo e não outra mais próxima ao conflito, como o Rio Grande do Sul?

Existem várias hipóteses que buscam responder a essas duas questões, e, passaremos a analisar, a seguir, algumas delas.

O fato de São Paulo ser o berço dos bandeirantes e de suas histórias ainda serem muito divulgadas e conhecidas, assim como suas características – a rusticidade, o costume de se locomoverem em matos fechados, cerrados ou caatingas, de enfrentarem situações de carência – chamou a atenção da Coroa portuguesa para os paulistas. Mas não podemos nos esquecer, como

já foi tratado no primeiro capítulo, que as bandeiras haviam cessado há algum tempo, os hábitos dos bandeirantes estavam um tanto quanto esquecidos, e a população já se acostumara a uma vida rural, mais calma e sem tantas privações. Em meados do século XVIII, o paulista, já não era representado mais pela figura do bandeirante aventureiro, mas pela do comerciante monçoeiro e do tropeiro, que ditavam um novo modo de ser. Mesmo assim, ainda que vigorasse entre os paulistas resquícios do modo de organização dos bandeirantes, eles não se adequariam à nova estrutura militar imposta pela metrópole, pois, como já vimos, as bandeiras eram organizações que se chocavam com a política centralizadora que começava a ser imposta na colônia.

A posição geográfica da Capitania de São Paulo, já responde melhor, ao fato, da escolha ter recaído sobre ela. São Paulo separava as áreas em conflito, da Capitania do Rio de Janeiro e de Minas Gerais; regiões que interessavam a Portugal defender e evitar a conquista pelos espanhóis, uma pela importância política e a outra pela econômica. São Paulo possuía também uma gama de comunicação com outras regiões, devido ao comércio que se desenvolveu na Capitania, ao longo do século XVIII, e pelo próprio movimento de tropas que passava pela região. Sem dúvidas, estas características da Capitania contribuíram, em muito, para que aí se estabelecesse uma base militar.

Como já vimos, desde o final do século XVII, a Capitania de São Paulo vinha desenvolvendo intenso comércio com outras regiões, ampliando seus contatos e sua rede de comunicação, que poderiam ser úteis em caso de guerra. São Paulo já possuía, inclusive, contatos com o Rio Grande do Sul, devido ao comércio do gado, que já possuía vulto na época, e poderia ser ameaçado, ou, sofrer cortes caso os espanhóis se estabelecessem naquela região. Além do mais, através das monções os comerciantes paulistas estabeleceram negócios com Cuiabá, Mato Grosso e Goiás, utilizando-se de caminhos terrestres e fluviais, num rendoso comércio, que poderia ser ameaçado pelos espanhóis, pois a região também era uma alternativa para os

espanhóis se infiltrarem no território brasileiro e dominar o Rio Paraná e seus afluentes, dificultando o comércio dos paulistas com essas regiões.¹⁹

Desse modo, a posição geográfica de São Paulo, e seu crescimento econômico, devido ao comércio, teriam chamado a atenção da Coroa portuguesa para que na Capitania fosse erguida uma base militar, visando os conflitos no Sul, mas também, os próprios paulistas, poderiam ter interesses em salvaguardar e assegurar as fronteiras brasileiras dos avanços espanhóis, garantindo assim, a manutenção do seu comércio com regiões ameaçadas pelos castelhanos.

Quanto à hipótese de São Paulo possuir recursos para custear a organização de seus batalhões, parece ser a que possui mais lógica, se a inserirmos na realidade portuguesa. Como já vimos, Portugal não possuía braços e nem recursos para garantir a estrutura militar, portanto, não bastava escolher uma Capitania que possuísse homens em quantidade suficiente, era necessário ainda que a mesma possuísse recursos para armar, vestir e custear as despesas de viagem e alimentação desses mesmos soldados. Era preciso existirem esses dois fatores: braços e recursos, para que a empreitada militar pudesse de fato ocorrer.

Foi por esse motivo, que a escolha não recaiu sobre o Rio Grande do Sul, região que, geograficamente, estava mais próxima da área em conflito, mas que possuía um povoamento recente e a ausência de uma estrutura administrativa definida, o que não era o caso de São Paulo, local de colonização antiga, de contingente populacional satisfatório e que, embora tivesse tido sua autonomia subordinada ao Rio de Janeiro em 1748, poderia ser restaurada a qualquer momento, sem conseqüências para sua estrutura econômica e administrativa.

As primeiras estâncias sulistas fizeram sua aparição no ano de 1715, sendo que a colonização oficial e sistemática da região só foi iniciada pelos portugueses daí duas ou três

¹⁹ A respeito das monções, responsáveis pelo comércio entre São Paulo, Cuiabá, Mato Grosso e Goiás, ver o trabalho de Gloria Kok – *O Sertão Itinerante – Expedições da Capitania de São Paulo no século XVIII*, 2004, p. 39-40)

décadas. Ainda em 1765, a colonização no Rio Grande do Sul era muito recente e apenas por volta de 1780 é que a indústria da pecuária iria adquirir caráter econômico, com a criação das pequenas charqueadas que visavam o mercado exportador.

Além do mais, o regime pastoril da região, “não permitiu a acumulação de riqueza numa escala tão vasta quanto a possível para as propriedades agrícolas da economia nortista. Nem mesmo o trigo conseguiu tornar-se uma mola propulsora para concentrações fantásticas de riqueza” (URICOECHEA, p. 226-227), riqueza essa, necessária para a organização das tropas, e, para a manutenção do aparato militar.

Contrariamente ao Rio Grande do Sul, a Capitania de São Paulo – ainda que não pudesse ser comparada com a economia nordestina voltada ao mercado exportador – conseguiu crescer de modo satisfatório, gerando algumas fortunas e criando recursos suficientes para sustentar o aparato militar que a metrópole necessitava.

O sistema econômico, baseado na agricultura de abastecimento e no comércio a partir das tropas e monções, possibilitou o surgimento de fortunas, principalmente entre tropeiros e comerciantes, fortunas estas, que financiaram as expedições rumo ao sul. (ABUD, 1978, p.24) Como já analisamos no primeiro capítulo, o negócio do gado, do sal e das manufaturas constituíram atividades lucrativas e permitiram o acúmulo de bens, possibilitando o surgimento de um grupo de mercadores que embora possuísem riquezas, não detinham poder político, nem eram bem quistos pela elite da época; na ânsia de ascenderem socialmente, muitos destes mercadores afirmavam seu direito à aristocracia ao entrarem nas organizações militares e assim o conseguiam, ao custearem a organização de tropas. Alguns fazendeiros e a classe mercante organizavam tropas com seus recursos e, em troca, recebiam a patente de “Capitão”, que lhes dava acesso ao foro militar – o privilégio de ser julgado pelos tribunais militares – e à nobreza do

reino, a grande aspiração dos homens da época. Como Capitães, eram ainda liberados dos encargos coloniais, impostos e requisições. (PEREGALLI, 1986, p. 79)

Para organizar suas tropas, os comerciantes e fazendeiros buscavam recrutas entre as classes mais desvalidas. Em geral, estes miseráveis partiam para o Sul com o pouco que tinham: roupas em farrapos, espadas e armas sem grandes condições de uso. Desse modo, a elite gastava pouco para organizar seus batalhões, porém, quando não possuíam patente de Capitão e eram obrigados a ceder cavalos, alimentos e outras requisições, os prejuízos poderiam ser grandes, talvez, por isso, preferissem organizar esses batalhões de pobres coitados, que poucas despesas lhes davam.

Em 1808, para enviar alguns soldados para o Sul, Franca e Horta se viu forçado a reter embarcações de comerciantes – que necessitavam das mesmas para fazer seu comércio – que por não possuírem patentes militares se viram obrigados a obedecer às ordens do governador. Para alimentar as tropas, proibiu-se a venda de farinha sem ordem do governador, o que impedia os negociantes de fazerem seus negócios, gerando prejuízos. (D.I. vol 58, 18/11/1808, p. 19/20)

Saint-Hilaire (2002, p. 523) também nos dá indícios dessas arbitrariedades cometidas pelas autoridades, em nome da organização militar. Em 1822, o viajante reclamava que a passagem de soldados da Legião de São Paulo, por Guaratinguetá, havia causado grande vexame e embaraço, pois muitas mercadorias – como arroz, milho e farinha – foram confiscadas para alimentarem a tropa, o que acarretou a falta desses gêneros e possíveis prejuízos aos lavradores e comerciantes da região.

Ocorre que esses fazendeiros que se propunham a ajudar na organização militar, durante o século XVIII, foram verificando que a militarização da Capitania poderia ser-lhes prejudicial a longo prazo, pois começaram a sentir falta na lavoura, dos homens que partiam para o Sul. Também, com o crescimento da produção açucareira, os homens livres brancos passaram a

ser indispensáveis para vigiar a mão-de-obra escrava. Além do mais, com a reorganização das milícias feita pela metrópole, ao longo do século XVIII – em que os principais cargos acabaram ficando sob o comando dos grandes comerciantes e negociantes de origem portuguesa, pois possuíam interesses mais afinados com a metrópole – os referidos fazendeiros, foram perdendo espaço na organização militar.

Os comerciantes, pelo contrário, cada vez mais estreitavam seus laços com a militarização. Já vimos, que o acesso português à Bacia do Prata garantia a navegação por importantes rios que asseguravam o comércio feito pelos negociantes paulistas, sem falarmos no gado que vinha dessa região por via terrestre. A manutenção deste intenso comércio tornava a elite mercantil paulista interessada na possível vitória portuguesa no Sul, pois ela garantiria a continuidade dos seus negócios, o que poderia estimulá-los a participar desses conflitos.

Com a consolidação dos interesses de alguns membros da elite paulista com os da Coroa portuguesa, nascia a estrutura militar que se solidificaria na Capitania de São Paulo, a partir da segunda metade do século XVIII, e seria reativada por D. João quando de sua chegada ao Brasil.

Dessa forma, inserida nos planos da Coroa portuguesa, a Capitania de São Paulo era restaurada a 14 de dezembro de 1764, e, foi escolhido para governá-la, D. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão – o Morgado de Mateus. A escolha não foi ao acaso, afinal, pertencia D. Luis à fidalguia, era um militar experiente, com prestígio, e contava com a confiança do Rei; características indispensáveis ao administrador colonial que fosse assumir o governo da Capitania de São Paulo e que iria dar início à estruturação militar da mesma. As ordens eram para que fossem formados terços de auxiliares e ordenanças de cavalaria e infantaria sem exceção de nobres, plebeus, brancos, mestiços, pretos, ingênuos ou libertos, incentivando de todas as formas

possíveis os paulistas a participarem dos conflitos na Bacia do Prata e fazendo de tal forma que isso pouco, ou nada, custasse ao erário real. (BELLOTTO, 1979, p. 51 e seguintes)

As metas para o governo de D. Luís eram: “exploração territorial, povoamento e urbanização, fomento econômico, fortalecimento militar para a defesa do sul contra a ameaça espanhola e sedimentação das fronteiras na região dos conflitos do Prata”. (KOK, p.52)

Segundo Bellotto (1979, p. 69-70), as instruções ao governo do Morgado eram constituídas por duas cartas assinadas por Pombal, ambas datadas de 1765 e dirigidas ao Morgado de Mateus e ao Vice-Rei, Conde da Cunha. Através das Instruções, fica clara a preocupação da Coroa com a defesa do território, constituindo-se a principal meta de D. Luís, organizar uma barreira defensiva e mesmo ofensiva contra os espanhóis no Sul, evitando novas conquistas.

Assim que desembarcou em Santos, encontrou o Morgado, seis Companhias de Infantaria e Artilharia, e outras quatro de Aventureiros levantadas na cidade de São Paulo, por ordem do Vice-Rei Conde da Cunha, todas esperando suas instruções. Iniciava-se a organização militar da Capitania; os recrutamentos foram incorporados à realidade paulista. D. Luís tratou logo de começar a organizar as forças militares da Capitania e uma das suas primeiras atitudes foi realizar um censo militar, para saber de quantos homens livres e válidos dispunha para reorganizar as forças militares da mesma. Após quatro meses de alistamentos, o censo revelou um total de 2.640 homens que se encontravam em condições para serem recrutados. No entanto, em 1767, 4.004 homens já estavam inscritos nas tropas auxiliares. (PEREGALLI, 1986, p. 67)

Pelos dados acima, o que se percebe, é que o Morgado levou a sério sua missão, e, dois anos após os resultados do censo de 1765, quase que dobrou o número dos homens que a Capitania de São Paulo poderia dispor para os conflitos no Sul. Por todas as freguesias e vilas da Capitania, organizavam-se corpos de soldados de ordenança e de milícia. Não havia muitas

regras para os recrutamentos: bastava ser homem. Obviamente, foram inscritos nas tropas auxiliares, homens que por lei deveriam ser dispensados, como: os menores de 14 e maiores de 70 anos, os filhos únicos que deveriam auxiliar no sustento de suas famílias e os homens sem condições físicas.

D. Luís incentivou a agricultura de subsistência, que já existia na Capitania, para que não faltassem alimentos para os soldados; desencadeou uma política de povoamento nos caminhos para o Sul, com o intento de auxiliar e ajudar no envio das tropas, e se empenhou na fortificação e defesa do litoral.

Os planos de D. Luís dividiam-se em duas frentes: combater os espanhóis no Sul da colônia, e a Oeste, na região de Mato Grosso. Dessa forma, os recursos militares dividiam-se também em dois. No entanto, cada vez mais recursos passaram a ser destinados para as fortificações a Oeste, nas obras de Iguatemi, local de difícil abastecimento e manutenção, o que exigia muitos sacrifícios humanos e financeiros.

Em 1774, a Coroa pedia ao Morgado que suspendesse as explorações a Oeste, e revertesse todas as forças da Capitania, para os conflitos ao Sul, onde seriam melhor aproveitadas. O Morgado negou-se a atender ao pedido da metrópole, por acreditar que as defesas instituídas a Oeste, eram essenciais no combate aos espanhóis, idéia cuja metrópole não concordava. (BELLOTTO, p. 166 e 269 e seguintes)

Diante da impossibilidade de entendimento entre D. Luís e a Coroa, o Morgado acabou sendo destituído de seu cargo, impondo à metrópole, o socorro ao Sul, como a grande e única preocupação da Capitania de São Paulo. Era preciso buscar um novo administrador colonial, que estivesse disposto a colocar em prática os planos da metrópole – sem oferecer resistência – pois os embates com os espanhóis eram indispensáveis aos planos de Portugal.

Para substituir o Morgado de Mateus no governo da Capitania, foi escolhido Martin Lopes Lobo Saldanha, que assumiu seu governo em 1775. As instruções para seu governo se encontram na *Carta Régia sobre o Plano Militar para a Capitania de São Paulo* e na *Instrução Militar para Martin Lopes Lobo de Saldanha*, ambas de 1775.²⁰ Esses documentos evidenciam, ainda mais, o processo de militarização que a Capitania de São Paulo vinha sofrendo para sustentar os conflitos no Prata e, de fato, foi no governo de Saldanha que a estrutura militar prevista para a Capitania se consolidou.

Já no início da Carta Régia fica clara a estratégia para consolidar uma base militar em São Paulo. O Rei observava ser “muito importante ao Meu Real serviço que na Capitania de São Paulo se estabeleça um plano militar debaixo de princípios sólidos, permanentes e invariáveis”, estabelecendo mais adiante a criação de Legião de Tropas Ligeiras de São Paulo, que deveria conter 1.000 homens em tempo de paz e 1.600 em tempo de guerra. O destino desses soldados, deveria ser as disputas fronteiriças ao Sul, como fica explícito no item quatro da Instrução Militar, em que se expôs que São Paulo deveria possuir, “hum competente corpo de Tropa Regular que sempre deve estar armado, exercitado, disciplinado e prompto, não só para defender o Paiz que elle guarnesse, mas para marchar ou embarcar com o primeiro avizo ao socorro de qualquer das Capitánias”. O item treze, afirmava ser obrigação do Vice-Rei e do Capitão General “defenderem os Districtos de Viamão, Rio Pardo e Rio Grande de São Pedro, por serem subordinados áquele governo, como he da indispensável obrigação da Capitania de São Paulo de socorrer os mesmos Districtos, não só pôr lhe serem confiantes, mas pôr formarem a Barreira Meridional da dita Capitania”. (D.I. vol. 43, p. 31)

²⁰ A carta Regia sobre o Plano Militar e a Instrução para Martin Lopes Lobo de Saldanha, datam de 14 de janeiro de 1775 e encontram-se nos Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, vol, XLIII.

A Coroa precisava justificar para a população e ao governo, o porquê de caber a São Paulo o socorro ao Sul, uma vez que a população mais simples, que seria recrutada, não via com bons olhos os conflitos, e se ressentia com a perda de tantos homens para uma guerra que não encontrava sentido. No entanto, na tentativa de justificar a responsabilidade de São Paulo para com os conflitos na Bacia do Prata, incorreu a Coroa em dois enganos. Primeiramente, diz a Instrução Militar, que os distritos de Viamão, Rio Pardo e Rio Grande de São Pedro eram subordinados ao governo de São Paulo, quando, de fato, esses territórios pertenciam à Capitania do Rio de Janeiro desde 1738; em segundo lugar, os mencionados distritos não confinavam e nem formavam a barreira meridional da Capitania de São Paulo, pois, entre eles estava o território de Santa Catarina que também pertencia ao Rio de Janeiro.

Esta tentativa da Coroa de querer justificar as responsabilidades militares de São Paulo para com o Sul, pouco efeito teve sobre os paulistas, uma vez que, os recrutamentos se tornavam cada vez mais violentos e difíceis, e, a população começou a se revoltar, por não se sentir responsável pelo Sul, pois declarava ser esta uma região distante e de poucos contatos. Todavia, já estava consolidado o processo de militarização da Capitania. A Legião de Tropas Ligeiras de São Paulo seria a responsável pelo envio de inúmeros soldados para os conflitos no Sul, além de ser uma estrutura militar permanente dentro da Capitania. A criação da Legião foi indispensável para os planos portugueses. Foi a partir de seu estabelecimento, que as tropas luso-brasileiras ganharam maior organização e disciplina.²¹ O processo se consolidava.

Eram os interesses em comum unindo a metrópole e segmentos da elite paulista, em particular, os comerciantes enriquecidos, que na busca de qualificação e nobilitação, se uniram a

²¹ A respeito da importância da Legião de São Paulo nos conflitos ao sul ver o trabalho de Maria de Lourdes Ferreira Lins – A Legião de São Paulo no Rio Grande do Sul (1775-1822).

Coroa, numa ampla rede de favores e deveres, dando ânimo e força ao militarismo imposto à Capitania de São Paulo.

A montagem dessa estrutura militar no século XVIII, e sua retomada no início do século XIX – quando da transferência da Corte e da Família Real, após um período de paz que vinha desde a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, em 1777 – não ocorreu pacificamente, pois, o espírito militar paulista, tão aclamado pelos governos e pelas autoridades, no fundo não existia, como já verificamos no primeiro capítulo, sendo que os paulistas acabaram sendo arrastados à carreira militar.

Devido à resistência da população, os recrutamentos se tornaram desumanos, cruéis, o que só fez aumentar o terror e ódio dos paulistas diante dos mesmos. A população era impedida de viajar ou sair das redondezas, pois se temiam fugas; a qualquer momento, as autoridades invadiam casas e fazendas, cercavam ruas e igrejas e prendiam todos os moradores e homens que ali encontrassem, até que eles pudessem seguir e partir para o Sul. (OLIVEIRA, 1978, p. 206-207)

No geral, pouco ou nenhum treinamento recebiam esses homens que estavam acostumados com o serviço rural, com a foice e a enxada. As armas que recebiam, quando recebiam, eram em péssimas condições, quebradas, enferrujadas; as roupas mais pareciam trapos. A viagem, até a região em conflito, era longa e penosa; uma parte era feita por terra, o que desgastava ainda mais os soldados, que ficavam expostos a inúmeras doenças e pestes. A falta de alimentos os debilitava ainda mais, levando muitos a ficarem pelo caminho. Antes mesmo das tropas chegarem ao seu destino, as baixas já eram tantas, que se remetia ofício à Capitania pedindo reforços.

A vida em São Paulo se tornava cada vez mais difícil: faltavam homens, alimentos, aumentava o custo de vida, a saudade era intensa e havia medo. É claro que essas privações

faziam parte da vida das classes mais pobres da Capitania, pois os recrutamentos atingiam a população mais simples e carente. Os que dispunham de prestígio, bens ou amigos influentes, conseguiam ser dispensados do serviço militar, ou ocupavam os cargos de comando dentro da hierarquia militar. Sofriam as consequências da militarização da Capitania, os pequenos proprietários que perdiam seus filhos para o serviço militar, e, ficavam impossibilitados de produzir, ou quando o conseguiam, tinham a colheita tomada pelas autoridades em nome do Rei, para alimentar as tropas e as pessoas mais simples que tinham sido recrutadas contra sua vontade.

Para piorar a situação, a Capitania de São Paulo não dispunha de recursos para bancar uma folha militar em que estavam arrolados milhares de soldados e, por isso, os soldos, que já eram baixos, sempre estavam atrasados. As rações diárias, os fardamentos e as armas a que os soldados tinham direito, também eram esquecidas, o que gerava um clima hostil frente aos recrutamentos, criando oportunidades para fugas e deserções, desqualificando a profissão de militar. Sem disciplina e sem recursos financeiros, foram comuns os saques praticados pelos soldados paulistas durante a viagem ao Sul, ou ao longo dos combates. Aliás, as vantagens obtidas com os saques e despojos de guerra eram um dos atrativos para o recrutamento voluntário, como veremos no terceiro capítulo.

Os recrutamentos abalaram toda a estrutura da Capitania de São Paulo durante o século XVIII, pois 7.825 paulistas estavam arrolados no serviço militar, quando o Governador Martim Lopes Lobo de Saldanha ordenou a suspensão dos recrutamentos, diante da paz acordada entre Espanha e Portugal, no ano de 1777. Isso sem contar os homens que trabalhavam nas construções militares e nas roças para alimentar o exército. (PEREGALLI, 1986, p. 72)

Embora a paz tenha sido acordada em 1777, com o Tratado de Santo Ildefonso, que reconhecia o *uti possi detis* romano, ou seja, cada parte ficaria com as terras

que no momento do tratado estivessem sob sua posse, ela não duraria muito tempo e em breve, os conflitos seriam reatados.

Muitos paulistas nem chegaram a retornar à Capitania, fixaram-se no Rio Grande do Sul, onde receberam terras como forma de gratificação por sua atuação nos conflitos. Porém, iriam ter muito pouco tempo para cultivar e aproveitar a recompensa pelos seus serviços, pois, muito em breve, os conflitos recomeçariam. Os soldados que retornaram foram recebidos com festas e toda pompa. A paz, de fato, não durou. No início do século XIX, a estrutura militar implantada na Capitania, foi reativada e os recrutamentos recomeçaram. No entanto, a realidade da Capitania já era outra, e a pressão da população, e dos governadores, pela moderação dos recrutamentos, tomaram formas mais claras de luta em prol dos interesses da Capitania, como veremos no terceiro capítulo.

2.3 – A transferência da corte e a política joanina no Prata

Pelo Tratado de Santo Ildefonso, a Colônia do Sacramento e Sete Povos das Missões – áreas de disputa das Coroas Ibérica – passaram para o domínio espanhol, colocando um fim temporário nos conflitos. Porém, os luso-americanos não aceitaram de bom grado a perda dos Sete Povos da Missões, que se localizava no atual território do Rio Grande do Sul, esperando apenas uma nova oportunidade para retomá-lo.

Assim, em 1801, devido aos dissabores na Península Ibérica, aproveitaram os luso-americanos, para invadir e dominar São Miguel, São Borja e Sete Povos das Missões. (MELLO, p. 235-240)

Para resolver a situação, um novo acordo diplomático foi assinado a 6 de junho do mesmo ano, colocando fim nas contendas – o Tratado de Badajós. Por esse tratado, a Colônia do

Sacramento continuava sendo possessão espanhola, mas ele foi omissos em relação a Sete Povos das Missões, que foi retomado e incorporado, definitivamente, ao território brasileiro.

A questão da definição das fronteiras na Bacia do Prata ainda não estava resolvida, pois a monarquia portuguesa mantinha o velho sonho de estender as fronteiras de sua colônia na América, até a região do atual Uruguai. Esse sonho seria reativado com a transferência da Corte e da Família Real para o Brasil em 1808, depois que as tropas francesas haviam invadido Portugal, tendo como aliado, o rei espanhol.

Desde que a Corte chegou ao Brasil, a expansão da colônia em direção à área platina, estava presente nas idéias de D. João, ainda Regente, e de sua esposa Carlota Joaquina. Pensamento que foi perseguido durante todo o período em que aqui permaneceram, e que acabou se realizando com a anexação da Província Cisplatina ao território brasileiro em 1821, e terminou, definitivamente, com a independência da mesma e o surgimento do Uruguai, como nação independente, no ano de 1828.

A instabilidade política espanhola, devido à sua frágil aliança com o Imperador francês – Napoleão Bonaparte – aumentava o clima de insegurança nas colônias espanholas, e fazia com que, a monarquia portuguesa, enxergasse uma oportunidade de se apropriar do território espanhol, na América. A situação era delicada. A Espanha era aliada da França e havia permitido que seu território fosse usado para a invasão de Portugal, mas Napoleão acabou invadindo também a Espanha, e forçou Carlos IV a renunciar em favor de seu filho – Fernando VII – que se viu pressionado a renunciar em favor do irmão do Imperador francês – José Bonaparte. Tal decisão descontentou as cidades espanholas que se recusaram a aceitar o rei francês, desfazendo-se a aliança entre França e Espanha, agora inimigas. (CALÓGERAS, p. 402).

A América espanhola também não aceitou o governo de José Bonaparte. Trataram os criollos de organizar Juntas Governativas, inicialmente fiéis a Fernando VII, mas exigindo maior autonomia e igualdade de direitos entre os naturais da Espanha e os nascidos na América. Nesse contexto, o fato da Corte portuguesa se encontrar na América, soava como uma ameaça, aumentando o clima de desconfiança.

Apercebendo-se da situação, buscou a monarquia portuguesa lucrar com a instabilidade política criada na América a partir dos acontecimentos europeus. Ainda em 1808, D. Carlota Joaquina dirigia um manifesto aos habitantes do Rio da Prata comunicando sobre as desordens causadas por Napoleão, em que deixava entrever seus interesses sobre a região; paralelamente, D. João enviava emissários até o Vice-Reinado do Prata, para sondar a situação e oferecer a tutela portuguesa.

Vislumbrou D. João, em um primeiro momento, estender as fronteiras do Brasil até a Bacia do Prata, considerado por ele, o limite geográfico natural da colônia, através de sua esposa, que por ser irmã de Fernando VII, era cotada para assumir como regente na América, enquanto durasse a instabilidade política na Espanha.

Dessa maneira, D. Carlota logo “iniciou uma copiosa correspondência com autoridades e pessoas influentes, não só de Buenos Aires como de Montevideú, Chile, Peru e até México”. (LIMA, p. 193) Porém, seus pretensos aliados, logo desconfiaram dos seus desejos absolutistas, e aos poucos, foram se afastando. Mesmo D. João, temeroso do que sua esposa seria capaz, se de fato viesse a assumir como Regente no Prata, acabou proibindo D. Carlota de se dirigir a Buenos Aires, em 1811, frustrando os interesses da mesma, na região. A partir desse momento, D. João guiaria sozinho seus passos rumo ao Prata.

Ao que tudo indica, mais do que simplesmente expandir, ou garantir, as fronteiras naturais do Brasil, ambicionadas desde os século XVIII, os conflitos que se desenvolveram na



²² PIMENTA, João Paulo G. *Estado e Nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2002, p. 53.

Bacia do Prata durante as primeiras décadas do século XIX, tiveram outros interesses. Como veremos, mais do que apenas expandir sua colônia, D. João tratou de assegurar o território do Rio Grande do Sul, que era ambicionado por artiguistas e portenhos – que se sentiam usurpados pelo tratado de Badajós, encarando essa área como sua por direito – e, de garantir a continuidade do sistema monárquico, escravocrata e latifundiário estabelecido no Brasil, que poderia entrar em colapso, caso as idéias e projetos de José Artigas, viessem a triunfar na Banda Oriental, pois o projeto político de Artigas,

(...) previa muito mais do que a simples ruptura do pacto colonial, pois pretendia a reforma da estrutura social e econômica. Nesse sentido, fazia parte do projeto artiguista a distribuição de terras entre os despossuídos, fossem brancos, mestiços, negros ou índios, e a liberdade aos escravos que lutassem em sua defesa. (REICHEL, 2003, p. 292)

As intervenções realizadas em Montevidéu foram justificadas como tentativas de controlar a instabilidade política reinante na região e garantir a integridade dos territórios brasileiros. Como bem afirmou Wilma Peres Costa (1996, p. 85), “o móvel definitivo da anexação só emerge quando a agitação revolucionária do vice-reinado passa a ser considerada como ameaça ao império em projeto, porque poderia propagar-se pela sensível fronteira do Sul.”

Como já foi referido, a situação da América espanhola, particularmente do Vice-Reinado do Prata, era delicada. Nessa região, o vice-rei Liniers entregou o cargo em 1809 a Cisneros, que foi deposto no ano seguinte pela Junta de Governo liderada por Buenos Aires, e ainda fiel a Fernando VII. Buenos Aires queria a submissão, de toda as províncias do antigo Vice-Reinado do Prata, à sua autoridade, mas teve de enfrentar movimentos contrários e autonomistas.

Primeiro, foi preciso lutar contra aqueles que não aceitaram a revolução de maio de 1810 e o governo portenho, particularmente, as forças metropolitanas que acabaram se

refugiando em Montevideú, tornando a cidade o centro da reação espanhola no Prata. Foi nesse clima, que ocorreu a primeira intervenção portuguesa na região, devido ao pedido de ajuda feito por Elio – Governador de Montevideú – a D. Carlota Joaquina.

A Junta Governativa de Buenos Aires enviou soldados comandados por Artigas, Soler e Rondeau para Montevideú, na tentativa de conter Elio e a reação espanhola. Em Montevideú, a população estava dividida e no campo a situação era de revolta ao governo de Elio, e de apoio às idéias de Artigas, que unido a Buenos Aires, tentava expulsar da Banda Oriental as autoridades espanholas aí radicadas.

Assim, D. João decidiu intervir, após o pedido de ajuda do governador, utilizando-se das tropas estacionadas na fronteira do Rio Grande do Sul e que deveriam garantir a segurança e integridade do território brasileiro, pois era conhecido que para fazer sua reforma agrária, Artigas considerava necessário, a recuperação do território colonial que passara para o controle dos luso-americanos, áreas atualmente pertencentes ao Rio Grande do Sul. (REICHEL, 2003, p.293-294)

Defender Elio era uma questão de salvaguardar os interesses monárquicos na América espanhola, representados naquele momento por Montevideú, além de conter os atritos tão próximos às fronteiras do Brasil, em que as idéias de liberdade propostas e divulgadas pelos castelhanos, poderiam, facilmente, transpassar pelas barreiras incertas e invisíveis que separavam a América portuguesa da América espanhola. Desse modo, ao que tudo indica, foi a ascensão de Artigas que causou incômodo suficiente na Corte estabelecida no Rio de Janeiro, para que ela se decidisse a intervir em Montevideú no ano de 1811. (Pimenta, p. 92)

É claro, que os interesses econômicos não devem ser esquecidos. Feita a intervenção, o General D. Diogo de Souza não perdeu tempo em apropriar-se da zona de pastagens, das “férteis pastagens do Ibiciú – concedendo semarias onde a posse da terra não estava consolidada ou reconhecida e ordenando ou permitindo as arriadas de gado”. (BANDEIRA, p. 42)

Não podemos nos esquecer que, a Banda Oriental era um forte concorrente do Rio Grande do Sul na produção do charque, e seus animais gozavam da fama de serem de melhor qualidade. Jorge Rebello afirma que o gado do Rio Grande do Sul era um carneiro perto dos da Banda Oriental, sendo que enquanto o boi oriental pesava de 16 a 20 arrobas, o brasileiro tinha de 8 a 10. (REBELLO, RIHGB, v. 30, p. 45)

A rivalidade entre os estancieiros do Rio Grande do Sul e os da Banda Oriental era muito forte. Manoel Antonio Magalhães relatava, em 1808, que a arroba de carne salgada de Montevideu era mais barata do que a do Rio Grande do Sul, o que colocava “em precipício todo o comércio d’esta capitania”, uma vez que entravam no Rio Grande do Sul com melhores preços, fazendo concorrência direta com os gaúchos. (MAGALHÃES, RIHGB, v. 30, p. 48-49)

Mas, como já vimos, não era apenas o interesse econômico e expansionista que conduzia as ações do Príncipe Regente.

A necessidade de arrebanhar muares e a concorrência que a pecuária e as charqueadas da Banda Oriental faziam às do Rio Grande de São Pedro, 50% menos produtivas, concorreram naturalmente para a invasão. Mas foi sobretudo o valor político que a precipitou. Sem dúvida alguma, o príncipe D. João, cujas tropas já haviam chegado ao Paraguai para combater as de Manoel Belgrano, receava que Montevideu caísse em mãos de Artigas e dos contingentes de Buenos Aires, aumentando o perigo de que a ‘anarquia revolucionária’ contaminasse o Brasil. (BANDEIRA, p. 42)

Seja como for, a intervenção durou pouco; um armistício entre Montevideu e Buenos Aires foi assinado em 26 de maio de 1812. A entrada das tropas brasileiras no conflito, assustaram Buenos Aires que temia o avanço português por toda a Bacia do Prata e, assim, tratou logo de entrar em acordo com as autoridades montevidéanas para que as tropas abandonassem a cidade. As tropas brasileiras voltaram para o Rio Grande do Sul, local em que aguardariam o desenvolvimento dos acontecimentos; as tropas portenhas, também se retiraram do Uruguai, sob os protestos de José Artigas que não aceitava desistir de seus planos.

Artigas passou com sua milícia para a margem esquerda do Rio Uruguai – atualmente região pertencente à Argentina – arregimentando, cada vez mais, adeptos a sua causa e aumentando sua popularidade. Suas incursões pela Bacia do Prata eram comuns, assim como, os desentendimentos e as pilhagens entre portenhos, luso-brasileiros e a população de Montevideú. Devido ao fato de não aceitar o domínio portenho sobre as províncias do Prata, Artigas estava com suas relações estremecidas com Buenos Aires, que também não gostava dos projetos autonomistas do líder da Província Oriental.

As autoridades portenhas se sentiam inseguras em relação às tropas luso-americanas, estacionadas na fronteira gaúcha, pois estes eram seus verdadeiros inimigos e, por isso, preferiram entrar em acordo com Artigas, garantindo assim o controle da Banda Oriental. Desse modo, Artigas assumiu o posto de Comandante dos campos e das fronteiras da Província Oriental, em 1814, reconhecendo a autoridade portenha.

Devido a pressão portenha, que não respeitava a autonomia das províncias que compunham a Confederação das Província Unidas, Artigas se rebelou e assumiu o governo de Montevideú em 1815, rompendo com a federação e, conseqüentemente, com as autoridades portenhas, reiniciando a guerra entre uruguaio e argentinos.

A instabilidade política e militar de Montevideú repercutiu na zona fronteira brasileira, cujas terras eram, freqüentemente, invadidas por bandos armados, pois “a Grande República Oriental, idealizada por Artigas, se faria á custa dos vizinhos, mediante a anexação do Paraguai, de Corrientes, das Missões pertencentes ao Brasil de onde se destacaria também o Rio Grande do Sul, de Entre-Rios e da Banda Oriental”. (MENDONÇA, p. 92)

Diante da ameaça clara de perder parte de seu território, e temendo os planos de Artigas, D. João deu ordens para uma segunda intervenção portuguesa em Montevideú. Aproveitou-se da instabilidade política da região e alegando como justificativas, os abusos

cometidos na fronteira, fez com que os soldados, estacionados no Rio Grande do Sul, invadissem a Banda Oriental, no ano de 1816.

Segundo Leon Pomer,

(...) era incompatível com a escravidão no Brasil e com os governos que os comerciantes e proprietários de terra instalaram em Buenos Aires que ao Sul do Rio Grande houvesse um país livre, sem escravos, cujos campo estivessem ocupados por humildes lavradores e criadores de gado e não por grandes latifundiários. Isto devia ser liquidado e foi. (POMER, p. 16-17)

Também, Machado de Oliveira afirma em suas recordações históricas que a guerra de 1816, foi desencadeada contra Artigas e suas tendências expansionistas. Ele se refere a ela da seguinte maneira:

(...) foi feita contra o caudilho Artigas, que subtrahindo-se subversivamente ao domínio dos governos de Montevideo e Buenos-Ayres, derribara o primeiro assenhoreando-se da província, e hostilizara o segundo, levando o terror e a desolação às portas da capital, e que, favoreado pela tão infensa preponderancia seqüestrada a uma população ou inerme, ou já cansada de lutar por sua independência, pretendeu apoderar-se das sete missões da província de S. Pedro, invadindo o seu território por diversos pontos limítrofes; (OLIVEIRA, RIHGB, v. 23, p. 497-498)

Diogo Arouche Lara – Capitão da Infantaria da Legião de São Paulo – em suas memórias da Campanha de 1816, também ressaltou que Artigas ameaçava as fronteiras portuguesas, colocando em risco os territórios da Coroa portuguesa e que por isso o conflito se iniciara. (LARA, RIHGB, v. 07, p.126-127)

Para Henrique Wiederspahn, o intento de invadir o Rio Grande do Sul já era pensamento constante dentro da Banda Oriental desde 1805, ano em que o Marquês de Sobremonte planejou um ataque surpresa ao Rio Grande do Sul. Planos que acabaram não se realizando, mas que teriam influenciado outras idéias intervencionistas, como a de Martin de Alzaga e Mariano Moreno, para o ano de 1810, e que foram retomadas por Artigas em 1816. (WIEDERSPAHN, RIHGSP, v. 54, p. 141-145)

Wiederspahn afirma que se esses planos expansionistas permeassem o pensamento dos castelhanos, desde os primeiros anos do século XIX, não era improvável que fossem conhecidos da Coroa portuguesa, sendo o suficiente para justificar a intervenção de 1811 e 1816, pois o expansionismo português, rumo ao Prata, teria uma justificativa verdadeira e séria: não apenas expandir as fronteiras, e sim, garantir as já existentes. Ao que tudo indica, há indícios de que de fato, esses planos eram conhecidos por membros da família real ou autoridades portuguesas.

O historiador espanhol Enrique de Gandia, ao comentar o plano de Mariano Moreno e Martim Alzaga para conquistar o Rio Grande do Sul em 1810, indica que a Princesa Carlota Joaquina tinha conhecimento do mesmo. (GANDIA, p. 235)

Se de fato, a Princesa tivesse tido conhecimento sobre esses planos, não é de se duvidar que deles também tivesse notícias D. João, uma vez que possuía espiões na Banda Oriental. Dentro dessa perspectiva, a intervenção de 1816 ganha um novo alento.

Como é conhecido, para realizar seus planos, Artigas, de fato, colocava em risco a integridade do território colonial português, pois desejava a retomada de regiões que ele considerava que haviam sido usurpadas da Espanha, pertencendo por direito aos orientais, além de questionar toda a estrutura sobre a qual se assentava a colonização portuguesa no Brasil.

Para realizar a distribuição de terras que previa o Provisório para el Fomento de la Campana y seguridad de sus Hacendados, consideravam necessária a recuperação do território colonial que passara ao controle dos luso-brasileiros. Sendo assim, também colocavam tropas junto à fronteira, realizavam invasões e instigavam a população a aderir ao seu movimento, considerando os portugueses como inimigos e representantes da dominação metropolitana. (REICHEL, 2003, pp. 293-294)

Além da distribuição de terras, de uma reforma agrária, contrária às grandes propriedades existentes no Brasil, o movimento artiguista buscou conquistar a simpatia dos escravos, que aderiam ao mesmo como forma de adquirirem a sua liberdade. Não foi incomum a

incorporação de negros fugidos do Brasil nas tropas artiguistas, o que entrava em atrito com o sistema escravista amplamente difundido pelo Brasil. (REICHEL, 2003, p. 298)

Diferentemente do século XVIII, a situação no XIX é outra, não se trata apenas de expandir território; existe a ameaça de desestruturação de todo o sistema no qual estava assentada a base da colonização portuguesa no Brasil. Os planos de conquista e incorporação da Capitania do Rio Grande do Sul às Províncias do Rio da Prata, e as idéias libertárias de Artigas, golpeavam o sistema colonial e a manutenção da monarquia, pois os luso-americanos poderiam ser seduzidos pelas idéias separatistas em voga na América espanhola. D. João não podia deixar as coisas acontecerem sem tomar uma atitude, afinal de contas, estava em jogo a continuação da ordem estabelecida no Brasil e, para mantê-la, ele não mediu esforços. Utilizou os recursos que possuía, não poupou os soldados e capitais que pode retirar de sua colônia, agora elevada a reino, e, sede da monarquia.

Se a situação não fosse tão grave, por que, então, teria D. João se colocado contra sua grande aliada – a Inglaterra – a quem interessava a independência das áreas coloniais espanholas e com as quais pretendia estabelecer relações comerciais, e que de várias maneiras tentou fazer com que D. João desistisse de intervir nos conflitos na região do Prata? A Coroa portuguesa devia muito à Inglaterra e suas relações estavam entrelaçadas por inúmeros acordos e alianças, que Portugal não colocaria essa amizade em risco por mera questão de disputa fronteiriça.

D. João foi mesmo contra todas as potências européias, que não viam com bons olhos sua intervenção em território espanhol na América, encarando-a como uma tentativa de usurpação do território alheio. Temiam o surgimento de um conflito armado direto entre Portugal e Espanha, em um momento que lutavam para restabelecer a ordem e a paz. Mandaria D. João buscar em Portugal um reforço de 5000 soldados veteranos, que entrariam no conflito em 1817,

deixando a metrópole desguarnecida, num momento em que a Coroa também não dispunha de muitos recursos, se a situação não fosse grave?

Mais do que expandir os territórios, estava em jogo impedir que as idéias artiguistas se espalhassem pelo Rio Grande do Sul, bem como, garantir a posse dos territórios já consolidados sob o jugo português.

Ao analisar quais os verdadeiros motivos que levaram a Coroa portuguesa a invadir Montevidéu, desencadeando na incorporação da mesma em 1821, com o nome de Província Cisplatina, Machado de Oliveira deixa muito explícito que apenas o espírito de conquista não basta para explicá-lo:

O insensato espírito de conquista, que do antigo regimen portuguez transsudára com toda a sua odiosidade para o do Brasil independente, pode apenas justificar a pertinaz obstinação com que o gabinete imperial se propoz a sustentar a occupação e encorporação ao Brasil do antigo vice-reinado de Montevidéo, ou Banda-oriental sob a denominação de província Cisplatina (OLIVEIRA, RIHGB, v. 23, p. 499)

De fato, havia outros interesses em jogo.

Iniciados, de forma direta e clara, a partir de 1816, os conflitos na Bacia do Prata perduraram até o ano de 1828, quando o Uruguai surgiu como um estado livre e independente.

Artigas foi vencido e banido da Banda Oriental. Apoiado por comerciantes e grandes fazendeiros que se sentiram prejudicados com as reformas propostas pelo caudilho, os portugueses assumiram a situação em Montevidéu em 1817, vencendo Artigas, definitivamente, em 1820, embora os conflitos tenham permanecido até 1828.

Mesmo enquanto a Banda Oriental esteve incorporada ao território brasileiro, com o nome de Província Cisplatina, os conflitos não cessaram, pois não existia, entre os orientais, um sentimento de pertença ao Brasil, tanto que, em 1825, estourou o movimento separatista que

culminou na independência da região e na criação do Uruguai como Estado livre do jugo português e portenho.

Embora a administração portuguesa em Montevideu tenha interferido, o menos possível, na ordem administrativa e nos costumes dos habitantes, tornando tolerável, ou mesmo aceitável a dominação estrangeira, a incorporação não foi aceita.

As tropas brasileiras nunca saíram da região; parte permaneceu estacionada no Rio Grande do Sul e outras ajudaram diretamente no processo de incorporação da Banda Oriental, pacificando e arrefecendo os ânimos dos mais exaltados, mantendo a situação sob controle e assegurando a anexação. Desse modo, quando os conflitos recomeçaram, agora entre Brasil independente e as Províncias Orientais, encabeçada por Buenos Aires, bastou apenas reforçar as tropas que ainda permaneciam na região.

Vencido Artigas, a situação mudaria um pouco. Não se tratava mais de definir as fronteiras e salvaguardar os interesses da monarquia portuguesa; o conflito iniciado em 1825, entre brasileiros e orientais – esses últimos apoiados por Buenos Aires – colocava em questão, qual o melhor projeto político para a América: a República das Províncias do Prata ou a Monarquia brasileira.²³

O certo é que, embora iniciados no século XVIII, os conflitos na Bacia do Prata ainda permeavam as relações externas do Brasil, nos primeiros anos de sua independência. Porém, esses conflitos deixaram de ser tolerados e passaram a ser questionados, no século XIX, por alguns dos grupos neles envolvidos. Esse foi o caso de São Paulo.

A Capitania/Província de São Paulo continuou mandando recursos e homens para os conflitos na Bacia do Prata, porém, como focalizamos no primeiro capítulo, sua economia não

²³ A respeito dos projetos políticos em voga quando da incorporação da Cisplatina ao território brasileiro e sua conseqüente separação ver o trabalho de João Paulo Pimenta – *Estado e Nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata: 1808-1828*.

era mais a mesma, assim como sua sociedade, o que deu uma nova tônica à militarização da Capitania, ocorrida nas primeiras décadas do século XIX, diferenciando-a do processo verificado no século XVIII, como veremos a seguir.

Capítulo III – Os recrutamentos militares em São Paulo nas primeiras décadas do século XIX

“A guerra rebentou em 1811, entre o Brasil e os hispano-americanos povoadores do Rio da Prata. Para repelir os ataques destes últimos, não era possível aliciar soldados no Pará ou em Pernambuco. As capitanias do Rio Grande e de São Paulo eram as mais vizinhas do território inimigo. Foram eles, em consequência, que forneceram tropas. A boa justiça teria exigido que estas fossem sustentadas também pelas outras capitanias distantes; mas não foi o que aconteceu: São Paulo foi sozinho, forçado, não somente a fornecer homens, mas, ainda, a prover a todas as despesas dos mesmos.”

(SAINT-HILAIRE, 1903, p. 62)

3.1 – A política dos recrutamentos e as autoridades

Como vimos no capítulo anterior, ao longo do século XVIII, os conflitos entre Portugal e Espanha foram constantes em busca da delimitação fronteiriça de suas colônias americanas, particularmente na região da Bacia do Prata. Mesmo quando se vivia em período de paz era preciso estar em alerta, pois os conflitos podiam recomeçar a qualquer momento.

Assim, apesar desses conflitos terem sido suspensos em 1777, ainda nos últimos anos do século XVIII, continuava a Coroa portuguesa cobrando das capitanias próximas da área em conflito, em especial de São Paulo, a responsabilidade e obrigatoriedade de socorrer o Rio Grande do Sul, sempre que a mesma se encontrasse ameaçada pelos espanhóis, pois, como já vimos, Portugal passara para a colônia a responsabilidade de sua defesa e instaurara uma base militar em São Paulo a partir da segunda metade do século XVIII.

Desse modo, temendo um ataque surpresa dos espanhóis, em 1799, D. Rodrigo de Souza Coutinho, então Secretário de Estado, prevenia a Castro e Mendonça – governador de São Paulo – que tomasse cuidado e se mantivesse alerta, pois a ele caberia a defesa do Sul, caso ocorresse uma invasão da região pelos espanhóis.

Como o Estado publico da França continua cada dia na maior confusão, e a Hespanha está inteiramente entregue nas suas Maons: S.A.R. manda novamente recomendar a V. S.^a o maior cuidado para evitar qualquer ataque, e surpresa da parte de tão cruéis, como inveterados Inimigos desta Monarquia. (D.I. vol. 89, 24/12/1799, p. 200)

De fato, a situação era crítica e a declaração formal de guerra da Espanha não tardou: em ofício de 20 de março de 1801, D. Rodrigo de Souza Coutinho comunicava ao Capitão General da Capitania de São Paulo, que a Corte da Espanha declarara guerra a Portugal, solicitando ao mesmo que entrasse em acordo “com os governadores do R.^o de Janr.^o , e do Rio

Grande de São Pedro” para “combinar hum ataque sobre os Estabelecimentos Hespanhoes do Rio da Prata” (D.I. vol. 89, 20/03/1801, p. 235)

As conversas que já estavam sendo travadas entre os governadores de São Paulo e do Rio Grande do Sul – para organizar planos de defesa em caso de invasão dos territórios portugueses pelos espanhóis – deviam ser colocadas em prática, com a declaração de guerra feita pela Espanha.

Para salvaguardar as fronteiras sulinas, recomeçavam os recrutamentos em São Paulo, pois a paz, acordada no tratado de 1777, fora rompida. Começaram as tropas a se reorganizar, mas o Governador da Capitania não parecia estar de acordo com a saída de homens e recursos para no Sul.

Destacava, Castro e Mendonça, o fato de a Capitania de São Paulo se achar “exausta” de recursos, não sendo capaz nem de garantir sua própria defesa, caso fosse atacada. Reclamava da falta de armas e munição, dos males que se causariam à economia com a saída dos homens válidos; enfim, tentava mostrar a intrincada situação paulista. No entanto, como os ofícios dos Vice-Reis e ministros, cobrando o envio de tropas para o Sul, não paravam de chegar e a pressão das autoridades metropolitanas ia aumentando, não teve o Capitão outra saída, a não ser organizar as tropas, sempre ressaltando as dificuldades e buscando restringir, ao máximo, a saída dos soldados.

Preocupado com o estado da Capitania, em sua correspondência, Castro e Mendonça constantemente ressaltava que primeiro deveriam ser recrutados os vadios e desocupados, deixando-se os agricultores em paz, como fica claro no ofício de 22 de novembro de 1797:

Depois q.’ tomei posse deste Governo, tenho procurado, e procuro pôr todos os meios licitos animar a Agricultura, e o comercio, de sorte q.’ na factura das recrutas principiei pêlos vadios e depois pêlos mais moradores, attendendo com preferencia aos trabalhadores, q.’ ajudavão seu Paiz, e fazendo espalhar q.’os Ociozoz todos havião de vir para soldados, de sorte

q.' nas revistas a primeira coiza que allegão hé mostrar as maons calejadas... (D.I., vol. 29, doc. 31, 22/11/1797)

Embora soubessem que os recrutamentos atrapalhavam o crescimento da economia, os governadores não possuíam autoridade suficiente para governar da maneira que bem entendessem. Deviam prestar contas de seus atos às autoridades metropolitanas, como funcionários de confiança do Rei. Como o posto de Capitão-General não tinha tempo de ocupação pré-estabelecido – fazendo parte da estratégia metropolitana a circulação da elite burocrática – os governadores não criavam raízes nos locais em que passavam, devendo prestar contas de seus atos à Coroa e não a população local. Dessa forma, embora muitos tenham tentado argumentar sobre os prejuízos da militarização, acabaram cedendo e obedecendo às ordens régias.

No caso de Castro e Mendonça, ele sabia que a Capitania encontrava-se inserida em planos maiores, que seu crescimento econômico estava em segundo lugar, reservado aos tempos de paz, pois, nos tempos de guerra, seu papel militar era de extrema importância para os interesses reais.

Bem conhecidas eram as ordens que vinham desde o governo de Martin Lopes Lobo Saldanha, momento em que a Legião de Voluntários Reais foi criada e se institucionalizou o processo de militarização da Capitania. A defesa das fronteiras, em especial do sul, deveria ser a grande preocupação de São Paulo.

Mas, sempre que possível, Castro e Mendonça demonstrou atenção para com a Capitania e a população que estava sendo recrutada. Chegou mesmo a blefar, afirmando que só mandaria um segundo reforço de soldados se as armas e o fardamento necessário fossem enviados, embora soubesse que deveria cumprir as ordens vindas de Portugal. (D.I. 39, 20/03/1801, p.66) Ao que indica o ofício de 15 de setembro de 1801, tecidos para a confecção de

fardas e alguns armamentos chegaram a São Paulo, o que possibilitou o embarque da cavalaria da Legião de Voluntários Reais para o Sul, permanecendo a Infantaria e a Artilharia que só partiriam em “ultima neccessidade”. (D.I. 39, 15/09/1801, p. 108)

Em pequenos atos de insubordinação, Castro e Mendonça ameaçava não enviar mais soldados, se os mesmos continuassem a ser desrespeitados e mal tratados no Sul, pois ficara sabendo que estes não recebiam os soldos, tendo seus salários todos atrasados; que não lhes davam “municimentos de boca”, desertando muitos de fome e “até aos Officiaes doentes se lhe denegava o curativo, ou os meios p.^a elle” (D.I. 39, 12/10/1801, p. 112). Suas súplicas e ameaças de nada adiantavam, pois os pedidos por mais tropas chegavam, e as mesmas, deviam ser organizadas, pois, para a Coroa portuguesa, esta era a obrigação da Capitania de São Paulo e de seu Capitão General e Castro e Mendonça sabia bem disso.

No entanto, a paz foi acordada em 22 de julho de 1801 e São Paulo não precisou enviar para o Sul toda a força que estava preparando. A paz duraria pouco e, como o clima na fronteira estava tenso, as forças militares de São Paulo continuaram sendo reorganizadas, tornando-se novamente uma das principais preocupações dos seus governadores. Era preciso manter a ordem e a disciplina, tudo devia estar pronto, caso se fizesse necessário, pois a conjuntura internacional dava sinais de que, em breve, todas as forças seriam bem vindas para garantir os direitos da monarquia portuguesa.

As ordens vindas de Lisboa pediam para que as tropas paulistas se mantivessem organizadas e prontas, mas os governadores tentavam burlar essas ordens, pois sabiam o quanto a militarização excessiva, prejudicava São Paulo.

Franca e Horta, que governou a Capitania de 1802 a 1811, particularmente, indo contra as ordens da Coroa, tentou diminuir ao máximo possível o número de soldados, cortando gastos e impedindo a saída de homens válidos. Segundo ele não havia “precizão de tantos

Destacamentos”, muitos praças seriam “superfluas”, e deveriam ser licenciadas ou dispensadas em benefício dos cofres públicos, sendo melhor empregada na agricultura e no comércio, pois era preciso evitar despesas desnecessárias. (D.I. vol. 94, 13/01/1803, p. 08)

Como exposto no primeiro capítulo, a economia paulista se diversificara ao longo do século XVIII, sendo que a produção açucareira proporcionara a inserção de São Paulo no mercado exportador, fortalecendo, política e economicamente, uma parte da elite paulista que viu nos recrutamentos, um inimigo aos seus interesses. Esse grupo fazia pressão junto aos governadores e autoridade locais, para impedir a política de recrutamentos e possuía força para se fazer ouvir.

Franca e Horta foi um governador que sempre ressaltou, em sua correspondência, as dificuldades impostas à economia paulista devido aos recrutamentos. Ao seu ver, a militarização de São Paulo era um entrave ao crescimento da Capitania. Respondendo ao ofício do Vice-Rei, Visconde de Anadia, em 12 de fevereiro de 1807, o porquê de não estar a tropa de linha da Capitania completa – encontrando-se muitos corpos desfalcados de um elevado número de soldados – justificou, que tal fato, se devia à falta de recursos, de fardamentos e, principalmente, que

(...) a factura de Soldado he hum rebate geral p.^a todos os nossos Solteiros dezerarem desta p.^a outras Capitancias, O q. he huma perda real p.^a este Estado, pelo abandono das suas Lavouras, e falta de circulação do Commercio. Tal he o horror q. os Paulistas tem ao nome de Soldado! (D.I. vol. 94, 12/03/1807, p. 181)

Tentou mesmo Franca e Horta promover uma reforma na Legião de Tropas Ligeiras de São Paulo, alegando para tal a balança deficitária da Capitania. Em ofício de fevereiro de 1803, estabelecia que as rendas da Capitania haviam atingido 77:134\$232 rE, as despesas 104:781\$190 rE, possuindo, portanto, um déficit de 27:646\$958 rE. Achando descomedida tal

situação, decidira o governador fazer uma reforma nas tropas pagas da Capitania, na busca de economizar e diminuir os gastos da Real Fazenda. Segundo o mesmo,

Achando fazer grande, e descomedida despeza á Real Fazenda a Legião de Voluntários Reaes desta Cidade, despeza do impossível subsistência, pelas Rendas desta Capitania, maiormente á vista da sua deplorável situação, privando diariamente com Soldos atrasados, e q. mezes sucessivos se deixavão de pagar, salvo durante o tempo de trinta e sete contos e tentos mil reis, cobrados da Caza Doadá; cuidando eu em indagar, e remediar tão grandes males, achei estar o estado actual da Legião com avultado numero de Soldos de Officiaes Inferiores, vencidos p.r. Officiaes por Comissão, numero alem do determinado por S. A., e conseqüentemente hum dos Artigos de augmento de Despeza, empenho, e atrazo da Fazenda. (...)

Para deminiuição da mesma tenho Licenciado a Tropa supérflua deixando só a indispensavel para o serviço, entrando neste Plano a averiguação das precizoens de cada hum dos Destacamentos, e numero de Praças, q. cada hum exige. (D.I. vol. 94, 21/02/1803)

A avultada folha de pagamento das tropas de linha era um problema para a receita da Capitania – que não dispunha de recursos – e gerava uma situação de miséria entre as tropas, que não tinham o mínimo necessário para o bom desempenho em sua atividade militar e, com o soldo que recebiam – quando recebiam – mal conseguiam se manter.

Franca e Horta tentou reestruturar as tropas paulistas diminuindo sempre o número de praças em serviço, exonerando a Capitania do seu peso. Porém, as cobranças metropolitanas logo vieram e teve o governador de explicar o porquê da diminuição, pela metade, dos soldados dos Regimentos de Milícia e de Cavalaria. Segundo o governador, tais reduções teriam sido feitas:

1º, Por ser excessivo o numero dos Regimentos Milicianos, e não poder com elles a Capitania, como mais amplamente mostro nas minhas reflexões Documento nº 3,.; 2º Para restabelecer os Corpos da Ordenança, que se achavão de todo aniquilados, não havendo quem nellas servisse, a tempo que sobre ella carrega o maior pezo do Real Serviço, o que comprovaõ as duas Cartas do Documento nº 4: 3º, Para haver homens de alguma probidade que sirvão nas Câmeras, e cujos empregos se esquivão os Milicianos pelos seus Privilégios ... e olhando pra a grave despeza que exige a Conservação de tantos Regimentos Milicianos... (D. I. vol. 94, 03/03/1806, p. 163-164)

As correspondências que se seguiram indicam que as mudanças na estrutura militar, propostas por Franca e Horta, não foram aceitas pelos seus superiores, tendo o governador que

voltar atrás em suas ordens. Podemos nos questionar, o quanto tais medidas, também não desagradaram a alguns membros da sociedade paulista, pois é fato conhecido a importância dada por segmentos da elite paulista aos cargos militares mais elevados, que possibilitavam status e, ao mesmo tempo, garantiam certos privilégios semelhantes aos desfrutados no reino: isenção de contribuições, recompensas com hábitos e tenças e autorização para serem julgados em tribunais militares, entre outros. (LEONZO, 1979, p. 227)

Franca e Horta foi obrigado a restituir os antigos oficiais a seus cargos e esquecer seu projeto de estruturação militar. Os oficiais milicianos, que se julgaram prejudicados com as medidas do governador, recorreram à Coroa e ganharam o direito de serem reintegrados em seus cargos. (LEONZO, 1979, p. 200)

Percebe-se que, se a pressão para reorganizar as forças militares de São Paulo já era grande, ela se intensificou ainda mais com a transmigração da Corte e da Família Real para o Brasil em 1808, pois muitos eram os planos reais em relação à Bacia do Prata. Tendo enviado D. João ofício, ao Vice-Rei, relatando sua chegada próxima, tratou o mesmo de organizar os preparativos para receber a todos; uma intensa correspondência passou a ser trocada entre o Vice-Rei e os governadores das Capitanias para acertar os detalhes.

Como a Capitania de São Paulo estava ligada ao comércio de abastecimento – como vimos no primeiro capítulo – Franca e Horta tratou de tomar as medidas necessárias para socorrer o Rio de Janeiro. Num primeiro momento, mobilizou todos os recursos possíveis visando abastecer a capital, devido à solicitação expressa do Vice Rei, que fez Horta “ver a necessidade de q. desta Capitania se encaminhe pa. Ella tudo qto. pode concorrer pa. a subsistência, Commodo, e alojamento de hum tão avultado numero de pessoas” (D. I. vol. 57, 26/01/1806, p.

236). Além de alimentos, enviou também cavalos e bestas; cada vila deveria enviar determinados alimentos e produtos para abastecer a Capital. (D.I. vol. 57, 26/01/1808, p. 236)²⁴

Paralelamente a esse processo, tratou o governador de averiguar a situação das tropas e colocá-las em estado de alerta, pois as “actuais Circunstancias” o exigiam. Os regimentos Milicianos que estavam reduzidos pela metade, devido à situação de paz que se gozava naquele momento, deviam ser preenchidos, ficando completos. (D.I. vol. 57, 08/02/1808, p. 241)

Na verdade, a preocupação com a organização das tropas se devia ao medo de que fosse enviado à Capitania, um inspetor para averiguar a condição das mesmas, como já discutimos no capítulo 2.

O estado das forças armadas da Capitania era uma das preocupações do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra – D. Rodrigo de Souza Coutinho – que desde março de 1808, vinha enviando avisos régios pedindo informações, o “quanto antes”, sobre o estado dos regimentos, praças, armamentos, fortes, e tudo o mais que compunha a força militar de São Paulo. (D.I. vol. 57, 05/04/1808, p.270/271) Nesse contexto, o Inspetor vinha para averiguar a situação das tropas paulistas e confirmar, ou não, a veracidade das informações fornecidas pelo governador, uma vez que o mesmo tentava evitar a militarização excessiva da Capitania.

Tendo se estabelecido no Brasil, tratou o Príncipe Regente de reorganizar as forças militares de sua colônia. Assim, pelo alvará de 29 de agosto de 1808, reformou a organização das tropas regulares da Capitania de São Paulo, para que a mesma pudesse “fornecer hum Corpo de Tropas respeitável, que combinado com o sistema geral de defeza das fronteiras, reúna ao mmo. tempo a vantagem de não prejudicar a cultura, comercio e industria dos seus habitantes cujos interesses desejo tanto promover”. A Legião de Voluntários Reais passava a se chamar “Legião

²⁴ Sobre o que cada vila contribuiu para o abastecimento da Corte ver página 26 do presente trabalho.

de Tropas Ligeiras de São Paulo”, e, teve seu contingente elevado de 1.000 para 1.556 homens em tempo de paz, e de 1.600 para 2.442 em tempo de guerra. (D.I. vol. 61, 29/08/1808, p.37-40). Contaria a Capitania ainda com o Regimento de Caçadores de Santos, composto por 1.029 homens em tempo de paz e 1.600 no de guerra. Criou o Príncipe também um Corpo de Voluntários Milicianos a Cavalo, que contaria com 502 homens, e se organizaria apenas em tempo de guerra.

Essa nova organização das tropas levou as autoridades a realizarem novos recrutamentos para preencher os quadros vagos, na busca de completar os efetivos em tempo de paz, uma vez que os conflitos no Sul, ainda não haviam sido declarados. Ao que tudo indica, os recrutamentos continuaram a ser feitos da mesma forma violenta que eram conduzidos no século XVIII. Embora as ordens régias ressaltassem que “para levar ao Estado completo os Corpos regulares se correrá aos Milicianos, preferindo os que forem solteiros, e que menos falta fizerem a agricultura, e industria” (D.I. vol. 61, 20/08/1808, p. 45), os recrutamentos parecem ter convulsionado a Capitania.

E a situação na Bacia do Prata não tardaria a se tornar crítica. As ambições portuguesas, somadas aos acontecimentos europeus, levaram ao conflito e à organização de tropas na Capitania de São Paulo, que deveriam deslocar-se para o Rio Grande do Sul, e, aí estacionadas junto às fronteiras, aguardar as decisões emanadas do Rio de Janeiro, ou agir caso fossem atacadas por tropas hispano-americanas.

Preencher os regimentos e “ter as Tropas de Linha desta Capitania promptas a marxarem a primeira ordem” era o pedido do Príncipe, sendo que tudo deveria ser feito “debaixo de todo o segredo” (D.I. vol. 58, 10/11/1808, p. 12/13). Preparava-se a Legião e o Regimento de Infantaria de Santos, mas buscava o Regente não levantar alardes sobre o envio de soldados para

o Sul; o silêncio visava não assustar os paulistas e, provavelmente, atrasar o máximo possível a chegada de tais informações aos ouvidos dos castelhanos.

Devido à urgência dos recrutamentos e aos descasos das autoridades para com as condições das tropas, faltava de tudo: desde sapatos, meias e uniformes, até armamentos e munições. Não dispunha sequer de navios para transportar os soldados; viu-se forçada a reter embarcações de comerciantes que necessitavam das mesmas para fazer seu comércio. Para alimentar as tropas, proibiu-se a venda de farinha, sem ordem do governador, pois se temia que esta fosse vendida para outras capitanias, ficando assim, os soldados desprovidos de seu principal alimento. (D.I. vol 58, 18/11/1808, p. 19/20)

Insistia Franca e Horta que os recrutamentos deveriam ser voluntários antes de serem forçados, mas os voluntários não vinham, muitos fugiam; tentavam todos os tipos de subterfúgios para evitar o triste destino.

Pela legislação, a lista dos que poderiam ser isentos era longa, como se percebe apenas em alguns dos exemplos abaixo:

(...) caixeiros de lojas de bebida e tavernas; homens casados; o irmão mais velho de órfão; o filho único de viúva; o filho único de lavrador; o feitor ou administrador de fazenda de mais de seis escravos; tropeiros, boiadeiros, mestres de ofício, pedreiros, carpinteiros, canteiros, pescadores e marinheiros; milicianos devidamente alistados; contratadores de rendas e seus sócios; aprendizes de Imprensa Régia; tesoureiros menores da Bula da Cruzada; estudantes e eclesiásticos... (MENDES, p. 122)

Porém, diante das dificuldades em se recrutar, as tropas acabavam sendo completadas com elementos considerados criminosos, vagabundos, soldados de mau comportamento, desertores capturados e com muitos que, por lei, deveriam ser isentos. Isso tudo, porque ser recrutado para servir no Rio Grande do Sul, era encarado por muitos como um castigo, uma punição, a qual buscavam burlar de algum modo. As próprias autoridades reforçavam essa idéia ao punir os soldados taxados por mau comportamento, os tidos como indisciplinados, ou que

cometiam faltas graves, com o envio para lutar nos conflitos na Bacia do Prata. Esta foi a pena imposta a alguns soldados do Regimento de Caçadores de Santos, que por motivos, aparentemente justos, se rebelaram em 1821. (D.I. vol. 2, 9ª Sessão, 12/07/1821)

Nas vilas, muitas autoridades locais buscavam usar seu poder para impedir que parentes e amigos fossem recrutados. São vários os casos de Capitães-Mores, juízes e outras autoridades que escondiam seus filhos, não os alistavam ou os isentavam do serviço militar, como, por exemplo, o Capitão-Mor de Lorena e o Juiz de São José, que esconderam seus filhos e foram repreendidos pelo governador, pois tais atitudes deveriam ser punidas. (D.I. vol.58, ofícios de 28/03/1809, p. 119/120) Outros tentavam estender sua tutela e poderio a toda a família, como foi o caso do Capitão Mor de Guaratinguetá, que pedia dispensa para dois soldados que eram casados com duas sobrinhas suas, mas que acabou sendo repreendido e teve seu pedido negado, sendo acusado de infringir as ordens dadas pelo governador. (D.I. 58, 03/11/1809, p.226/227)

Seja como for, as reações negativas ao recrutamento e as tentativas de burlá-lo, vinham desde o século XVIII e agitaram a Capitania de São Paulo ao longo dos anos em que perduraram os conflitos na Bacia do Prata, não sendo atos exclusivos das autoridades, mas de todas as camadas da sociedade paulista, dos mais abastados aos mais desvalidos, embora essas reações não tenham sido as únicas que ocorreram, pois havia aqueles que gritavam a favor da militarização.

O fato é que os recrutamentos se fizeram, e, em junho de 1809, embarcavam para o Rio Grande do Sul os primeiros soldados paulistas que iriam guarnecer as fronteiras sulinas. A partir desse momento, constantemente novos soldados foram recrutados, sempre que preciso, principalmente nos anos de 1811 e 1816/1817, quando ocorreram as duas intervenções portuguesas em Montevidéu. Em alguns períodos, os recrutamentos foram suspensos, mas sempre eram reativados quando se fazia presente à necessidade de soldados no Sul.

Quanto aos governadores, eles continuaram a questionar a política de recrutamentos, mas seu poder era limitado para contestar as ordens vindas da Coroa e por isso, institucionalmente, a contestação aos recrutamentos viria das Câmaras Municipais, órgão de representação da sociedade paulista em âmbito local, que lutaram pelos interesses dessa mesma sociedade, contestando, em alguns momentos, a autoridade dos governadores e se posicionando a favor dos interesses da Capitania/ Província de São Paulo, o que trataremos mais adiante.

Sobre a postura dos governadores diante da militarização de São Paulo, pudemos visualizar uma mudança a partir de 1820, com a disseminação das idéias liberais que ganharam espaço, a partir da Revolução do Porto, desencadeada em Portugal. A nova organização política que começava a ser instaurada buscava romper com idéias e mecanismos institucionais ligados ao Antigo Regime e desejava instituir formas de representatividade aos “cidadãos” e seus órgãos políticos; clamava por uma constituição e por idéias de liberdade o que acabou transformando os últimos anos, do que ainda poderia ser considerado como “colônia”.

Os antigos Capitães-Generais foram substituídos por Juntas de Governo, organizadas pelas elites locais, que se preocupavam mais com os problemas internos da Capitania, e que possuíam uma dependência menor para com o Rei, uma vez que não eram indicadas pelo mesmo. Com a Independência, embora o Presidente continuasse a ser escolhido pelo poder central, ele passou a governar em cooperação com o Conselho da Presidência, órgão eleito, que embora não tivesse poderes de decisão legislativa, tornou-se um instrumento voltado para os interesses da província, pois no escopo de suas atribuições

(...) abriu-se sem dúvida espaço para a parcial resolução dos interesses provinciais, e, o que é bastante significativo para a época, constituiu-se ele num fórum de manifestação e pressão para que os interesses provinciais se fizessem ouvir no âmbito nacional, quer se tratasse do executivo ou da câmara dos deputados. (LEME, p. 65)

Uma nova mentalidade parecia contagiar a todos. Mesmo antes da Independência, novos assuntos já eram introduzidos na pauta de discussão do governo de São Paulo, o que pode ser verificado desde a Junta de Governo de 1821.²⁵

Estando os recrutamentos em pauta na 97ª Sessão do Governo Provisório de São Paulo, ocorrida em 01 de abril de 1822, recomendava-se maiores cuidados com as recrutas, pedindo para “que venhão com escoltas fortes, mas nunca encorrentadas” (D.I. vol. 2 - 97ª Sessão, 01/04/1822);

Um novo momento parecia estar surgindo em São Paulo, o que de fato se concretizou com a instalação do Conselho da Presidência em 20 de outubro de 1824. Ao que tudo indica, os membros do Conselho buscavam – através de seus pareceres – disciplinar e até normatizar as ações da sociedade, mostrando por meio de suas decisões o caminho a ser seguido pelas autoridades. (RODRIGUES, 2005, p. 33)

As Câmaras Municipais e pessoas particulares enviavam denúncias, reclamações e reivindicações ao Conselho que as analisava, tecendo pareceres sobre o assunto. Segundo Marisa Saenz Leme, o Conselho teria permitido um alargamento das representações regionais e locais, possibilitando, ao menos no caso de São Paulo, certa autonomia em relação ao poder instalado no Rio de Janeiro. (LEME, p. 74-75)

No que se refere aos recrutamentos e à militarização de São Paulo, essas mudanças começaram a indicar que os mesmos eram insustentáveis, passando a reivindicar seu fim, ou uma diminuição significativa dos recrutamentos, solicitando, também, a volta dos soldados paulistas que se encontravam no Sul.

²⁵ Essa nova mentalidade que contagiou a Capitania pode ser verificada nos diferentes assuntos abordados no Conselho da Presidência. Destacamos o tema escravidão nessa discussão, pois o Conselho passou a deliberar sobre a liberdade escrava, o direito do escravo comprar sua liberdade (D.I. vol. 86, 3ª sessão, 03/11/1824) e a estipular limites para os maus-tratos cometidos pelos senhores (D.I. vol. 86, 103ª sessão, 27/06/1829), questões inexistentes na documentação anterior e que demonstram um novo enfoque a respeito da escravidão.

Assim, na 26^a. Sessão do Governo Provisório, de 25 de agosto de 1821:

Assentou-se, que se faça hum Offício, a Sua Alteza Real pedindo que se Digne mandar recolher as Milícias d'esta Província, que tinham sido mandadas por dous annos para o Sul, com a copia de Decreto, que fixava o serviço d'aqueles Corpos, attendendo não só a ter já passado o seu tempo de serviço, como pelo grave prejuízo que tem causado a Lavoura, n'esta Província e ás famílias. (DI. Vol. 2 – 26^a Sessão, 25/08/1821)

As autoridades competentes, apoiadas na legislação, pediam a volta dos milicianos, pois deveriam ficar apenas dois anos no Rio Grande do Sul, mas não haviam retornado ao findar esse período. Era preciso munir-se da lei e fazê-la valer. Pensando no que era melhor para a Província, passaram também a discutir a dispensa de milicianos e de tropas regulares, “attendendo a economia que pedem as despesas do Coffre Nacional nas presentes circumstancias, e menor gravame da Agricultura...” . (D.I. vol. 2 – 62^a Sessão, 19/11/8121)

Nas atas do Conselho da Presidência, em várias sessões, se discutiu a questão econômica da Província, a excessiva militarização e os prejuízos que trouxeram. Na 88^a Sessão houve a exposição de um projeto para desonerar a população do tão excessivo peso do militarismo. Segundo o referido projeto,

Sendo a Agricultura a única fonte da riqueza, e prosperidade desta Província de S. Paulo, infelizmente de longa data, ella he atropelada sem apanágio, que he devido; pois que os braços de sua lavoura são occupados em continuo giro nas Estradas, huns a virem destacar na Cidade, e Villa de Santos, outros a regressarem dos destacamentos para voltarem logo com mui pouca folga; por isso que a carestia dos mantimentos de boca se torna de dia a dia mais pezada, e ainda mais afflictiva a pobreza, que os não pode comprar. Os Lavradores menores são os que plantão os Sereaes indispensáveis para a vida; estes são os Milicianos, que se achão transformados, ou reduzidos a 1^a Linha, sendo que em todos os Estados cultos, e providentes ainda mesmo em tempo de guerra os braços d'Agricultura sempre forão desoccupados, e previligiados, por que sem ella não se sustenta a guerra, nem os Estados. (D.I. vol 86, 88^a Sessão, 05/11/1828)

Clara era a crítica à saída dos homens para os conflitos fora da Província, uma vez que era entre os milicianos que se recrutavam os homens para a tropa de Linha, o que causava

problemas na agricultura, principalmente entre os lavradores mais simples que plantavam gêneros de primeira necessidade, e que sentiam a falta de braços, isso quando eles próprios não eram recrutados.

Percebe-se que, com o advento da Independência e o estabelecimento do Governo Provisório, um novo enfoque foi dado à política de militarização da Província de São Paulo: os recrutamentos e a política de militarização não seriam mais tolerados, pois prejudicavam São Paulo. A situação dos cofres públicos paulistas era grave, pois os gastos militares eram excessivos e a construção do Estado, após a Independência, também teve o seu peso fiscal sobre as Províncias.²⁶

Na Sessão do Conselho da Presidência de 20 de agosto de 1829, era exposta a situação crítica em que se encontravam as finanças da Província, que não poderia arcar com todas as despesas efetivas, e menos ainda, com as extraordinárias, não podendo nem mesmo “responder pela segurança Publica, que certamente poderá soffrer alteração, faltando-se com os devidos e regulares pagamentos á Tropa”. Pedia-se autorização para cunhar moedas de cobre, para que assim pudessem arcar com suas despesas. (D.I. vol. 86, 20/08/1829, p. 236/237)

O retorno das tropas era financeiramente custoso, pois, com o retorno a São Paulo das mesmas “tem sido hum acto de justiça o pagamento de soldos, e fardamentos ali vencidos, e sua continuação, de maneira que só as despezas em objectos militares se calculão em mais de 200:000\$ rs”, sendo que a receita era de 409:580\$090 rs e o total das despesas avultavam a mais de 622:599\$130 rs, gerando um déficit anual de 213:979\$040, tendendo as despesas a aumentarem devido “as reformas entre a officialidade, e mais praças que voltarão invalidas da

²⁶ Sobre a questão referente à fiscalização no Brasil colonial e pós independência ver o artigo de Wilma Peres Costa – Do domínio à nação: os inpasses da fiscalidade no processo de Independência – In: JANCSÓ, István (org). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. SP: Hucitec; Ed. Uijúí; Fapesp, 2003.

Campanha do Sul, e meios soldos concedidos as viúvas de Militares conforme a lei os garante”. (D.I. vol. 86, 20/08/1829, p. 237). No entanto, a seu favor se pronunciaram os conselheiros.

A preocupação financeira existia e não havia mais como negá-la. A volta das tropas, e o fim dos conflitos no Prata, mostraram o quanto a Província se debilitara em função do militarismo que, se não abalou o crescimento de sua economia, exonerou seus cofres carentes de recursos.

Mas, enfim, quantos soldados paulistas foram para os conflitos na Bacia do Prata nas duas primeiras décadas do século XIX, gerando inúmeras discussões entre as autoridades? É difícil quantificar esses soldados pela própria inexatidão ou silêncio dos dados. Muitas vezes, os ofícios tratam da organização de tropas e batalhões, sem especificar o número de soldados que partiam.

Em um ofício da Câmara de São Paulo, de julho de 1824, dirigido a Sua Majestade, discorrendo sobre os danos causados pelos recrutamentos à Província, informava-se que desde 1809, até aquele momento, já havia, a mesma, enviado ao Rio Grande do Sul, 12.000 homens, divididos em 14 expedições.²⁷

Esses dados são aceitos por Nanci Leonzo em sua tese de doutorado, *Defesa Militar e Controle Social na Capitania de São Paulo*, (LEONZO, 1979, p. 19). No entanto, eles merecem uma análise: uma vez que se tratava de um ofício em que se desejava mostrar a Sua Majestade os prejuízos causados pelo recrutamento à Capitania, a praxe era aumentar os números, possibilitando maior dramaticidade ao fato.

Segundo Hernani Donato, o número de paulistas que combateram no Sul, na primeira metade do século XIX, seria o seguinte: a Legião, que embarcou em sua totalidade até o final de

²⁷ O Referido ofício da Câmara de São Paulo, encontra-se no vol. XVIII do Registro Geral da Câmara de São Paulo, p. 458, e parcialmente transcrito no texto “São Paulo”, de Sergio Buarque de Holanda, que se encontra no livro *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo II, vol. 2, p. 439.

1811 (2.442 homens – completa em tempo de guerra); mais 600 homens enviados como reforço em 1815; dois Batalhões de Infantaria de Santos (levando-se em consideração que cada batalhão possuía, em média, 80 soldados, partiram 160 homens) e um novo reforço de 800 homens, cuja data de saída da Capitania não foi informada. Destaca o autor, que ao lado dessas tropas regulares lutaram grupos de guerrilheiros, aumentando em 1.200 homens as tropas paulistas. No total, temos pouco mais que 5.200 soldados. (DONATO, RIHGB, vol. LXX p. 164)

Número semelhante nos é fornecido por Spix e Martius, que ao visitarem São Paulo em 1817, informaram que já haviam seguido para a Guerra de Montevidéu, uns 4.000 paulistas, levando-se em consideração que o conflito se estendeu até 1828, podemos concluir que esse contingente só fez aumentar. (SPIX e MARTIUS, p. 112)

É possível que os dados fornecidos por Hernani estejam incompletos, pois alguns batalhões de milicianos também adentraram ao conflito, e não foram referidos pelo autor. De qualquer modo, mais de 6.000 soldados paulistas partiram para os conflitos no Sul, número considerável, visto que os recrutamentos recaíam apenas entre os homens capazes, maiores de 13 anos e menores de 70, não abrangendo os inválidos.

Cabe ressaltar que, São Paulo não era exonerada apenas pelos conflitos na Bacia do Prata, podendo, eventualmente, ter que enviar tropas para outras situações e conflitos, como foi o caso dos 1.300 soldados que se dirigiram ao Rio de Janeiro, em auxílio a D. Pedro, quando da Independência. (HOLANDA, 1964, p.439) A saída dessas tropas debilitava ainda mais a Província.

Enfim, os homens eram recrutados, mas sabemos que não saíram todos de uma vez. No geral, partiram entre os anos de 1809 a 1822. Vale ressaltar que, em 1821, a Banda Oriental foi incorporada ao território brasileiro com o nome de Província Cisplatina e os conflitos na região cessaram até 1825, quando a mesma declarou sua separação. Os soldados permaneceram

na região para manter a ordem e, embora, na bibliografia consultada, assim como na documentação analisada, não tenham sido encontrados indícios de recrutamentos após o ano de 1822, não é impossível, que eles tenham ocorrido, uma vez que os conflitos reativados em 1825 se encerraram apenas em 1828, mas a guerra também pode ter sido feita com os soldados que já se encontravam na Bacia do Prata, ou, com recrutamentos feitos no Rio Grande do Sul.

A questão da saída de homens da Capitania, devido aos recrutamentos, se amplia e toma proporções maiores, se considerarmos o número de desertores e de homens que fugiram para outras regiões com medo de serem recrutados. Segundo o mesmo ofício, dirigido pela Câmara de São Paulo a sua Majestade em 1824, “havia 16.000 paulistas desertores e emigrados” em Minas Gerais.

Saint-Hilaire, em 1817, ao comentar os recrutamentos em São Paulo, comentava que muitos paulistas não haviam tido coragem para seguir ao Rio Grande do Sul: “houve consideráveis deserções, com o que a população de Minas Gerais aumentou de forma sensível, às expensas da capitania de São Paulo”. (SAIT-HILAIRE, 1903, p.62)

De fato, entre os ofícios dos Capitães-Generais, percebe-se que muitos dos soldados que desertavam procuravam Minas Gerais, pois vários desses ofícios eram dirigidos às autoridades mineiras, pedindo para que os mesmos fossem caçados e remetidos de volta, para reintegrar seus corpos. Em 1811, Franca e Horta se dirigia ao Conde de Palma, então governador de Minas Gerais, para lhe falar sobre os desertores:

Os mtos. Soldos. Dos dous Regimentos., desta Capitania q'. tem dezertado pa. A de Minas Geraes, Me moverão a deprecar, ao Exmo. Snr. Conde de Palma Gover. E Capm. Genaral. Da mma. Capta. A faculde. De os mandar prender lá por huma Escolta desta Capitania ... (D.I. 59, 07/05/1811, p. 212/213)

Com certeza o número dos desertores e dos que fugiam foi alto: a quantia de 16.000, fornecida pela Câmara de São Paulo, talvez seja um pouco elevada, pois muitos apenas se

escondiam temporariamente nos matos, retornando assim que a situação se acalmasse. O fato é que deixando ou não a Capitania, a economia da mesma era prejudicada, pois as roças e os trabalhos eram suspensos ou abandonados em época de recrutamento.

Em 1817, os governadores interinos da Capitania de São Paulo, ao publicarem um Bando informativo sobre o indulto expedido pelo Rei naquele mesmo ano, relacionaram o crime de deserção com o despovoamento da Capitania, o que atrapalharia o desenvolvimento do comércio e da agricultura. (D.I. vol. 88, 05/12/1817, p. 229)

O fato é que as fugas e deserções preocuparam as autoridades, como indicam os indultos concedidos aos desertores, perdoando-os na tentativa de reintegrá-los a seus postos. Se fossem poucos os casos, não haveria necessidade de perdoá-los, pelo contrário, talvez deveriam ser castigados para não servirem de exemplo a novas deserções, mas como eram muitos os casos, se todos fossem punidos, adequadamente, haveria uma diminuição ainda maior no número de homens a serem recrutados – o que não era interessante – daí preferir-se o perdão. De 1808 a 1821, foram divulgados 8 (oito) indultos perdoando os desertores e pedindo que se apresentassem a seus superiores.²⁸

Fábio Mendes confirma essa lógica afirmando que as repetidas anistias concedidas aos desertores para que retornassem às suas bandeiras, evidenciavam que as próprias autoridades consideravam as deserções “um mal inevitável”, tendo para a população um aspecto corriqueiro e banal, não sendo encaradas como traição. (MENDES, p. 124)

Quantificar os desertores e os que abandonaram a Capitania pode não ser possível, mas com certeza foram muitos e, ao que indica o Ofício da Câmara de São Paulo, de julho de 1824, foram em número mais elevado do que aqueles que de fato saíram da mesma, para lutar no

²⁸ Os Indultos se encontram no vol. 60 dos Documentos Interessantes, que trazem as Ordens Régias, e foram emitidos nos anos de: 2 no ano de 1808 e um nos anos de 1810, 1812, 1813, 1814, 1817, 1821.

Sul. Além dos elementos que fugiam, ainda na Capitania, muitos também desertavam durante o caminho para o Rio Grande do Sul.

O fato é que a militarização de São Paulo e os recrutamentos que dela decorreram, permearam todos os governos da Capitania de São Paulo, desde a segunda metade do século XVIII, tendo encontrado, todavia, a partir de 1820, formas maiores de contestação dentro das próprias autoridades regionais e locais. Enquanto no setecentos, e início do oitocentos, a militarização de São Paulo era tolerada e aceita, com a Independência, verifica-se que os paulistas, por meio de seus órgãos de representação – em especial pelo Conselho da Presidência – se posicionam contra a militarização e os recrutamentos, declarando que a situação da Província era grave e o seu excessivo militarismo não seria mais tolerado. O crescimento econômico de São Paulo e a preocupação com sua situação fiscal passaram a ser o foco das preocupações das autoridades paulistas.

3.2 – A sociedade paulista e o militarismo

Governadores e demais autoridades paulistas buscaram, a seu modo, e dentro do que podiam, contestar e mesmo impedir os recrutamentos, mas foram os membros da sociedade paulista – de diferentes grupos sociais – que de fato se articularam contra a militarização da Capitania, embora, como veremos mais adiante, também existiram grupos que se beneficiaram com a mesma.

Como já exposto anteriormente, os paulistas foram buscar nas Câmaras Municipais um refúgio e um aliado na luta contra os recrutamentos.

Segundo Bandecchi, as Câmaras estavam preocupadas com as circunstâncias locais e para atendê-las não se opunham em passar por cima das leis e do que mandava Sua Majestade;

elas estariam mais preocupadas com os negócios domésticos. Para ele “não havia na aplicação da lei um formalismo incômodo que trouxesse embaraço ao governo local, preferindo-se muitas vezes a prudente orientação traçada pelos usos e costumes, o que era perfeitamente cabível dentro daquela estrutura maleável”. (BANDECCHI, p. 28)

Além do mais, vale a pena destacar que as Câmaras não estavam abertas apenas à chamada nobreza ou aos proprietários de terras; elas possuíam um caráter mais liberal, e como vimos, cada vez mais os comerciantes ganhavam espaço dentro delas. Também era o único referencial para as camadas mais pobres.

Seriam elas “órgãos de representação popular, daí a soma imensa dos seus poderes” (BANDECCHI, p.105), pois mesmo as camadas mais simples da população acabavam buscando nas câmaras apoio para suas queixas, por estarem mais familiarizados com as mesmas e por lhes serem de mais fácil acesso. Parece que, nos primeiros séculos,

As câmaras municipais se apresentavam à face do governo metropolitano ou da Corte desimpedidas de qualquer intermediário. Os colonos, sozinhos, desamparados do poder metropolitano que, em geral via-os apenas como tributários e obrigados à defesa armada, fizeram do município o centro de suas atividades políticas, o lugar público reconhecido pela metrópole por onde eles falavam, reivindicavam e se defendiam. (RODRIGUES, 2005, p. 21-22)

Esse poder das Câmaras Municipais vinha do século XVII, quando a metrópole, sem condição para financiar as despesas militares da colônia, transferiu esse ônus ao colono, o que fez com que as Câmaras se destacassem na organização e administração colonial. (BICALHO, p. 199)

Porém, ainda no final do século XVII, a metrópole começou a implantar medidas centralizadoras na colônia, visando cercear o poder das Câmaras Municipais, o que pode ser visualizado pela criação do cargo de Juiz de Fora e pelo alargamento da jurisdição dos governadores, fazendo crescer a interferência régia nos assuntos locais. Mas foi somente em

1828, com a promulgação da Lei Orgânica dos Municípios, que as Câmaras passaram a ter função meramente administrativa. (RODRIGUES, 2005, p. 6-7)

De fato, foram as Câmaras Municipais – representando as diferentes classes sociais prejudicadas pela militarização da Capitania de São Paulo – que passaram a questionar de forma mais clara e direta os recrutamentos.

Durante as primeiras décadas do século XIX, houve dois momentos em que os recrutamentos se fizeram sentir de forma mais clara e constante dentro da sociedade paulista, levando algumas Câmaras Municipais a se posicionarem de maneira crítica e contrária às ordens dos governadores.

O primeiro desses momentos ocorreu durante o governo de Franca e Horta, de 1809 a 1811. A resistência ao recrutamento pôde ser verificada desde a recusa em se enviar o número de homens solicitados, ou fornecer os mapas de recenseamentos – pelos quais se estabelecia o número de homens com que cada vila contribuiria, de acordo com sua população – até boicotar os preparativos para a partida das tropas. As Câmaras Municipais de vilas como Jundiaí, São Carlos, Lorena, São José, Jacareí, Guaratuba, Guaratinguetá, Bragança e São Luis se negavam a enviar a quantidade de recrutas imposta pelo governador, para cada uma delas, ou buscavam maneiras de serem dispensadas do mesmo. Alegavam que a população fugia, que corriam riscos com os escravos e que a agricultura seria atingida.

Um segundo momento evidenciou-se a partir de 1815/1816, durante o governo do Conde de Palma – às vésperas da segunda intervenção portuguesa em Montevideu – quando os recrutamentos passaram a ocorrer novamente com maior intensidade. Novamente as Câmaras Municipais buscaram maneiras para burlar o recrutamento. Nítida é a ação das Câmaras

Municipais em vários momentos, nas primeiras décadas do século XIX, sempre demonstrando seu poder e sua importância.²⁹

Passaremos agora a analisar o comportamento dos diferentes grupos da sociedade paulista diante da militarização da Capitania, ressaltando que ela não foi sinônimo de prejuízo para todos os elementos; para alguns representou vantagens e oportunidades

3.2.1 – Segmentos de elite

Conforme foi analisado no primeiro capítulo desta dissertação, verificamos que desde o final do século XVIII, a economia paulista se diversificara e sua população se ampliara, permitindo que novos grupos sociais ganhassem espaço.

No que tange às elites paulistas, podemos diferenciar basicamente três grandes grupos: um tradicional, formado pelas antigas famílias, cujo sobrenome remontava aos bandeirantes, e que, embora possuísem força política, nem sempre detinham grandes recursos econômicos, podendo ser representado pelos senhores de engenho; outro de origem mais modesta e de participação política menos atuante, encontrado entre os sitiantes e agricultores ligados ao abastecimento interno de São Paulo e de algumas regiões do Brasil; e, por fim, de origem mais recente, mas não menos importante, destacavam-se os comerciantes vindos do reino, bem sucedidos economicamente, mas em busca de diferenciação social e de participação política.

Os dois primeiros grupos viram no recrutamento um vilão, que prejudicava seus negócios, e tentaram atenuar suas conseqüências buscando isenções e regalias, solicitadas com a ajuda das Câmaras Municipais.

²⁹ Sobre o poder das Câmaras Municipais no início do século XIX cabe ressaltar a participação das Câmaras de Itu, Sorocaba, Porto Feliz e São Carlos contra o movimento bernardista, ocorrido em São Paulo ao longo de 1822, e o posicionamento de Itu em 1824, quando da dissolução da Assembléia Constituinte e Legislativa.

Quanto aos senhores de engenho e sua articulação com as Câmaras Municipais, sabemos que sua resistência à militarização foi bastante intensa, como exemplifica o caso de Itu, onde a Câmara se negou algumas vezes, ainda nos primeiros anos do século XIX, a enviar os homens solicitados pelo governador, justificando que, se assim o fizesse, a vila ficaria desguarnecida de homens válidos para protegê-la, no caso de uma rebelião escrava, pois este era o grande temor dos senhores de engenho.

Conforme analisado no primeiro capítulo, Itu vivia a problemática da escravidão e os recrutamentos foram encarados como uma ameaça à manutenção da ordem estabelecida, pois a sociedade ituana enxergava na saída de seus homens livres, o fortalecimento dos escravos rebeldes. A Câmara de Itu chegou mesmo a se dirigir diretamente ao Monarca, passando pela autoridade do governador Franca e Horta. Seus representantes escreveram a D. João, em 30 de abril de 1809, reclamando das constantes solicitações de homens para o serviço militar, argumentando que se as sete Companhias de Milicianos que se achavam prontas na vila, dela saíssem

(...) certamente se verá nela executada a funesta catástrofe, que sofre a Ilha de São Domingos, pois já se tem ouvido dos mesmos escravos, que em saindo estas Companhias, que são a flor de todo este povo, se hão de levantar, e arrasar tudo. Para obviar esta iminente ruína, conservar o sossego público com a estreita observância das sagradas leis de Vossa Alteza Real, é muito necessário residirem efetivamente nesta vila três Companhias Milicianas, para que junto com as Ordenanças, continuamente vigiem sobre todo, e qualquer insulto, capturando os delinquentes para apuramento devido...³⁰

Acreditariam os ituanos, que o Príncipe Regente não soubesse da situação de Itu? Duvidavam da autoridade e competência do governador? Provavelmente, sentiam-se prejudicados pelas ordens emanadas pelo governador e não viam resultados ou ações para os

³⁰ O Ofício do Senado da Câmara de Itu a D. João, de 30 de abril de 1809, encontra-se no Arquivo do Estado de São Paulo, ordem 293, lata 55-A, doc. 76. o mesmo encontra-se transcrito, em parte, na dissertação de mestrado de Magda Ricci, *Nas fronteiras da Independência – Um estudo sobre o significado da liberdade na região de Itu (1779-1822)*, p. 79.

ofícios que enviavam ao mesmo, daí terem sentido necessidade de se dirigir diretamente ao Príncipe. Tal atitude não foi bem aceita por Franca e Horta. O governador se disse admirado pelo fato dos ituanos se atreverem

(...) a por na presença do Soberano huma menos exacta representação ... queirão a atemorizar a Nosso Amavel Soberano Certificando na sua mesma representação que se sahirem as companhias de milícias dessa Villa se veria nella executado o funesto Catástrofe, que sofreu a Ilha de São Domingos, e que já se tem ouvido dizer os Escravos, que sahindo as das. Companhias se hão de levantar, e arrazar tudo... (D.I. vol. 58, 19/06/1809, p. 169)

O governador havia ignorado as súplicas dos ituanos ao alegar que se tratavam de desculpas para burlar o recrutamento, não acreditando, ou fingindo não acreditar, na possibilidade de uma revolta de escravos na vila.

Mas, ao que tudo indica, a situação da escravidão ituana era crítica, muitos tumultos e situações de riscos vinham ocorrendo desde os primeiros anos do século XIX, como já exposto no primeiro capítulo, o que sugere que a movimentação dos ituanos para impedir a saída dos homens válidos que poderiam defender a vila, não era desprovida de sentido.³¹

A problemática da escravidão estava presente também em outras vilas como São Carlos, Porto Feliz e Campinas, mas Itu – como grande centro produtor de açúcar nesse momento – destacava-se na defesa de seus interesses cobrando, durante todo o período estudado, soluções para os seus problemas, sendo que as vitórias ocorriam.

Se antes da Independência, as desavenças com os governadores da Capitania pareciam não surtir muito efeito, uma vez que os ofícios cobrando recrutas continuavam a chegar, mesmo depois dos ituanos terem recorrido diretamente ao Regente, a situação se modificara bastante depois de 1822, conforme se constatou em algumas sessões do Conselho da Presidência.

³¹ Sobre o caso de Itu e da problemática da escravidão ver a dissertação de Magda Ricci, citada na nota anterior e que mostra o conflito entre as autoridades locais e as metropolitanas, a partir da análise de suas correspondências e de processos criminais, da época.

Na Sessão de 09 de dezembro de 1824, o Conselho da Presidência ressaltava a necessidade – para se manter a ordem – de se dispensar de todo o serviço militar, os administradores e feitores de fazendas e fábricas de açúcar, sendo esta uma providência de “utilidade pública”, uma vez que tal fato concorria “muito para o atraso da Agricultura, e Commercio, e pondo em risco a segurança publica, a falta de observância das ordens estabelecidas”. Havia a preocupação com os escravos, já que alegavam que quando os feitores e administradores de fazenda se ausentavam para o cumprimento do serviço militar, os mesmos ficavam sem ter quem os “ácoutem na devida, e necessária sugeição, o que pode occazionar funestas consequências”; era aquela mesma preocupação que havia levado os ituanos a se dirigirem diretamente ao Príncipe em 1809, e que na época não foi tida como relevante, mas que em 1824, estava na pauta de discussão, sendo apoiada pelos meios institucionais. (D.I. vol. 86, 8ª. Sessão, 09/12/1824)

A questão era retomada na sessão de 18 de março de 1825, dispondo que não se admitia dúvidas “á vista da dispozição do parágrafo 8º das Imperiais Instrucções de 10 de Julho de 1822, que izenta até do recrutamentos em occasião urgente aos Feitores, e Administradores de Fazendas, que tenham mais de Seis escravos”. A discussão voltou a ser enfatizada devido aos transtornos envolvendo escravos na região de São Carlos e Itu e da falta de homens para estabelecer a ordem. (D.I. vol. 86, 13ª Sessão, 18/03/1825)

Se o problema não chamou a atenção das autoridades, ou foi tratado com pouco caso, em 1809, ao que tudo indica a situação se invertera e a segurança da província e a garantia dos interesses de seus cidadãos, ao menos de um grupo de sua elite, era o ponto de referência em 1824, utilizando-se de todos os recursos cabíveis, para assegurar o que se considerava melhor para São Paulo.

Os interesses paulistas, no caso o possível medo de um levante escravo nas regiões que utilizavam esse tipo de mão-de-obra, estavam sendo levados em conta, indo em consonância com a política de intolerância aos recrutamentos e de valorização da economia paulista. Por sua vez, o grupo envolvido com a agricultura de abastecimento, também se utilizou das Câmaras Municipais para pedir isenções, uma vez que a militarização de São Paulo também se mostrou desfavorável aos seus negócios.

Em 1808, vilas como Atibaia, Nazaré e Bragança, cuja economia estava voltada ao abastecimento interno, alegavam que o povo fugira para os matos, com medo do recrutamento, e que isso prejudicava as roças e, conseqüentemente, influenciaria na abundância de gêneros comestíveis, bem como na dinâmica dos preços; por isso desejavam ser dispensadas do recrutamento, como teriam feito os governos anteriores. Essa poderia ser, apenas, uma justificativa para tentar burlar o recrutamento, mas também a preocupação de sitiantes e agricultores com os seus negócios, pois naquele momento sofriam pressão para abastecer a Corte.

Segundo Fabio Mendes, o principal argumento dos que solicitavam isenções, baseava-se na desorganização da produção e, como conseqüência, o desabastecimento da Corte, afirmando que as dificuldades de abastecimento deram o impulso inicial para moderar a fúria dos recrutamentos. (MENDES, p. 121)

Mas Franca e Horta não abriu mão dessas vilas, alegando “q’. se meus antecessores poderão exceptuar as refferidas Vas. foi pr. q’. não governarão em circumstancias tão criticas, nem tiverão Ordens tão restrictas, como as q’. me tem sido deregidas.” (D.I. vol. 58, 19/12/1808, p. 42/43)

Embora, nesse primeiro momento, a questão do abastecimento não se mostrasse decisiva para que Franca e Horta decretasse a isenção das vilas, em outra situação, ocorrida no ano de 1817, o Conde de Palma – então governador de São Paulo – pedia ao Inspetor Geral de

Milícias, a dispensa de todos os milicianos que estivessem envolvidos com o transporte de gêneros alimentícios para a Corte, pois, segundo ele,

(...) principiando-se a sentir falta de viveres na Corte do Rio de Janeiro, tinha-se vindo no conhecimento q'esta falta era proveniente de se terem recrutado os Condutores dos mencionados viveres nesta, e na Capitania de Minas Geraes, o q, era contra as Ordens estabelecidas a este respeito... (D.I. vol. 90, 22/06/1817, p. 107/108)

A questão militar poderia ser de extrema importância para os planos da monarquia portuguesa, mas essencial também era a sua sobrevivência através do abastecimento de diversos gêneros vindos principalmente de São Paulo e Minas Gerais. Isto era razão suficiente para estabelecer leis que impedissem o recrutamento dos envolvidos diretamente no transporte de tais gêneros, fazendo com que as mesmas fossem cumpridas, dividindo assim a atenção dos governadores entre quem poderia ser recrutado e quem seria isento.

Interessante notar que a dispensa se refere aos tropeiros, ou seja, aos negociantes, e não propriamente aos produtores, que são grupos diferentes. Sabendo da importância do grupo mercantil na organização da estrutura militar, é provável que tenham interferido junto às autoridades para não terem seus negócios prejudicados, mas a relevância do abastecimento da Corte foi crucial, nessa questão.

Falando sobre os comerciantes e negociantes, conhecida era a aproximação dos seus interesses com a militarização da Capitania desde o século XVIII, sendo que esses homens ocuparam os principais cargos dentro das milícias e ordenanças paulistas, visualizando na conquista de patentes militares, uma forma de ascensão social. Adentrar para o serviço militar e auxiliar de alguma maneira essa mesma organização era um passo importante para se alcançar o tão cobiçado título. Como na época era situação corriqueira, a ausência de fronteiras definidas

entre o público e o privado, entre as obrigações da Coroa e aquelas que caberiam aos cidadãos, tudo era válido, principalmente se desonerasse o Estado de possíveis gastos.

Mediante o auxílio particular na organização do aparato militar que vinha sendo implantado em São Paulo foi se desenvolvendo um sistema de cooperação entre alguns elementos da sociedade paulista e a Coroa. Nesse sentido, comum foram as doações em dinheiro, tecidos, armamentos, montarias, tudo o que houvesse necessidade, em geral feitas por militares de alta patente – possíveis comerciantes – que não eram desprovidas de interesses; sempre havia a espera de uma recompensa, da qual o próprio governador se incumbia de lembrar ao rei, não o deixando esquecer de seus fiéis súditos.

Já em 1804, Franca e Horta não se cansava de lembrar às autoridades metropolitanas, os nomes daqueles que haviam feito as maiores doações, para a construção de um Hospital Militar na cidade de São Paulo, para que Sua Majestade não se esquecesse se “premiar com Graças honoríficas aquellas pessoas que nesta ocasião se distinguirem”. (D.I. vol. 94, 25/10/1804, p. 225)

Suplicava o governador, o foro de Fidalgo a quatro homens que haviam se destacado por suas doações e mereciam ser premiados. Eram eles: o Brigadeiro Manoel Mexia Leite; o Coronel de Cavalaria, José Joaquim da Costa Gavião; o Coronel de Infantaria, Francisco Xavier dos Santos e o Coronel de Cavalaria de Curitiba, Joze Vaz de Carvalho; todos militares que lutaram e se destacaram nos conflitos ao Sul do Brasil. (D.I. vol. 94, 25/10/1804, p. 224/225)

Durante todo o período analisado para o século XIX, encontram-se referências às doações e aos pedidos de recompensas para os mesmos, principalmente durante o governo do Conde de Palma, no ano de 1817, ápice dos conflitos na Banda Oriental. Tratavam-se de cartas confirmando o recebimento da doação, nas quais o governador se comprometia a intervir em favor do doador. Para a doação do Coronel Francisco Pinto Ferras, por exemplo, afirma o

governador, ter recebido a oferta de 400\$rs, que o mesmo fizera gratuitamente para as “urgências do Estado”, agradecendo-o e felicitando-o “desde já no Seu Real Nome, eu levarei sem perda de tempo a Real Presença do Mesmo Augusto Snr’ esta sua tão louvável acção, protestando-lhe no meu particular as mais efficazes demonstrações da estima, e justa consideração, q’ merece”. (D.I. vol. 90, 15/05/1817, p. 83/84)

Também não devemos nos esquecer que não era só ascensão social que uma patente militar poderia ofertar, mas poderia garantir o poder de fazer ou não soldados, pois cabia, afinal, “ao capitão-mor das ordenanças a responsabilidade de preencher as fileiras da tropa regular. O poder de fazer soldados, e o não menos poder de não faze-los, torna-se instrumento decisivo para os notáveis locais.” (MENDES, p.114)

Os recrutamentos poderiam criar redes de proteção e dependência, ampliando o poder local daqueles que decidiam os que seriam, ou não, recrutados.

Em uma sociedade fomentada pelas intrigas e picuinhas entre grupos e famílias rivais, em que os problemas se resolviam no calor dos acontecimentos, em que o público e o privado tanto se confundiam, esse poder poderia ser utilizado para vinganças pessoais ou, em proveito próprio.

Jorge Rebello, em suas considerações sobre a população do Brasil, destacou as irregularidades nos recrutamentos, destacando o quanto a influência e o poder eram vitais nesse momento.

Quantas vezes eu mesmo tenho observado soltar-se o atrevido capadocio por empenho da potente senhoria? Quantas vezes debaixo do Santo Manto do poder tem-se visto prender-se o intrigado jovem, muitas vezes o único filho de uma família desgraçada? Quantas vezes sob a pobre e mesquinha capa hei observado chegar-se o ricaço camponez, e pelo escondido metal que consigo traz levar o filho, o parente, o amigo, talvez todos no caso de soffrer o recrutamento? Bem applicado o dicho – quem tem capa, escapa!! Ora, se nós observamos que pelo interesse pecuniário deixa-se de recrutar o vadro, o vagabundo, o filho desnecessário, e se empenha o scptro do poder contra o desvalido, o orphão, o mercenario, e outros, cuja facilidade de

captura induz ao recrutador a olhal-os, como inúteis cidadão... (REBELLO, RIHGB, vol. XXX, p. 27-28)

De fato, a lei não era para todos, apenas, para os menos afortunados. Para os que possuíam a referida “capa” e conseguiam evitar o recrutamento, talvez este não parecesse tão oneroso e custoso. Para muitos negociantes, o fato de possuir uma patente militar não significava o abandono de seus negócios em detrimento dos conflitos no Sul, pois era comum pedirem dispensas médicas, evitando assim a saída da Capitania.

Desse modo, a militarização tornou-se um negócio lucrativo para alguns, trazendo não apenas a diferenciação social, mas também o benefício da própria estrutura montada, para assegurar a fluidez do aparato militar: criação e manutenção de estradas, estabelecimento do Correio regular entre São Paulo e outras Capitânicas, e, a criação de uma caixa filial do Banco Central do Rio de Janeiro. Estes são bons exemplos de um aparato militar que poderia ser utilizado também para outras finalidades.

Os caminhos entre São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul deveriam ser ampliados e conservados para facilitar o envio das tropas e do correio. O Correio entre São Paulo e o Rio Grande do Sul foi instituído no ano de 1816, devido às “actuaes circunstancias” – a guerra contra Artigas – e para que funcionasse era necessário a manutenção dos caminhos e estradas. (D.I. vol. 90, p.31 e 41)

Com a ampliação de estradas e manutenção das mesmas, favorecia-se a comunicação, indispensável para o envio de notícias e para o transporte de mercadorias e gêneros, da mesma maneira que o correio. Na verdade, estabeleceu-se uma relação circular: estradas, antes utilizadas por tropeiros para transportarem suas mercadorias, acabaram sendo aperfeiçoadas para fins militares, e continuaram a ser utilizadas para facilitar o comércio e transporte de mercadorias.

Já sobre a abertura de uma caixa de descontos em São Paulo, filial do Banco Central do Rio de Janeiro, não há indícios de uma associação direta com o militarismo, o ofício que anuncia sua criação apenas se refere à sua “necessidade” (D.I. vol 36, 08/07/1819, p. 90/91). Mas nada impedia que ela tenha sido utilizada para facilitar o pagamento de soldos e de outras transações militares, criando recursos necessários ao militarismo. Os seus benefícios à economia são mais perceptíveis, uma vez que ela possibilitava as transações econômicas, trazendo benefícios à agricultura e ao comércio, “facilitando-lhe os convenientes meios de por em activa circulação os seus cabedaes, tão precisos para aviventar os trabalhos da sua Lavoura e a extracção dos seus fructos”. (D.I. vol. 36, 24/07/1819, p. 92)

Nota-se que o próprio crescimento econômico de São Paulo, que vinha desde o final do século XVIII, impulsionava transformações e investimentos dentro da Capitania. No entanto, o militarismo também não deve ser descartado como uma possibilidade de crescimento para algumas áreas da economia paulista. Se as críticas contra os recrutamentos se fizeram latentes, e estão por toda a documentação do período, é preciso ressaltar que muitos vislumbraram nele, possibilidades de ascensão, de melhores condições, possibilitando a oportunidade de abertura e ampliações dos horizontes de alguns paulistas.

Ao tratar das elites de uma sociedade escravista, não devemos nos esquecer de seus maiores bens: os escravos. Poderiam os membros das classes mais abastadas, enviar escravos para lutar no Sul? Não temos dados que comprovem essa hipótese. Sabemos que na Guerra do Paraguai, muitos escravos participaram dos conflitos em troca de sua liberdade, mas não temos informações para o início do século XIX. O que se pode afirmar é que havia batalhões de negros livres, conforme indica, por exemplo, uma carta do Governador Castro e Mendonça à D. Rodrigo de Souza Coutinho de 26 de abril de 1798, que relata a criação de um Regimento de Sertanejos,

em Itu, por haver “grande numero de homens mestiços e libertos” na referida vila (D.I. vol. 29, p. 61)

Todavia, os negros não poderiam integrar as tropas de linha da Capitania, como bem destacou Franca e Horta, quando questionado pelo Tenente Coronel Pedro Galvão, comandante do Regimento de Infantaria de Linha da Praça de Santos, se deveria, ou não, assentar praça a alguns recrutas negros que havia recebido. O governador lhe assegurou que a “Tropa de Linha, q’. se compõem de homens brancos, e qdo. Mto. de alguns pardos vista as actuaes percizoens”. (D.I. vol 58, 17/12/1808, p. 43)

Os negros e os pardos compunham regimentos à parte. Todavia, pertencer a um desses regimentos era assumir seu sangue “impuro” e sofrer as conseqüências em uma sociedade que privilegiava a cor da pele branca, reservando para estes, as melhores oportunidades e empregos. Por isso, muitos se sentiam ofendidos por pertencer a um regimento de pardo, como indica um ofício de 12 de dezembro de 1816, em que João da Silva e Salvador Joaquim da Silva, soldados do Regimento dos Homens Pardos, tentavam provar que eram brancos, não devendo permanecer, portanto, naquele Corpo. (AESP, CO 265, doc. 33-1-57)

Os problemas gerados pela diferenciação de cor, já haviam sido alertados em um Projeto de Plano para o Melhoramento das Tropas Milicianas de São Paulo, elaborado em setembro de 1815. Segundo seu autor – anônimo – era “do maior interesse do Estado abolir o nome de Regimentos de homens pardos, entrando em todos elles tanto os Brancos, como os Pardos, e tendo accesso aquelles a quem fizer dignos o pessoal mereciemento”, uma vez que “nos regimentos de Brancos há muitos pardos, q. por geitos, e rogativas entrarão nelles para parecerem brancos” e assim gozar as honras de Oficiais. (AESP, CO 265, doc.33-2-24)

O medo, de que os escravos se rebelassem, era muito grande em algumas vilas da Capitania de São Paulo, no início do século XIX, impedindo, provavelmente, que os mesmos

fossem para a guerra no lugar de seus donos.³² Além do mais, se os escravos fossem recrutados, quem trabalharia? A mão-de-obra escassa era mais um empecilho ao recrutamento dos escravos. Porém, devido às dificuldades de recrutamento entre a população de cor branca, negros livres e mestiços, acabaram por integrar as tropas paulistas, embora tenham sido colocados em regimentos à parte, e vistos com desprezo.

3.2.2 – Populares e desvalidos

Se as elites sofriam com o recrutamento, o que dizer das camadas mais pobres, desprovidas de recursos e de amigos influentes que pudessem ajudar? Foi sobre esse grupo, que os recrutamentos agiram com mais força e rigor, gerando protestos, fugas e deserções em massa; embora muitos também tenham se deixado seduzir por possíveis ganhos através da militarização da Capitania.

Num primeiro momento, buscavam fugir aos recrutamentos, não se inscrevendo nas listas nominativas feitas nas vilas, em que todos os homens válidos deveriam ser inscritos para que deles se fizesse uso, caso houvesse necessidade, nas ordenanças, milícias e tropas pagas. Aos que não conseguiam se isentar restava a fuga, antes de sentar praça, ou a deserção, depois de já listado nos quadros oficiais. Cada qual agia à sua maneira frente aos recrutamentos; reclamava o governador ao Capitão Mor de Jundiaí do fato de muitos pais apresentarem para as tropas de linha, apenas os filhos “mais pequenos e incapazes”, deixando em casa “os bons e capazes”. Os soldados que não possuíam amigos ou familiares influentes – pois havia os que eram cobertos com a “capa” dos privilégios – e que não conseguiam fugir, se sublevavam, desobedeciam às

³² A respeito da entrada de escravos africanos em São Paulo a partir das últimas décadas do século XVIII ver páginas 29 e seguintes do presente trabalho.

ordens, enfrentavam os seus superiores. Foi este o caso de Pedro de Moraes da Fonseca, que não quis obedecer às ordens de seu Capitão e passou a amotinar os outros soldados. (D.I. vol 58, 26/01/1809 e 28/01/1809, p. 77 e 88)

Em alguns casos, a contestação ao recrutamento chegava aos limites da resistência: a resistência armada. Nesse ponto, curioso é o exemplo do desertor Jose Teixeira, da vila de Cunha, que depois de preso na propriedade do irmão, um ajudante miliciano, foi surpreendido por um grupo salvador enquanto era conduzido por uma escolta até à prisão. Interessante é que o grupo salvador era composto por seu irmão – o Alferes Joaquim Joze da Silva – e escravos armados que o resgataram e fugiram, sendo posteriormente presos, ao que indica o ofício. (D.I. vol. 58, 02/12/1809, p. 244)

Os laços de parentesco falaram mais alto, pois o alferes passava por cima de suas obrigações, enquanto miliciano, preferindo salvar o irmão, e utilizando-se em seu plano, de escravos armados. A revolta contra os recrutamentos era latente, nem todos estavam passivos, cada qual buscava a seu modo, e com os recursos financeiros que dispunha, enfrentar as autoridades.

Se a resistência armada era uma ação isolada, as fugas e deserções eram constantes e, para contê-las, adotou Franca e Horta uma política de repressão preventiva: diante da fuga de muitos recrutas em potencial, ele autorizou os oficiais milicianos ou de ordenança, a prenderem “qualquer paizano que se achar escondido ou subnegado no recrutamento passado, fazendonos remetter a Sala deste Governo com as partes que lhe vierem para serem alistados nas Tropas Regulares”. Em troca da ajuda, oferecia o governador uma dispensa para aqueles que conseguissem trazer “3 homens para a Tropa de Linha, ou sejão Paizano, que estiverem nessas circunstâncias, ou Miliciannos que se acharem escondidos ou fugidos.” (D.I. vol. 58, 06/06/1809, p.158/159)

O recrutamento colocava em movimento

(...) um jogo de gato-e-rato: os recrutadores usam de todos os expedientes a ardis para completar suas cotas, e os recrutáveis potenciais, de sua parte, realizam esforços desesperados de evasão ou adequação às circunstâncias de isenção. Fuga, automutilação, resistência armada, falsificação de documentos, casamentos de última hora, tudo servirá na profusão e estratégias de evasão dos recrutáveis. (MENDES, p. 125)

Como foi discutido no início desse capítulo, mais do que os recrutamentos em si, as fugas e deserções foram uma constante, pois a população mais carente, com medo de ser recrutada, fugia para os matos, chegando mesmo a abandonar a Capitania, por ser essa a única maneira que encontravam para demonstrar sua indignação.

A mesma situação manteve-se com a Independência, conforme se percebe pelas considerações feitas por Machado de Oliveira sobre a campanha de 1827. Os que eram pegos e sentavam praça como soldado, acabavam em parte fugindo pelo caminho e muitos desertavam durante as batalhas, deixando seus companheiros em situação complicada. Machado de Oliveira destaca, que nos conflitos de 1827, corpos inteiros de soldados, debandavam. Conforme os inimigos se aproximavam, algumas tropas brasileiras fugiam, abandonando suas posições. Afirma que de uma única vez haviam-se dispersado 600 homens da 2ª brigada de Cavalaria Ligeira, os quais não tinham ordem e disciplina, sendo melhor mesmo que se perdessem. (OLIVEIRA, RIHGB, vol. XXIII, p. 556-558)

Buscou-se cativar os paulistas por sua honra, tecendo-lhes elogios e fazendo referências constantes aos feitos heróicos do passado, como se depreende da convocação abaixo:

Paulistas Fieis, que vos achaeis alistados nos Corpos Milicianos desta Capitania. El Rey Nosso Snrº bem convencido da vossa inabalável lealdade e experimentada coragem chama nesta occasião os vossos robustos braços em reforço do Exercito do Sul onde já Milita parte dos vossos compatriotas que tanto se tem distinguido coberto de gloria eternizando assim o seu nome que nós respeitamos a cada instante com a maior complacência vós sois o mesmo que elles são, ea Capitania de São Paulo áque tendes a honra de pertencer, vai também dever-vos o augmento de sua reputação e mais hum poderoso motivo para continuar amerecer a divedida benevolência com que he olhada por El Rey. (D.I. vol. 90, 04/05/1817, p. 82)

Todavia, só enaltecer o caráter dos paulistas não bastava, era preciso mostrar-lhes as vantagens advindas de uma situação de guerra. Por isso, as autoridades não desistiam e tentavam seduzir esses desvalidos, com todos os tipos de promessas sobre melhores condições de vida.

Encontrando-se as tropas regulares da Capitania de São Paulo no Sul do Brasil, estacionadas na fronteira, passou a organizar-se “partidas soltas ou guerrilhas”, que deviam ser compostas por soldados voluntários que receberiam soldos e teriam várias regalias. Segundo as instruções para a organização de tais partidas, seria muito conveniente

(...) ao Real Serviço q’estas partidas sejam levantadas não só de homens robustos, destros, e corajosos, mas também q’elles marchem voluntários a este importante Serviço: convem por isso mesmo, alem de os persuadir por todos aquelles meios q’ lhe parecer mais próprios, segundo as circunstancias, e qualidades dos sujeitos, se exforce mais em convence-los pela parte do interesse particular, q’cada hum delles vai ter nesta Campanha, fazendo-lhes comprehender as graças, q’ S. Mage. concede” fazendo com que “desde q’ se incorporarem a sua Partida até a volta vencerão soldo” e “ficarão senhores de todos os despojos q’obtiverem sobre as Tropas de Artigas, ou de qualquer outro Chefe inimigo naquella Campanha” ; sendo que “na sua volta terão livres de direito no Registro as Bestas muares q’com sigo trouxerem. (D.I. vol. 90, 19/05/1817, p. 89)

Buscava-se atrair os homens com as possibilidades de ganhos advindos do serviço militar. Conforme vimos no segundo capítulo, além do soldo, dava-se ênfase aos despojos que poderiam se obtidos às custas das tropas artiguistas e aos benefícios e isenções quando, o conflito terminasse; poderiam ganhar terras ou trazer bestas, ficando isento dos impostos.

Muitos não se deixavam seduzir por regalia, continuando arredios ao serviço militar, mesmo porque, sabiam que muito se prometia, quando da necessidade de se formarem as tropas, mas pouco se cumpria quando as mesmas já se achavam na luta. Soldos, tempo de serviço e regalias eram esquecidos, ou deixados em segundo plano, sempre que possível.

Além do mais, a organização e a estrutura de tais guerrilhas continuavam extremamente precárias, cada qual ia com aquilo que possuía. Armas, fardamentos e montarias

não eram fornecidos pelo rei, cada qual levaria consigo o que dispunha. Sobre a organização das guerrilhas,

(...) não se lhes determina uniforme: cada hu irá com o vestido q'quizer, ou tiver, e na montaria do seu uso... Do mesmo modo não havendo Armas próprias para se lhes dar, convem q'cada hum leve asua Espingarda Paizana, aespada do seu uso, eigualme. Lasso, e também Bolhas. (D.I. vol. 90, 25/06/1817, p. 113)

Mas, para alguns elementos, desprovidos de qualquer bem, a oportunidade de melhorar sua condição através da guerra, foi bem vinda. Devido à própria situação de miséria das tropas, tudo que o inimigo deixasse no campo de batalha, seria bem vindo: desde botas, casacos e armamentos até animais, objetos de artilharia e tudo mais que pudessem pilhar nas vilas e cidades por onde passassem. Sobre a Batalha de Carumbé, ocorrida no ano de 1816, comenta o Brigadeiro Joaquim de Oliveira Álvares, ao relatá-la a Joaquim Xavier Curado – então Tenente-General Comandante das tropas portuguesas estacionadas na fronteira do Rio Grande do Sul – que não poderia dar conta sobre a quantidade de armamentos, munições, arreios e cavalhadas pilhados, uma vez que cada soldado ficou com o que pode saquear. (Documento nº 8, 27/10/1816, RIHGB, vol. 07, p.290)

Nem sempre o que era saqueado nos campos de batalha ficava com os soldados. Às vezes tinham que prestar contas sobre o que haviam conseguido, entregando os despojos aos seus superiores e recebendo pequenas gratificações como recompensa, principalmente se fossem objetos de valor. E, ao que parece, a pilhagem era um negócio lucrativo. Uma relação das presas feitas pelas tropas portuguesas durante a campanha de 1816, indicava que foram apreendidos do inimigo:

Bandeiras e estandarte	03
Canhões	05
Caixas de Guerra	20
Espingardas e clavinas....	1,600
Pistolas	180

Espadas 530
 Lanças 550
 Arreios de montaria 2,530
 Cavallos 15,000
 (Doc. nº 28, RIHGB, vol. 07, p. 320)

Um outro ofício do Brigadeiro Chagas – comandante da Província das Missões – ao General Curado, relata que nas expedições além do Rio Uruguai, foram saqueadas “mais de 50 arrobas de prata; muitos e ricos ornamentos, muitos e bons sinos, 3,000 cavallos, pouco mais ou menos igual numero de éguas, além de 1.130\$000”. (Doc. nº 13, RIHGB, vol. 07, p. 306)

Aos que nada possuíam, os soldados – embora estivessem sempre atrasados – e outras regalias como: poder envergar uma farda – pois as tropas de linha, diferentemente dos milicianos que iam com o que possuíam, ganhavam fardamento – os despojos que poderiam ser obtidos e a certeza que receberiam os pagamentos de dívidas, devido ao empenho das autoridades nesse sentido, poderiam bastar. Nanci Leonzo destaca, entre os itens que estavam na pauta da política de estímulo ao serviço militar, a “permissão a oficiais e soldados para o uso de uniformes, divisas, e cairéis nos chapéus” (LEONZO, Anais do Museu Paulista, v. 30, p. 243), o que reforça a idéia de que para a população mais simples, os pequenos gestos eram válidos; a simples permissão para usar uma fita no chapéu – cairel – já era motivo de distinção para alguns.

Para os menos desprovidos, qualquer tipo de ajuda era válida para estimular sua integração voluntária no serviço militar. Comum, na correspondência do Governador Conde de Palma são as súplicas de soldados voluntários, em que pedem que as autoridades competentes interfiram para assegurar que seus credores os paguem antes que embarcassem para o Sul, ou que se agilizasse algum interesse pessoal seu; pedidos que parecem ser encarados de forma normal, um direito àqueles que bravamente abandonavam suas famílias e interesses para servir em nome de Sua Majestade. Esse foi o caso de Francisco Xavier Cardozo Leite, da vila de São Carlos, “que se me apresentou voluntariame. para ir na próxima Expedição para o Sul me pediu queria ser

embolsado antes da marcha da quantia, q' lhe está devendo o Capm. José da Rocha de Camargo". Pede o Conde de Palma que o Capitão Mor de São Carlos faça "todo o possível, para q' elle seja embolsado daquela divida sem a menor demora" (D.I. vol. 90, 30/05/1817, p. 96)

Se esses voluntários possuíam sentimento de fidelidade pelos favores prestados, e cumpriam os seus juramentos e não desertavam pelo caminho ou em batalha, é difícil de saber. A verdade é que recorrer às autoridades, para facilitar o desenrolar de questões pessoais, era uma atitude comum. A garantia de que as famílias ficariam amparadas na ausência do seu chefe, também era um atrativo aos soldados, que acreditavam que poderiam partir tranquilos, uma vez que as autoridades mostravam-se empenhadas em cobrar os que lhes deviam, assegurando o recebimento de créditos pendentes e heranças, valores que seriam repassados para seus familiares. O Ouvidor da Comarca de Itu era um dos que declarava que "Para melhor conseguir o êxito da Expedição do Sul, tenho promettido proteger os filhos edependencias daquelles que seofferecessem voluntários" (D.I. vol. 90. 15/07/1817, p. 130). Partir para o Sul, com a certeza de que, no período de ausência, sua família se encontraria amparada, era uma preocupação a menos para os que iam sem certezas de nada.

Não tão desvalidos, mas de classe social não elevada, eram os militares de carreira, que almejavam durante a vida galgar os mais altos postos dentro da estrutura militar, aumentando, desse modo, o grupo dos que vislumbravam possibilidades de melhoria de vida a partir dos recrutamentos e da estrutura militar instaurada em São Paulo. Esses militares também desejavam que os filhos seguissem seus passos e, para incentivá-los, as autoridades, ofereciam-lhes algumas regalias, conforme se verifica pela Ordem Régia de 14 de dezembro de 1812, que reconhecia que os filhos de Oficiais Superiores "*ad honorem*" deveriam ser reconhecidos cadetes, herdando a nobreza do pai, ou seja, a patente militar paterna que concedia distinção social. (D.I. vol. 60, 14/12/1812, p. 98/99)

Desse modo, para alguns a militarização era interessante e podia ser um diferencial. Se os recrutamentos e a militarização de São Paulo causaram transtornos e prejuízos, nem todos, viram esses acontecimentos da mesma maneira. Embora, ao que tudo indica, para a maioria da população, a militarização foi um transtorno, isso não impediu que alguns conseguissem se beneficiar com ela, tirando vantagens e oportunidades para uma vida melhor, ou menos sofrida.

3.3 – As conseqüências da militarização da Província de São Paulo

O que teriam os recrutamentos ocasionado para a Província de São Paulo? Quais suas conseqüências? Teriam acarretado prejuízos ou lucros? Foram aceitos ou renegados por todos? Essas foram algumas perguntas feitas ao longo desse trabalho, cujas respostas começaram a ser levantadas, sendo que algumas questões acabaram sendo um pouco mais aprofundadas, e agora merecem ser sintetizadas e organizadas num tópico à parte, para sua melhor compreensão.

No que tange à saída dos homens válidos da Capitania/Província de São Paulo e o conseqüente despovoamento da mesma, o que acarretaria perdas para a economia, podemos afirmar que um número significativo de homens saiu de São Paulo, devido ao recrutamento e ao medo do mesmo. No entanto, não ocorreu um despovoamento da Província, pelo contrário, os números revelam aumentos significativos da população paulista, como já analisamos no primeiro capítulo, o que desmente a idéia de que os recrutamentos teriam causado o despovoamento da Província. Embora a documentação do período esteja repleta de reclamações sobre o despovoamento de São Paulo, elegendo o recrutamento como o grande vilão de tal esvaziamento, estudos recentes comprovam, que isso não foi, de fato, a realidade. A Capitania não se esvaziava, pelo contrário, só fazia aumentar o seu contingente populacional.

Não podemos também, simplesmente, ignorar a documentação e considerar como meras desculpas as justificativas contrárias aos recrutamentos. De fato, ele causou medo à população, que fugia nos momentos críticos em que os mesmos ocorriam, abandonando suas propriedades e negócios, o que justificava a preocupação dos governadores de São Paulo, pois a Capitania poderia se esvaziar, temporariamente, em épocas de recrutamento, o que acarretaria prejuízos à sua economia.

O medo do despovoamento da Capitania também se relacionava com a introdução do escravo negro para trabalhar nos engenhos de açúcar. Em uma economia ligada ao abastecimento interno, a tolerância com a militarização parece ter sido maior; no entanto, com a produção voltada para o mercado exportador, a Capitania ampliou sua gama de negócios e os recrutamentos entraram diretamente em choque com os interesses de alguns grupos da sociedade, que passaram a buscar meios para evitá-los.

O medo de que os escravos se rebelassem de fato existiu nas vilas em que seu contingente era mais elevado; o recrutamento dos homens livres que poderiam defender as vilas gerou medo entre os senhores de engenho, que se articularam contra a militarização, destacando suas conseqüências negativas sobre a sociedade paulista.

O grupo envolvido com a lavoura ligada ao abastecimento também parece ter sofrido com a retirada dos homens para o serviço militar, pois a pressão por alimentos com a transferência da Corte passou a ser maior, o que fazia com que as famílias ligadas a esse setor sentissem mais as perdas para os recrutamentos, pois os braços escasseavam nas lavouras.

Desse modo, as afirmativas associando o despovoamento de São Paulo, como decorrência dos recrutamentos, não se justificam. Isso não significou que a saída de tantos homens não interferisse na Capitania. Nesse sentido, a documentação e as memórias sobre o

estado econômico de São Paulo são unânimes em atribuir aos recrutamentos, o que chamavam na época, de atraso econômico da Capitania.

Exageros à parte, afinal de contas, conforme analisado no primeiro capítulo, mesmo com os conflitos no Sul a economia paulista vinha crescendo em um ritmo constante, talvez não no desejado, mas nunca estagnado ou retrógrado; essa foi a maneira que uma parte da elite paulista encontrou para lutar por seus interesses e clamar contra o fim dos recrutamentos.

Além dos problemas relativos à economia e ao incomodo para os paulistas, que eram tratados como soldados em potencial, e por isso estavam sempre tendo que participar de treinamentos e paradas militares, vale ressaltar o custo dessa estrutura para os cofres públicos de São Paulo.

Uma folha militar tão avultada foi um sério problema: como pagar os soldados? Quem deveria pagar, armar, vestir e alimentar as tropas? Caberia a São Paulo, ao Rio de Janeiro ou ao Rio Grande do Sul? Com que recursos pagar? Essas eram preocupações latentes entre os governadores, pois o ônus do militarismo ficou mesmo com São Paulo. Ao que tudo indica, as rendas da Capitania não eram suficientes e a Coroa também não estava disposta, ou talvez, não possuísse recursos para atender às solicitações das autoridades paulistas.

Seja como for, a situação só se agravava e cada vez mais a Capitania mostrava-se financeiramente esgotada, devido às despesas militares, e então, as autoridades governamentais passaram a se posicionar contra os recrutamentos. A intolerância ao militarismo ficou muito evidente após a Independência, quando os interesses da Província ganham maior destaque e importância – para os governantes de São Paulo – do que os conflitos na Bacia do Prata.

A preocupação com as condições financeiras da Província perpassou quase todas as sessões do Conselho da Presidência, entre os anos de 1824 e 1829. O grande vilão da crise apontava para a militarização da sociedade paulista. Unidos da legislação e dos interesses de

uma parcela da sociedade paulista, passou o Conselho a deliberar sobre decisões que exonerassem, São Paulo dos incômodos causados pela excessiva militarização.

Embora algumas das alterações causadas pelo militarismo em São Paulo pudessem ser resolvidas pelos meios legais, havia aquelas que não podiam ser modificadas pela vontade dos governantes. Foi esse o caso do destaque da mulher paulista na chefia de seus lares devido à ausência de seus maridos.

Embora a sociedade paulista estivesse sob o signo da mobilidade, em que constantemente os homens chegavam e partiam devido ao comércio e às tropas, o militarismo teve peso importante nesse hábito. Além do mais, como vimos, o militarismo era um empecilho para o casamento e para as uniões estáveis, pois os soldados poderiam ser recrutados e terem que partir a qualquer momento, e em caso de morte ficavam a viúva e os filhos desamparados, sem falar no soldo miserável que recebiam, impossibilitando manter uma família com dignidade. (D.I. vol. 29, 01/03/1800, p.200)

Desse modo, cada vez mais as mulheres passaram a chefiar suas casas, pois os homens partiam, mas elas permaneciam e precisavam continuar as suas vidas. Necessitavam ganhar o sustento de suas famílias, gerir os negócios, quando era o caso. Nesse sentido, Maria Odila Dias (Revista de História, nº 114, p. 44) já ressaltava que, “na realidade a ausência do homem ou a sua presença intermitente impunha com certa frequência não tanto a divisão como a alternância ou troca de tarefas: assumir papéis masculinos não era muito excepcional.”

Aos homens que partiam para os conflitos na Bacia do Prata, cabe ressaltar as péssimas condições de viagem, alimentação, organização militar e cuidados médicos que enfrentaram, muitas vezes beirando os limites da desumanidade. Muitos ficavam pelo caminho, antes mesmo de chegarem ao seu destino; morriam de fome, disenteria, cansaço, saudade. Isso sem falarmos naqueles que desertaram pelo caminho ou abandonaram os companheiros no campo

de batalha. Os que conseguiam chegar não encontravam melhor sorte e enfrentavam dificuldades de adaptação aos costumes e hábitos dos gaúchos, a falta de recursos e atendimento médico, soldos que nunca eram pagos e as diferenciações entre as tropas brasileiras e as vindas de Portugal, consideradas melhores do que as americanas.

Não é de espantar que, em tais condições, os soldados desertassem na primeira oportunidade que lhes surgisse. As deserções ocorriam em massa, não eram casos de indivíduos isolados, e sim, atos de grupos, como já verificamos.

Apesar de todos esses problemas, muitos paulistas acabaram se fixando no Rio Grande do Sul, sendo que, entre os sobreviventes, nem todos retornaram à Província de São Paulo. Como resultado dos longos anos em que a Legião de São Paulo permaneceu no Sul, surgiram muitas famílias e vários paulistas por lá se radicaram. (DONATO, RIHGB, vol. LXX, p. 165)

Maria de Lourdes Lins também já destacara o fato de poucos paulistas terem retornado após o término dos conflitos. Segundo ela, permaneceram por lá devido aos laços de família então criados no Sul, e aos empreendimentos político-econômicos, ressaltando que acabaram formando “um tipo característico, misto de militar e civil foi a figura do *estancieiro soldado*”, que se constituiu em um grupo de destaque naquela região, tornando-se difícil identificar paulistas e gaúchos. (LINS, p. 428)

Saint-Hilaire (2002, p. 273) observara em sua viagem ao Rio Grande do Sul, que “muitos oficiais brasileiros, pertencentes às tropas de linha, ou os milicianos afastados de suas casas” formaram estâncias “onde soltam o gado selvagem pegado nos campos” e assim tornavam-se fazendeiros, alguns chegaram mesmo a donos de grandes propriedades, com destaque econômico.

Como vimos, a militarização de São Paulo também teve o seu lado positivo, interessando a muitos elementos da sociedade paulista. Foi trampolim social para determinados grupos, expectativa de negócios lucrativos para alguns, e, uma esperança para os menos favorecidos.

Além do mais, estradas foram construídas e mantidas durante o conflito para facilitar o envio das tropas; de quebra também beneficiavam o comércio. Uma rede de correio e de comunicação foi construída devido à guerra, auferindo benefícios para São Paulo, assim como o estabelecimento de uma Caixa Filial, que facilitariam as transações. Como vimos, uma relação de troca se estabeleceu: desde o século XVIII, o comércio possibilitou o desenvolvimento de estradas e caminhos entre São Paulo e diferentes Capitanias, caminhos que foram mantidos e ampliados pelo militarismo e que continuaram a ser utilizados pelos tropeiros.

Com a intensificação dos contatos com o Sul, e o estabelecimento de inúmeros paulistas na região, devido aos conflitos constantes, ganharam os negócios, ampliou-se o comércio e novos horizontes puderam se abrir. Assim, não trouxe o militarismo apenas prejuízos; lucros também vieram, muito embora, uma grande parte da população tenha sido prejudicada por ele, houve também os que souberam se beneficiar da situação.

Conclusões

Desde o século XVIII, as Coroas Ibéricas buscaram delimitar as fronteiras de suas colônias na América, o que desencadeou inúmeros conflitos, principalmente na região da Bacia do Prata, considerada pela monarquia portuguesa como o limite natural para o Brasil. Esses conflitos adentraram ao século XIX, ganhando um novo alento, com a transferência da Família Real para o Brasil.

Para o sucesso de Portugal nesses conflitos, era essencial, possuir muitos homens que se tornariam soldados, e recursos para armá-los, vesti-los, alimentá-los, pagar-lhes o soldo e tudo mais que os envolvessem nos conflitos. A Coroa não possuía recursos e nem uma estrutura militar montada para conflitos de amplas proporções, como pareciam ser os da Bacia do Prata, por isso, foi preciso organizar na colônia uma estrutura militar que pudesse dar sustentação à metrópole.

Não por acaso, a Capitania de São Paulo foi escolhida para ser a sede dessa estrutura militar, pois dispunha de recursos para financiar a organização de batalhões e pessoas dispostas a financiá-los.

O crescimento da economia paulista, ao longo do século XVIII, dera destaque a um grupo de comerciantes que não pertencia à tradicional elite paulista e desejava, ardorosamente, ascender socialmente. Esses homens é que financiaram a estrutura militar imposta pela metrópole em troca de patentes militares, honrarias e títulos de nobreza, obtendo assim a tão almejada diferenciação social.

Assim, com a restauração da Capitania em 1765, e a vinda do Morgado de Mateus para governá-la, intensificou-se em São Paulo a organização de uma base militar, que tinha como objetivo maior, os conflitos ao Sul do Brasil, entre lusos, americanos e espanhóis.

No século XVIII os conflitos giraram em torno das disputas pela Colônia do Sacramento e dos Sete Povos das Missões; esse foi o momento de definição das fronteiras portuguesas e espanholas na América.

Já as intervenções portuguesas em Montevideú, no século XIX, se deram devido a outros interesses: mais do que expandir as fronteiras brasileiras até a Bacia do Prata, desejava D. João salvaguardar o território do atual estado do Rio Grande do Sul, que se encontrava ameaçado pelos planos expansionista de José Artigas. Além do mais, era preciso manter as idéias artiguistas longe dos domínios lusitanos.

A estrutura militar organizada em São Paulo foi utilizada, tanto para os conflitos no século XVIII, como para o XIX. Porém, se os motivos dos conflitos não eram os mesmos, a própria Capitania também mudara, o que acabou tornando diferente a receptividade dos paulistas aos recrutamentos que se seguiram ao longo das primeiras décadas do oitocentos.

Vimos que no século XVIII, a economia da Capitania de São Paulo se ligava ao abastecimento interno e que nos últimos anos desse período, ocorreu o florescimento da produção açucareira, que inseriu a Capitania no mercador exportador e ampliou seus negócios. Com isso, houve, também, a introdução de novos elementos nessa sociedade, o que possibilitou o aparecimento de grupos contrários à militarização e que possuíam força política para lutar por seus interesses.

Grandes negociantes e comerciantes, senhores de engenho, pequenos lavradores ligados à produção alimentícia, fazendeiros de gado e camadas mais pobres, cada qual parecia apoiar, ou não, a militarização da Capitania de acordo com os seus interesses e negócios. Havia também os escravos que, embora não participassem dos recrutamentos, levaram os senhores de engenho a se posicionarem diretamente contra eles, pois tinham medo, de possíveis revoltas, na ausência de feitores para controlá-los.

Enquanto no século XVIII as elites – no caso os comerciantes e alguns fazendeiros – apreciavam a militarização, por visualizar nela a possibilidade de ascender socialmente, no século XIX, a situação se alterara: comerciantes e negociantes continuavam a se beneficiar e apoiar o recrutamento, mas os fazendeiros haviam percebido os males que ele poderia causar aos seus negócios. Os senhores de engenho sentiam-se mais prejudicados, devido à utilização da mão-de-obra escrava negra, como também os fazendeiros ligados ao abastecimento do mercado interno.

Já para as camadas mais simples, os recrutamentos poderiam ser uma ameaça à liberdade, pois os homens eram arregimentados à força, mas poderiam ter a chance de vantagens pessoais como: ter um soldo, envergar uma farda que os distinguiu e saquear as tropas inimigas. O que mudou na forma de se recrutar esse grupo, no século XIX, foram os incentivos para que adentrassem voluntariamente aos batalhões; isso era feito através do alarde das vantagens econômicas e sociais que poderiam obter, algo inexistente no século XVIII, quando a violência era a única forma de se recrutar. Também se verificou, a partir da década de 1820, uma tentativa de humanizar a organização das tropas, diminuindo a violência do processo, mas não a excluindo, pois muitos não se deixaram seduzir pelas vantagens, tendo que ser recrutados à força.

Mesmo entre as autoridades, o modo de encarar os recrutamentos se modificou nos dois momentos em que se recorreu à estrutura militar paulista. Enquanto o Morgado de Mateus e Martin Lopes Lobo de Saldanha se empenhavam de todas as maneiras para efetivar a militarização da Capitania, os governadores do oitocentos buscavam formas de burlar a militarização. Ao analisar os governos de Castro e Mendonça, Franca e Horta e do Conde de Palma, pôde-se verificar constantes manifestações dos governadores junto aos ministros reais, e para o próprio D. João, em que alegavam que a Capitania não tinha mais como manter a estrutura militar que lhe era imposta, que suas forças humanas e econômicas estavam se exaurindo.

Embora se posicionassem de maneira contrária à saída de homens e recursos, não podiam ignorar as ordens, pois eram funcionários reais.

Contudo, com a Revolução do Porto, em 1820, houve o rompimento com idéias e mecanismos institucionais ligados ao Antigo Regime que, somados à divulgação de princípios liberais, acabaram por repercutir nas formas de governo. A partir desse momento, percebe-se um novo posicionamento das autoridades, frente aos recrutamentos. Com a organização das Juntas de Governo e o advento da Independência, severas críticas passaram a ser feitas à militarização de São Paulo, bem como tentativas de impedir a saída de novos recrutas, iniciando-se também uma campanha pelo fim dos recrutamentos, conforme se percebeu pela análise das Atas do Conselho da Presidência. Efetivamente, os interesses da Província, e não apenas o de alguns grupos de sua sociedade, ganharam espaço e força de reivindicação, fazendo-se ouvir através de seus órgãos de representação, com ênfase para o Conselho da Presidência.

Quanto às autoridades locais, podemos destacar as Câmaras Municipais, que ainda no início do século XIX demonstraram possuir força para representar os interesses das vilas e de sua população, contestando em diversos momentos, a autoridade dos governadores em prol dos seus interesses e contra os recrutamentos. Ações diretas cobrando o fim da militarização, como as efetuadas pelo Conselho da Presidência, inexistiram no século XVIII. Quanto ao papel desempenhado pelas Câmaras Municipais, não temos indícios de que tenham atuado de maneira contrária à efetivação da estrutura militar.

Por fim, feitas as comparações entre os séculos XVIII e XIX, cabe avaliar o peso do militarismo sobre a Capitania/Província de São Paulo, durante todo o período estudado. Entre os muitos prejuízos e conseqüências imputados à militarização, sabemos que nem todos são verídicos. No que se refere ao despovoamento da Província, sabemos que o fato não ocorreu, pelo contrário, verificou-se um crescimento populacional acentuado desde a segunda metade do século

XVIII, o que pode ser explicado pela entrada da mão-de-obra escrava, que tinha como destino a lavoura açucareira que começava a crescer, e também, a uma migração de brancos, possivelmente das áreas auríferas, que começavam a dar sinais de esgotamento, e a entrada de pessoas vindas de Portugal, particularmente comerciantes .

Embora a saída de alguns milhares de homens não tenha abalado as estruturas populacionais, não se pode afirmar que os recrutamentos passaram despercebidos e não tiveram conseqüências sobre a população e economia paulista. Há de se considerar, as perdas que trouxeram para a lavoura, principalmente para a pequena agricultura ligada ao abastecimento de gêneros alimentícios, cuja base era a mão-de-obra familiar. O recrutamento de um ou mais filhos dentro da mesma família a deixava desfalcada de sua mão-de-obra.

Além do mais, o problema não se restringiu apenas à saída dos homens recrutados, mas também, todos aqueles que abandonavam a Capitania por medo do recrutamento. Esses podiam fugir temporária ou definitivamente, abandonando seus afazeres, trazendo prejuízos à economia, pois as plantações se arruinavam por falta de cuidado.

Enquanto os homens se escondiam, ou partiam para o Rio Grande do Sul, suas mães e esposas ficavam sozinhas em São Paulo. A respeito desse aspecto da militarização, verificou-se mudanças nos comportamentos sociais paulistas. Como muitas mulheres ficavam sozinhas, devido à ausência de seus maridos, o que não se devia, apenas, ao recrutamento, mas à própria mobilidade existente em São Paulo, mas que sem dúvida era reforçada pelo militarismo, criou-se uma maior autonomia da figura feminina dentro da Capitania, levando as mulheres paulistas a exercerem funções tidas como, tradicionalmente, masculinas.

Outro aspecto da militarização foi a avultada folha de pagamento e todas as despesas dela provenientes. Os recursos da Capitania não eram suficientes, por mais que alguns membros da elite paulista ajudassem financeiramente com doações, e os governadores tentassem desonerar

a Capitania criando batalhões que se armavam e vestiam com o que possuíam, os gastos com as tropas de linha eram muitos, o que mantinha o erário deficitário, gerando insatisfação entre os governadores.

Por conta dessa situação, os soldados passaram por maus momentos: os soldos viviam atrasados, faltavam-lhes fardamento, armas, munição, alimentação e remédios. A situação de miséria era latente, por isso as fugas e deserções foram constantes.

Mas a guerra também teve conseqüências positivas: foi utilizada como trampolim social pelos comerciantes de grosso cabedal, que souberam tirar proveito da situação e alcançar os mais altos degraus da hierarquia social; gerou a manutenção e construção de estradas que interligavam a região com as outras Capitanias/Províncias do Brasil e que possibilitaram uma rede de comunicação mais rápida, também com a instalação dos correios. Nada impedia que essa infra-estrutura fosse aproveitada em prol do crescimento da Capitania, ou do interesse de alguns grupos da sociedade paulista.

BIBLIOGRAFIA

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo do Estado de São Paulo

COO 233 – Câmara Municipal (1721-1822) – Ofícios (São José, Jacareí, São Luiz, Taubaté, Bragança, Atibaia e Mogi das Cruzes).

COO 265 – Militares – General Arouche – (1816-1821).

COO 412 – Ofícios do Corpo da Legião.

COO 444 – Legião – Sala de Ordens (1797-1822).

FONTES IMPRESSAS

Documentos

ARRUDA, José Jobson de Andrade (coordenador). *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1618-1823): Catálogo 2 – Mendes Gouveia*. São Paulo: EDUSC, FAPESP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

Appendice á Memória da Campanha de 1816 (documentos). *RIHGB*. Vol. VII, p.273-328.

Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo (D.I.), volumes:

II – Actas das Sessões do Goveno Provisório de São Paulo (1821-1822).

XXIX – Correspondência do Capitão General Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça (1797-1800).

XXX – Correspondência do Capitão General Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça (1800-1802).

XXXVI – Correspondência do Governo Geral (1815- 1822).

XXXIX – Correspondência do Capitão General Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça (1797-1801).

LVII – Correspondência oficial do Capitão General Antonio José da Franca e Horta (1806-1810).

LVIII – Correspondência oficial do Capitão General Antonio José da Franca e Horta (1808-1810).

LIX – Correspondência Oficial do Capitão General Antonio José da Franca e Horta (1810-1811).

XL – Cartas Régias e Avisos sobre o Conselho Militar (1808-1822).

XLI – Ordens Régias e dos Generais relativas á Legião (1808-1814).

LXXXVI – Actas do Conselho da Presidência da Província de São Paulo (1824-1829).

LXXXVII – Ofícios do Capitão General Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça (1797-1801).

LXXXVIII – Ofícios dos Senhores Governadores Interinos da Capitania de São Paulo (1817-1819).

LXXXIX – Correspondência do então governador e Capitão General de São Paulo, Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça (1797-1802).

XC – Ofícios e Bandos do Capitão General Francisco de Assis Mascarenhas, Conde de Palma, aos funcionários da Capitania (1814-1817).

XCIV – Ofícios do General Horta aos Vice-Reis e Ministros (1802-1808).

XCV – Ofícios do General Horta aos Vice-Reis e Ministros (1802-1807).

Memórias

ALMEIDA, Aluísio de. Vida cotidiana da capitania de São Paulo (1722-1822). In: MOURA, Carlos Eugênio Marcondes (org.). *Vida Cotidiana em São Paulo no século XIX – Memórias, Depoimentos, Evocações*. São Paulo: Ateliê Editorial: Fund. Ed. Da Unesp: Imprensa Oficial do Estado: Secretaria de Estado da Cultura, 1998, p. 09-72.

LARA, Diogo Arouche de Moraes. Memória da Campanha de 1816. *RIHGB*. v. 7, 1866, p.125-273; 273-328.

MAGALHÃES, Manoel Antonio. Reflexões políticas e interessantes sobre o estado actual da capitania do Rio Grande de S. Pedro (1808). *RIHGB*. Vo. XXX, p. 43-74.

MASCARENHAS, Francisco de Assis (Conde de Palma), Memória em que se mostra o Estado Econômico, militar e político da Capitania Geral de São Paulo. *RIHGB*. vol. XXXVI, p. 197-267.

MENDONÇA, Antonio Manoel de Mello Castro, Memória econômica e política da Capitania de São Paulo. *Anais do Museu Paulista*. tomo XV, p. 81-247.

OLIVEIRA, Antonio Rodrigues Velloso de, Memória sobre o melhoramento da Província de São Paulo aplicável a grande parte das províncias do Brasil. *RIHGB*. vol. XXXI, p.05-106.

OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. *Quadro Histórico da província de São Paulo*. SP: Governo do Estado, 1978.

PARANHOS Junior, José Maria da Silva. Esboço biographico do General José de Abreu, Barão de Serro Largo. *RIHGB*. Vol. XXXI, p. 62-135.

_____. Recordações históricas que se prendem especialmente a' campanha de 1827, na guerra travada entre o Brasil e a Republica Argentina sobre a questão da Província cisplatina. *RIHGB*. Vol XXIII, p. 497-584.

REBELLO, Jorge Henrique. Memória e considerações sobre a população do Brasil. *RIHGB*. vol. XXX, p. 05-42.

Viajantes

ALINCOURT, Luiz. *Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

BEYER, Gustavo. Ligeiras notas de viagem do Rio de Janeiro á Capitania de São Paulo, no Brasil, no verão de 1813. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. Tomo 12, 1907, p. 275-311.

LUCCOCK, John. *Notas sôbre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. SP: Livraria Martins, s/d.

MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil*. BH: Itatiaia, 1978.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem a São Paulo e Quadro histórico da Província de São Paulo*. SP: Martins, 2ª tiragem da edição comemorativa do IV centenário da Fundação de São Paulo.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Brasília: Senado Federal, 2002.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de São Paulo e Resumo das viagens ao Brasil, Província Cisplatina e Missões do Paraguai*. 2ª ed., São Paulo: Livraria Martins editora, 1903.

SPIX e MARTIUS. *Viagem pelo Brasil*. v. 1. 3. ed. SP: Melhoramentos, 1975.

TESES, LIVROS E ARTIGOS

Teses

ABUD, Katia Maria. *Autoridade e Riqueza*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da FFLCH da USP, São Paulo, 1978.

ABUD, Katia Maria. *O sangue Intimorato e as Nobilíssimas Tradições (A construção de um símbolo paulista: o bandeirante)*. Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de História da FFLCH da USP, 1985.

DELATORRE, Aparecida Vanessa. *São Paulo à época da Independência. Contribuição para o estudo do chamado movimento “bernardista”, 1821/1823*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de história da FFLCH da USP, 2003.

GORENSTEIN, Riva. *O enraizamento de interesses mercantis portugueses na região centro-sul do Brasil: 1808-1822 (uma contribuição ao estudo do processo de estruturação da sociedade da Independência)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da FFLCH da USP, 1978.

LEONZO, Nanci. *Defesa Militar e Controle Social na Capitania de São Paulo: as milícias*. Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de História da FFLCH da USP, 1979.

LINS, Maria de Lourdes Ferreira. *A Legião de São Paulo no Rio Grande do Sul (1775-1822)*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da FFLCH da USP, São Paulo, 1977.

LISANTI FILHO, Luis. *Comércio e Capitalismo: O Brasil e a Europa entre o fim do século XVIII e o início do século XIX – O exemplo de três vilas paulistas: Campinas, Itu e Porto Feliz, 1798-1828/9*. Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de história de FFLCH da USP, 1962.

MOURA, Denise Aparecida Soares de. *Economia, Cultura e Sociedade em São Paulo (1808-1850)*. Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de História da FFLCH da USP, 2002.

PUNTSCHART, William. *Negócios e Negociantes paulistas: 1808-1822*. Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de História da FFLCH da USP, 1998.

RABELLO, Elizabeth Darwiche. *Os Comerciantes na Sociedade Paulistana na Primeira Metade do século XIX*. Tese de livre docência apresentada ao Instituto de Letras, História e Psicologia da UNESP de Assis, 1988.

RICCI, Magda Maria de Oliveira. “*Nas fronteiras da independência*” – *Um estudo sobre os significados da liberdade na região de Itu (1779-1822)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1993.

RODRIGUES, Rejane Maria Freitas. *Representações políticas no Primeiro Império: a relação das Câmaras Municipais de Itu e Franca com o Governo Provincial*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da UNESP/ Franca, 2005.

Livros

ALGRANTI, Leila Mezan. *D. João VI: os bastidores da Independência*. SP: Ática, 1987.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Viver e sobreviver em uma vila colonial – Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. SP: Annablume/Fapesp, 2001.

BANDECCHI, Pedro Brasil. *O Município no Brasil e sua função política*. 5^a. ed, SP: pannartz, 1983.

BANDEIRA, Muniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata*. 3. ed. RJ: Revan/Brasília: ed. UNB, 1998.

BARROSO, Gustavo. *História militar do Brasil*. SP: Ed. Nacional, 1935.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. O Estado português no Brasil: sistema administrativo e fiscal. In: SILVA, M. B. (Org.). *O Império luso-brasileiro – 1750-1822*. v. VIII. Lisboa: Editorial Estampa, 1986, p.261-300.

_____. *Autoridade e Conflito no Brasil Colonial: O Governo do Morgado de Mateus em São Paulo*. SP: Governo do Estado, 1979.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. As câmaras ultramarina e o governo do Império. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos – A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. RJ: civilização brasileira, 2001.

BLAJ, Ilana. *A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial*. SP: Humanitas/ Fapesp, 2002.

BRUNO, Ernani da Silva. Arraial de sertanistas. In: _____. *História e tradição da cidade de São Paulo*. v. 1. SP: Hucitec, 1983, p. 71-96

CALÓGERAS, João Padiá. Capítulos VIII e IX. In: _____. *A política exterior do Império*. v. 1. RJ: Imprensa Nacional, 1927, p.387-454.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Federalismo e Centralización en el Império Brasileiro: historia y argumento. In: CARMAGNANI, Marcello (coord.). *Federalismos latinoamericanos: México/Brasi/ Argentina*. México: El Colegio de México, 1993.

CHIARAMONTE, José Carlos. El federalismo argentino em la primeira metade del siglo XIX. In: CARMAGNANI, Marcello (coord). *Federalismos latinoamericanos: México/Brasil/Argentina*. México: El Colegio de México, 1993.

COSTA, Wilma Peres. Do domínio à nação: os impasses da fiscalidade no processo de independência. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles – O exército, a guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Hucitec, UNICAMP, 1996.

DIAS, Maria Odila da Silva. A Interiorização da Metrópole. In: MOTA, C.G. (Org.). *1822: Dimensões*. Ed. Perspectiva, 1972.

_____. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. SP: Brasiliense, 1984.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 10^a ed. SP: Edusp, 2002.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: vozes, 8^a ed., 1991.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4^a ed., São Paulo: ed. Unesp, 1997.

GANDIA, Enrique de. *La Revision de la História Argentina*. Buenos Aires: Ediciones Antonio Zamora, 1952.

GELMAN, Jorge. La cuestion Agraria em um período de transicion – La región pampeana entre los siglos XVIII y XIX. In: REICHEL, Heloisa J. (cord.). *América Platina e historiografia: história agrária, imigração e etnia, história política e mentalidades*. São Leopoldo: UNISINOS, 1996.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. Ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, Sergio Buarque (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, 1^o vol., 3. ed. SP: Difusão européia, 1970.

_____. São Paulo. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, 2º vol., São Paulo: Difusão européia do livro, 1964, p. 415-472.

KOK, Glória. *O sertão itinerante – Expedições da Capitania de São Paulo no século XVIII*. SP: Hucitec/ Fapesp, 2004.

LEME, Marisa Saenz. São Paulo no I Império: poderes locais e governo central. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PRADO, Maria Ligia Coelho e JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco (orgs). *A história na política, a política na história*. SP: Alameda, 2006.

LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação – O abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808-1842*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte, 1993.

LEÓN, Napoleón Baccino Ponce de . ARTIGAS. In: *A Sagração da Liberdade – Heróis e Mártires da América Latina*. RJ: Revan, 1994.

LEONZO, Nanci. As Instituições. In: SILVA, M. B. (Org.). *O Império luso-brasileiro – 1750-1822*. v. VIII. Lisboa: Editorial Estampa, 1986, p. 301-332.

LEVENE, Ricardo. (Org.). O processo de independência no Uruguai. In: _____. *História das Américas*. v. 5. SP: Brasileira, 1964, p. 211-294.

LIMA, Oliveira. *D. João VI no Brasil*. 3. ed. RJ: Topbooks, 1996.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A Utopia do Poderoso Império*. RJ: Sette letras, 1994.

MACEDO, Roberto. *História administrativa do Brasil: Brasil sede da Monarquia, Brasil Reino*. v. 7. 2. ed. Brasília: Ed. UNB, 1983.

MALERBA, Jurandir. *A CORTE NO EXÍLIO: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808 a 1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MARCILIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836*. São Paulo: Hucitec: Edusp, 2000.

MARTINS, Antonio Egydio. *São Paulo antigo – 1554 a 1910*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

MATTOS, Hebe Maria. Primeira Parte. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista*. RJ: Nova Fronteira, 1998, p. 01-104.

MELLO, Alexandre e MELLO, Nilva R. *O Brasil e a Bacia do Prata*. São Paulo: IHGSP, 1980.

MENDES, Fábio Faria. Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik (orgs). *Nova História Militar brasileira*. RJ: FGV, 2004.

MENDONÇA, Renato. Capítulos V e VI. In: _____. *História da Política Exterior do Brasil*. México, 1945, p. 69-96.

MESGRAVIS, Laima. *A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (1599? – 1884)*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1976.

MORSE, Richard R. Primeira Parte. In: _____. *Formação Histórica de São Paulo (De comunidade à metrópole)*. SP: difusão européia do livro, 1970. p. 01-86.

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais – a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003.

OLIVEIRA, Cecília Helena Salles de. *A Independência e a construção do Império (1750-1824)*. SP: Atual, 1995.

PEREGALLI, Enrique. *Como o Brasil ficou assim?* 4. ed. SP: Globa Ed., 1986.

_____. *Recrutamento militar no Brasil colonial*. Campinas: Ed. Unicamp, 1986.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A lavoura canavieira em SP*. SP: Difusão européia do livro, 1968.

_____. *O Barão de Iguape: um empresário da época da Independência*. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1976.

PIMENTA, João Paulo G. *Estado e Nação no Fim dos Impérios Ibérico no Prata: 1808-1828*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2002.

POMER, Leon. *Os conflitos da Bacia do Prata*. SP: brasiliense. 1979.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Escravidão negra em São Paulo – Um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX*. RJ: J. Olympio; Brasília: INL, 1977.

RABELLO, Elizabeth Darwiche. *As elites na sociedade paulista na segunda metade do século XVIII*. SP: Comercial Safady, 1980.

REICHEL, Heloisa e GUTFREIND, Ieda. *Fronteiras e Guerras no Prata*. SP: Atual, 1995.

REICHEL, Heloisa. Personagens fronteiriços em tempo de guerra: A Região Platina (1811-1820). In: GUTIÉRREZ, H., NAXARA, M. R. C. e LOPES, M. A. S. (orgs.). *Fronteiras: paisagens, personagens, identidades*. Franca: Unesp, Olho D'Água, 2003.

RODRIGUES, José Honório. *O continente do Rio Grande*. São Paulo: brasiliense, 1986.

_____. *Independência: Revolução e Contra-Revolução*. v. 3. RJ: Francisco Alves, 1975.

_____. Capítulo 4. In: _____. *Uma história diplomática do Brasil (1531-1945)*. RJ: Civilização brasileira, 1995, p. 105-114.

RODRIGUES, J. Wasth. *Tropas paulistas de outrora*. SP: Governo do Estado, 1978.

ROMEIRO, João. *De D. João VI à Independência*. 2º ed. SP: Edaglit, 1962.

SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família. São Paulo, século XIX*. SP: marco zero, 1989.

SAMPAIO, Theodoro. São Paulo no século XIX. In: _____. *São Paulo no século XIX e outros ciclos históricos*. SP: Vozes, 1978, p.61-106.

SANTOS, Almicar Salgado. *Os soldados brasileiros e portugueses na época de Artigas*. SP: Escolas Profissionais do Lyceu Coração de Jesus, 1934.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. 2º ed. SP: Ed. Nacional, 1978.

_____. *Sistema de casamento no Brasil colonial*. SP: Edusp, 1984.

SLEMIAN, Andréa (org.). *Cronologia de história do Brasil colonial (1500-1831)*. SP: FFLCH-USP, 1994.

SODRÉ, Nelson Werneck. *As Razões da Independência*. 3. ed. RJ: Civilização brasileira, 1978.

_____. *História Militar do Brasil*. 3. ed. RJ: Civilização brasileira. 1979.

SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria Coroada – O Brasil como corpo político autônomo (1780-1831)*. São Paulo: ed. Unesp, 1999.

SOUZA, Laura de Mello. *Desclassificados do ouro – A pobreza mineira no século XVIII*. 2ª edição. RJ: Edições Graal, 1986.

TAUNAY, Affonso de E. *História colonial da cidade de São Paulo no século XIX*. Vol. III (1801-1822). SP: Arquivo Histórico, 1956.

TRINDADE, Jaelson Britran. *TROPEIROS*. SP: editoração publicações e comunicações ltda, 1992.

URICOECHEA, Fernando. *O Minotauro Imperial*. RJ: Difel, 1978.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. v. 5. 8. ed. SP: Melhoramentos, 1975, p. 111-147.

Artigos

ARAÚJO, M. L. V. O centro urbano de São Paulo no limiar do Oitocentos. *Revista Histórica*. nº 5, dezembro de 2001, p. 60-63.

CAMPOS, Pedro Dias. O Espírito Militar Paulista. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. v. 22, 1923, p. 129-175.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Mulheres sem História. *Revista de História*, nº 114, 1983, p. 31-45.

DONATO, Hernani. Paulistas nas Guerras do Sul. *RIHGSP*. Vol. LXX, p. 153-166.

LEONZO, Nanci. Um empresário nas milícias paulistas: o Brigadeiro Luís Antonio de Souza. *Anais do Museu Paulista*. Tomo XXX, 1980/1981, p. 241-254.

LUNA, Francisco Vidal e COSTA, Iraci Del Nero da. Posse de Escravos em São Paulo no Início do século XIX. *Estudos Econômicos*. Vol. 13, nº 1, 1983, p. 211-221.

MARCILIO, Maria Luiza. População e força de trabalho em uma economia agrária em mudança. A Província de São Paulo, no final da Época Colonial. *Revista de História*. nº 114, 1983, p. 21-30.

OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. Biographia (Breve notícia biographica sobre o auctor da Memória da Campanha de Artigas). *RIHGB*. Vol. VII, p. 256-260.

_____. O tenente-general Bento Manoel Ribeiro. *RIHGB*. Vol XXXI, p. 384-407.

OSÓRIO, Helen. Comerciantes do Rio Grande de São Pedro: formação, recrutamento e negócios de um grupo mercantil da América Portuguesa. *Revista Brasileira de História*. Vol. 20, nº 37, 2000, p. 99-134.

PIZA, Antonio de Toledo. Chronicas dos Tempos Coloniaes. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. v. 4, 1898/1899, p. 296-320.

PUNTONI, Pedro. A Arte da Guerra. *NOVOS ESTUDOS CEBRAP*. n. 53, março de 1999, p. 189-205.

SAMARA, Eni de Mesquita. Uma contribuição ao estudo da estrutura familiar em São Paulo durante o período colonial: A família agregada em itú de 1780 a 1830. *Revista de História*. nº 105, 1976, p. 33-45.

WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. Antecedentes da Intervenção Portuguesa na Banda Oriental (Achegas para uma reformulação histórica). In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, tomo LXV, 1968, p. 139-148.